

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Uma oportunidade estratégica para a revitalização da cidade. Projeto de reabilitação da moagem Mariano em Bragança.

Lia Francisca de Sousa Montanha

M

2021



Uma oportunidade estratégica para a revitalização da cidade.
Projeto de reabilitação da moagem Mariano em Bragança.

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da
Universidade do Porto

Orientação. Prof. Doutor Luís Sebastião da Costa Viegas
Co-orientação. Prof. Doutor Rui Américo Branco da Silva Cardoso

Lia Francisca de Sousa Montanha
Porto, Novembro de 2021

Nota prévia. A presente dissertação foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico. As citações de língua portuguesa foram transcritas conforme o acordo ortográfico utilizado na respetiva edição. Todas as imagens (digitalizadas, retiradas da internet ou do arquivo pessoal) foram, de alguma forma, tratadas, redimensionadas ou cortadas, e têm a respetiva referência na lista de créditos de imagens.

Agradecimentos

Um grande obrigada à minha mãe, porque são indiscritíveis o apoio e força que me dás. Espero um dia conseguir ser como tu.

Ao meu pai, por estar sempre presente e me acompanhar em todas as etapas.

À minha irmã, por ser um exemplo como irmã mais velha e adorar ver-me crescer.

A ti Trigo, por todo o amor e companheirismo.

À minha família, porque todos contribuíram de alguma forma para que este momento fosse possível. Um especial obrigada à minha tia Lia, pela revisão deste documento.

Aos meus amigos por toda a força e apoio. Rita e Jéssica, obrigada por terem estado presentes desde o primeiro dia deste ciclo.

À Câmara Municipal de Bragança e ao Arquivo Municipal, pela disponibilidade.

Ao Sr. Soeiro pelos úteis documentos sobre o edifício.

E, finalmente, um especial obrigada ao meu orientador, professor Luís Viegas e ao meu co-orientador, professor Rui Cardoso, por me acompanharem neste momento final do curso.

A todos aqueles que se disponibilizaram a ajudar e me permitiram chegar até aqui, um sincero obrigada.

Resumo

A cidade atual, devido a processos de dispersão, contém em si mesma, cada vez mais espaços alienados das suas matrizes sócio urbanas. Estes espaços, na maioria das vezes localizados em lugares privilegiados do tecido urbano, surgem como *oportunidades estratégicas* de intervir para a revitalização da cidade. A complexidade, bem como as potencialidades associadas a uma intervenção nestes espaços, levam-nos para uma reflexão atenta sobre os *vazios urbanos* e sobre ações de *acupuntura urbana*.

A presente dissertação surge fomentada pela vontade de propor uma intervenção para um espaço industrial devoluto, localizado no centro da cidade de Bragança.

O método de intervenção proposto tem em consideração a envolvente e as circunstâncias históricas, sociais e culturais do lugar. Desta forma, tornou-se evidente a necessidade de escolha e análise de casos de estudo de forma a garantir uma visão mais informada sobre ações de reabilitação em lugares com valor patrimonial. Esta análise, dividida em dois momentos, proporciona-nos, por um lado, uma posição amadurecida sobre o *valor enquanto motivo projetual* e, por outro, o conhecimento sobre lógicas de ação em estruturas semelhantes.

Para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção tornou-se inevitável a análise da morfologia urbana, do estudo da evolução do território no domínio físico e social e da leitura atenta das dinâmicas da cidade atual.

Aferindo da possibilidade de este elemento urbano se transformar enquanto polo dinamizador e potenciador de novas dinâmicas urbanas, procurou-se executar uma abordagem enquanto *projeto urbano* e associar à estrutura um programa que respondesse às necessidades da comunidade envolvente, contribuindo assim para a revitalização do tecido urbano da cidade.

Palavras-Chave:

Vazio urbano, Valor, Reabilitação, Revitalização, Comunidade.

Abstract

Due to dispersion processes, the modern cities contain more and more spaces alienated from its socio-urban matrices. These spaces, often located in privileged places of the urban fabric, appear as a strategic opportunity to intervene for the cities' revitalization. Both the complexity and the potential associated with an intervention in these spaces lead us to a profound reflection on *urban voids* and on *urban acupuncture* actions.

This dissertation emerges from the desire to propose an intervention in a vacant industrial space located in Bragança's city center.

The proposed intervention method takes into account the surroundings and the historical, social and cultural circumstances of the location. Thus, it became clear the need to choose and analyze case studies in order to ensure a more informed view of rehabilitation actions in locations with heritage value. This analysis, divided into two moments, provides us, on the one hand, with a mature position on *value* as a design motive and, on the other hand, knowledge about action logics in similar structures.

To perform an intervention proposal for our case study, has become unavoidable to analyze the urban morphology, to study the evolution of the territory in the physical and social domain and carefully, to read the dynamics of modern city.

Assessing the possibility of this urban element transforming itself into a dynamic and potentiating pole of new urban dynamics, an attempt was made to carry out an approach as an urban project and to associate a program to the structure that matched the needs of the surrounding community, thus making a contribution to the city's revitalization.

Keywords:

Urban Voids, value, rehabilitation revitalization, community.

12	Introdução
18	1. Oportunidades estratégicas
	2. Como projetar
30	2.1 Uma aula de Souto de Moura
32	2.1.1 Casos de estudo
52	2.1.2 O valor patrimonial como motivo projetual
66	2.2 Outras obras como referência
	3. Contexto
82	3.1 Enquadramento territorial: Caracterização socioeconómica e demográfica
	3.2 A evolução urbana
86	3.2.1 Contextualização histórica
112	3.2.2 A cidade atual: planos em vigor e projetos recentes
	4. A Moagem Mariano: uma oportunidade estratégica
124	4.1 Circunstância urbana
130	4.2 A área de intervenção enquanto <i>oportunidade estratégica</i>
	5. Proposta de intervenção
150	5.1 Um projeto urbano
164	5.2 Programa, usos e materialidade
182	Considerações finais
188	Bibliografia
192	Créditos de Imagens
196	Anexos

Introdução

Objeto e objetivo

O contacto frequente com uma estrutura industrial de grandes dimensões que se encontra ao abandono no centro da cidade de Bragança, minha cidade nativa, despertou o interesse em que esta se tornasse no caso de estudo a desenvolver neste momento final do curso.

Pela grande vontade de alterar o cenário de abandono com que este edifício tem marcado o território em que se insere, procura-se desenvolver um projeto de reabilitação com um programa capaz de compreender a identidade do edifício, o seu valor e a situação atual da cidade, tornando-se assim, num exercício racional e analítico, capaz de transformar este objeto num epicentro que responda às necessidades locais, fazendo valer o lugar estratégico em que se insere.

Pelo cariz pessoal da escolha do objeto de estudo, existe uma grande vontade em resolver problemas sociais da cidade. O isolamento, a rotina, bem como o distanciamento, são questões bastante presentes na comunidade que aqui habita. Entende-se, por isso, necessário que este edifício se torne não só num elemento de conexão urbana, mas também social.

Na cidade, existe a falta de um lugar onde possa ser desenvolvido o sentido cultural, assim como serem praticadas atividades das mais diversas vertentes artísticas, que, simultaneamente, permitam despertar o vínculo social. O programa proposto será então pensado no sentido de colmatar estas necessidades.

Como referido, a área de intervenção localiza-se num lugar estratégico, já que se encontra entre as duas principais avenidas da cidade, entre o centro histórico e o novo centro urbano. Consequentemente, permite-nos pensar neste edifício enquanto um elemento rótula da malha urbana, que permitirá relacionar os dois centros, bem como as diferentes escalas aqui presentes. Trabalhando uma ligação direta entre as duas avenidas a partir desta área de intervenção, esta passará assim a existir como um elemento central que potencia a relação física e social da comunidade.

Embora a sua presença não passe despercebida, pela sua dimensão, este edifício, que se fecha em si mesmo, já se encontra ao abandono há muitos anos e, por isso, podemos considerar que não participa na atividade da cidade atual. A estratégia passará, portanto, por aproveitar os fluxos urbanos e sociais existentes na malha urbana, de forma a concretizar uma ação pontual que os intensifique.

Esta proposta de intervenção não visa apenas trazer um novo elemento de exceção para a cidade, utilizando um *vazio urbano* expectante, passa primeiro, por realizar um estímulo urbano, estrategicamente pensado para ser capaz de acrescentar valor à estrutura e que possa adquirir uma escala territorial através do fortalecimento das relações físicas e sociais.

Esta ação permitirá também alterar a memória coletiva deste espaço, uma vez que para a maioria das gerações atuais esta está apenas ligada ao seu abandono e, realçando os seus valores patrimoniais, é-lhe dado o devido interesse.

Metodologia

A ação projetual proposta nesta dissertação, enunciada pela expressão que consta no título do trabalho, *oportunidade estratégica*, trata a potencialidade que reconhecemos nos *vazios urbanos* presentes na malha urbana das cidades atuais, para serem alvo de uma ação de *acupuntura urbana*.

No primeiro capítulo, inclui-se, por isso, a exploração de vários conceitos que tentam definir os *vazios urbanos* aqui equacionados, sendo eles: *Terrain Vague e Brownfields*, bem como o estudo da definição de uma ação de *acupuntura urbana*. Desta forma, conseguimos encontrar uma relação pertinente entre os *vazios urbanos* presentes na malha das cidades que, na sua maioria, se encontram em lugares estratégicos e onde os fluxos urbanos estão presentes, com as ações estratégicas e pontuais, que podem ser capazes de revitalizar a cidade nas suas várias dimensões, física, social, cultural e política.

A ação proposta constitui-se numa ação de reabilitação de um edifício e a reabilitação surge, na arquitetura, como um desafio entre a identidade cultural de um determinado lugar e a capacidade de este se adaptar e transformar para servir um novo programa. Emerge e é iminente a procura do equilíbrio dinâmico entre dois opostos — o antigo e o novo, de forma a constituir um todo que relacione o passado e o presente, assegurando assim a transmissão da herança coletiva. Trata-se, por isso, de um conceito que se distingue:

“Este conceito distingue-se, portanto, (...) da produção urbana de extensão ou criação de novos aglomerados e distingue-se também das intervenções sobre o património que apenas visam o seu restauro monumental. E distingue-se ainda do conceito designado por “renovação urbana” corrente sobretudo a partir do pós-guerra e enunciado em textos doutrinários como o conhecido por “Carta de Atenas”, publicada em 1933 pela mão de Le Corbusier, nos quais se postulava a substituição pura e simples das estruturas físicas existentes como condição apriorística da adaptação das cidades herdadas às “necessidades da vida moderna”¹.

Desta forma, sente-se a necessidade de estudar exemplos de ações de reabilitação de edifícios, possibilitando assim a compreensão dos vários significados que estas podem ter. Decorrente desta constatação, o segundo capítulo desta dissertação divide-se em dois momentos, sendo que no primeiro, com base numa aula lecionada pelo arquiteto Souto de Moura, são estudadas três ações de reabilitação distintas por ele apresentadas. Estas ações, pelas suas diferentes características permitem-nos refletir sobre o conceito de património e sobre o seu valor enquanto motivo projetual. Num segundo momento, são também analisadas obras que, por se tratarem de intervenções em estruturas industriais devolutas, pelo seu

¹ PORTAS, Nuno. Os tempos das formas: a cidade feita e refeita; pref. Manuel de Solà-Morales. Guimarães: DAAUM, 2005, p.171.

enquadramento urbano e pelo seu resultado final, enquanto objeto programático versátil, permitem-nos obter respostas a questões mais práticas no momento da ação de projeto.

Dada a importância que o lugar do objeto de estudo constitui para a cidade, é imperativo, para o compreender na sua totalidade, estudar a evolução da malha urbana. Assim, o terceiro capítulo desta dissertação versa a contextualização territorial, social e demográfica e bem como a realização de um estudo da evolução da malha urbana, desde a cidade medieval até à cidade dos dias de hoje que nos permite pensar a cidade não só na sua componente física, mas também na sua relação com a história e com a memória coletiva.

Dentro ainda da análise do lugar, no quarto capítulo consta uma aproximação à circunstância da área de intervenção que partiu do estudo da sua envolvente direta e do reconhecimento das dinâmicas urbanas existentes, possibilitando assim o reconhecimento das patologias à escala urbana, que, com esta ação pensada na sua dimensão estratégica, possam vir a ser colmatadas e assim contribuir para a revitalização da cidade.

Para garantirmos uma compreensão que nos permita a realização de um projeto, torna-se necessária a realização de um levantamento métrico da estrutura, bem como de um registo fotográfico aprofundado, que irá complementar o material existente.

O exercício de projeto, presente no quinto e último capítulo, divide-se em dois momentos, o da escala urbana, onde são pensadas as relações físicas com a envolvente, aproveitando os fluxos existentes para as potenciar e o da escala do objeto, onde é proposto um programa que tenta resolver as questões sociais já enunciadas, e onde são esclarecidos os usos propostos para o edifício bem como a sua caracterização final.

Esta ação procura, essencialmente, ser uma ação estratégica para a revitalização da cidade, a partir de um *vazio urbano* expectante que nos permite trabalhar as várias escalas do tecido urbano.

1. Oportunidades estratégicas

A expressão enunciada no título desta dissertação parte da identificação de um lugar “chave” para o desenvolvimento de um projeto urbano.

Vazios Urbanos

Pensar num projeto urbano implica compreender a malha urbana que lhe dá lugar e sobre a qual se irá atuar. Considerando que a malha urbana assenta numa relação mais ou menos planeada entre cheios e vazios, em que os cheios correspondem ao edificado e os vazios ao espaço público, podemos considerar um outro tipo de *vazio urbano* que, por se tratar de um espaço que, em teoria, não deveria ser um vazio, mas sim um cheio, representa uma lacuna no tecido urbano, ou seja, um vazio por defeito.

Admitindo que uma das principais questões do urbanismo nos dias de hoje é a dúvida em como intervir numa malha densa e consolidada, de forma a resolver as problemáticas necessárias para a revitalização da cidade contemporânea, estes *vazios urbanos* podem e devem ser encarados como uma opção para o desenvolvimento de uma estratégia de projeto.

Podemos, para tal, identificar nas cidades contemporâneas, espaços alienados do seu organismo, espaços que não participam da sua atividade e onde não existem relações sociais, culturais ou económicas. Muitas vezes, estes resultam de processos de expansão dos limites da cidade e da sua dispersão, convertendo-se em espaços que permanecem ostracizados e estagnados no tempo.

Num momento em que as intervenções urbanas se “*tornam mais pontuais e de âmbito municipal, baixam de escala, e designam-se por fragmentos*”², estes espaços, pela sua localização e dimensão estratégica, potenciam uma oportunidade de introduzir dinâmica e vitalidade a um determinado espaço urbano.

Pelos *vazios urbanos* em questão entendem-se, portanto, os lugares

² PORTAS, Nuno. A emergência do projeto urbano in Os Tempos das Formas Vol.II: A Cidade Imperfeita e a Fazer. Guimarães: DAAUM; 2012, p.87.

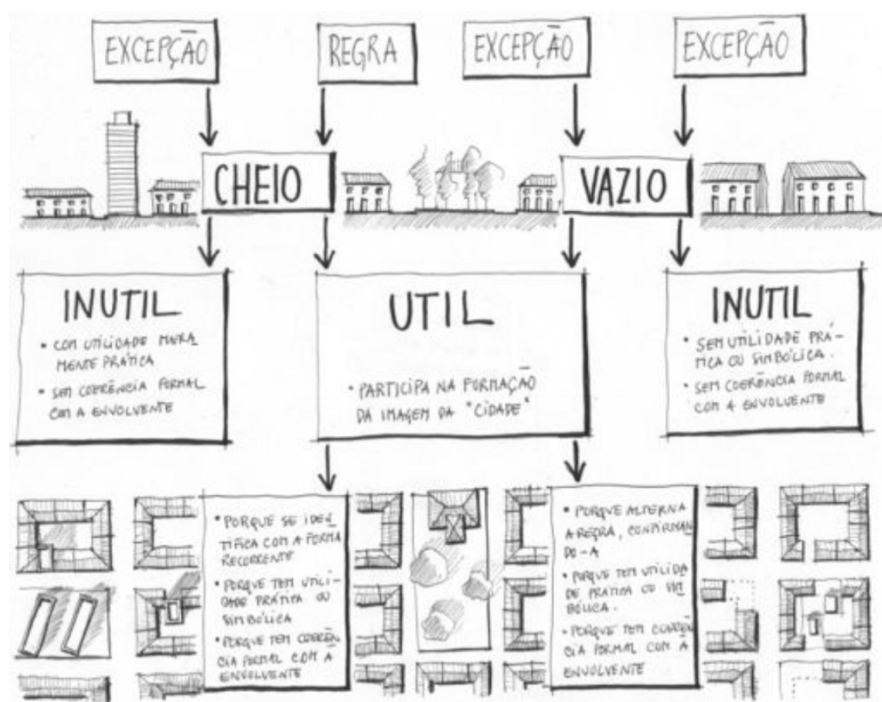


Figura 1

na cidade, ou na sua periferia, que não contêm o que é próprio das matrizes sócio urbanas da cidade em que se inscrevem. Podem ser áreas que deixaram de ter vida própria ou até que nunca a chegaram a ter. Entendem-se também por *vazios urbanos*, espaços resultantes da expansão das cidades que, por algum motivo, permaneceram na paisagem sem serem invadidos.

Esta questão dos *vazios urbanos* apareceu, sobretudo, depois da II Guerra Mundial, da qual resultaram cidades com extensas áreas em ruínas que era imperativo reconstruir. Foram assim necessárias intervenções pontuais que cicatrizassem e qualificassem o tecido urbano.

Os *vazios urbanos* aparecem assim, na malha da cidade, tal como o objeto de estudo desta dissertação, como lugares privilegiados para a intervenção urbana, estes “*formam uma verdadeira rede de hipóteses que, quando avaliadas em conjunto, podem produzir um profundo impulso reformador da cidade*”³.

Nos dias de hoje, os *vazios urbanos* são áreas preciosas, tanto pela sua raridade como pela oportunidade que contêm, uma vez que nos permitem pensar na cidade a partir das “*partes com o todo e o todo com as partes*”, “*e são, sobretudo, um dos últimos recursos de cidadania, de realização da cívitas*”⁴.

Pela necessidade de compreender melhor as premissas a considerar para a identificação de uma área capaz de ser alvo de uma intervenção urbana estratégica, partiu-se para o estudo da designação de *vazio urbano*. Dentro das várias definições encontradas para a melhor compreensão destes espaços, e tendo em conta o trabalho que será produzido ao longo desta dissertação, pareceu-nos pertinente desenvolver em seguida a definição de *Terrain Vague* de Ignasi Solà-Morales e a definição de *Brownfield*.

Figura 1 Esquema de relação entre cheios e vazios úteis e inúteis.

³ MATEUS, José. Spreebogen 33-91-07 in *Vazios Urbanos*, Trienal de Arquitetura de Lisboa. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.13.

⁴ RODEIA, João Belo. Algumas considerações (muito) sumárias in *Vazios Urbanos*, Trienal de Arquitetura de Lisboa. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.23.



Figura 2



Figura 3

Terrain Vague

Primeiramente, antes de partir para a definição de *vazio urbano*, Solà-Morales começa por reconhecer a fotografia como um instrumento essencial ao retrato das cidades e das suas várias dimensões. Um instrumento que evoluiu em conjunto com as metrópoles uma vez que, por um lado, nos permite ver, ainda que de forma fixa, um determinado espaço urbano, por outro, permite-nos fazer experiências no que diz respeito a novas propostas de projetos urbanos, facilitando no processo da evolução das cidades. É, de certa forma, um meio essencial para a representação da realidade e um dos principais meios de partilha de conhecimento.

Por volta dos anos 70 (depois da II Guerra Mundial) os fotógrafos urbanistas interessaram-se pelo retrato dos espaços vazios das cidades. Esta época correspondeu a um momento em que se ultrapassou a vontade de querer mostrar as grandes metrópoles modernas e fazer uma espécie de promoção da sua imagem e, com recurso à fotografia, retratar uma realidade diferente da que até então tinha sido explorada.

Focavam-se agora naqueles espaços que “incomodavam” por serem marginalizados, abandonados, estarem vazios e que, ao mesmo tempo, eram também esquecidos. Estes retratos contribuíram para que nascesse o conceito *Terrain Vague*. Ignasi Solà-Morales mantém a forma original da expressão, em francês, por considerar impossível estabelecer uma tradução que albergasse todo o seu significado.

A palavra “Terrain”, em francês, é comparada com as palavras “land” e “terrain”, em inglês, mas o significado destas últimas está associado a algo mais agrícola ou geológico, ao contrário da palavra francesa que tem uma conotação mais urbana e, ainda, a capacidade de se referir a um terreno no qual os limites se podem estender e que tem a capacidade de se explorar. A palavra “Vague” por ter origem no Latim e no Germânico pode adquirir vários significados: se a palavra germânica se refere a algo “instável” a palavra do latim refere-se a algo “livre” e “desocupado” bem como a algo “indeterminado”. Podemos afirmar que esta relação entre a ausência de uso ou de atividade num espaço livre, mas

Figuras 2 e 3 Vazios urbanos existentes na cidade de Bragança.

que ao mesmo tempo contém um sentido expectante, aberto a novas possibilidades, é a principal definição destes espaços.

Tais espaços não participam na cidade e são muitas vezes locais onde outrora a atividade económica esteve presente, como antigas fábricas, portos, armazéns, mas que hoje em dia são completamente esquecidos. Desta forma, são, habitualmente, associados a uma visão negativa, onde o presente se sobrepõe ao passado, não estimulando qualquer afeto ou interesse por quem, de alguma forma, convive com eles.

A verdade é que o retrato destes lugares não quis ser uma constante crítica ao que à primeira vista observamos e aos problemas da sociedade contemporânea, o retrato destes lugares, procura incitar a uma reflexão sobre o que lhes deve ser feito. É necessária a preocupação com a recuperação destes espaços a fim de participarem na vida da cidade e, com a sua reabilitação, ser possível melhorar o seu sentido urbano.

Assim, há que afirmar que estes espaços não podem estar apenas associados a um significado negativo, é necessário compreender o seu valor no sentido da “oportunidade urbana”.

“La relación entre la ausencia de uso, de actividad, y el sentido de libertad, de expectativa es fundamental para entender toda la potencia evocativa que los terrain vague de las ciudades tienen en la percepción de la misma en los últimos años. Vacio, por tanto como ausencia, pero también como promesa, como encuentro, como espacio de lo posible, expectación.”⁵

Estes espaços são, necessariamente, um objeto de reflexão da memória coletiva do lugar, um objeto que deve estimular à imaginação e à expectativa para uma nova apropriação. É neste momento que o maior desafio da arquitetura tem lugar, pela dificuldade em não assumir uma ação violenta que intensifique o contraste entre estes espaços e a cidade, mas que ao mesmo tempo seja capaz de captar as suas energias que variam com

⁵ SOLA-MORALES, Ignasi de. Territorios. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2002, p.185.

o passar do tempo.

Brownfields

Este segundo conceito prende-se com o desenvolvimento exponencial da indústria nas cidades do século XX. Durante este período, foram edificados diversos edifícios industriais dentro da malha urbana. Com eles, as cidades cresceram física e economicamente, sendo que foram a principal alavanca para o seu desenvolvimento. À medida que ocorreu a dispersão das cidades e o edificado industrial foi deslocado para fora dos seus centros, foram deixados para trás terrenos onde a economia e o comércio industrial se tinham instalado. Estes terrenos e edifícios abandonados, que marcam o desenvolvimento industrial são chamados de “Brownfields”.

Desta forma, estes espaços aparecem na malha urbana das cidades como lugares estratégicos, são *vazios urbanos* que estão relacionados, pelas necessidades das atividades industriais, com vias e elementos estruturantes da cidade, nomeadamente caminhos de ferro ou cursos de água.

Acupuntura urbana

Estabelecida, assim, uma definição para os *vazios urbanos* a tratar neste trabalho, a necessidade em alcançar também uma definição para a ação de *intervenção estratégica* incita, paralelamente, à exploração do conceito de *acupuntura urbana*. Este conceito, propõe um modo de projetar, em urbanismo, com o qual se pretende que uma determinada ação não tenha somente um único efeito. Procura assim, sugerir que ao agir num determinado lugar da cidade, muitas outras coisas que ultrapassam o domínio do edificado, tais como questões sociais, culturais e políticas, são também elas intervencionadas.

Pode-se então considerar que a ação de *acupuntura urbana* resulta de uma espécie de um acontecimento sísmico, que tem um epicentro onde a intensidade é maior, mas existe uma área alargada que também é afetada,

atingindo, assim, todo o organismo vivo:

*“El proyecto urbano ahora puede estar más en lo estratégico y lo material, en intenciones acupunturales sobre la piel urbana para afectar el organismo entero. Proyecto urbano para ser efectivo es concentrado y puntual, limitado en su tiempo y espacio de intervención, pero abierto y extenso en su influencia mas allá de sí mismo.”*⁶

Desta forma, enfoca-se a necessidade de encontrar o lugar ideal para a realização desta ação pontual que procura a regeneração da cidade uma vez que,

*“La localización del punto sensible es el primer paso para el tratamiento estratégico de la piel urbana. El acierto en la identificación del lugar y de los canales de influencia en el tejido permitirá aportar una cualidad nueva, añadir la energía adecuada, fría o caliente, potenciar la urbanidad en sus diversos modos”*⁷

Para garantirmos que a ação cumpre os efeitos pretendidos, podemos afirmar que se torna conveniente que o lugar de intervenção se localize entre potenciais redes de fluxos que permitirão que a ação se estenda. Para além da ação visível - o projeto - estas redes de fluxos surgem como um elemento não visível, mas perceptível e essencial para esta ação, uma vez que *“podéramos dizer que o mais determinante da intervenção por projetos pode residir no que menos se vê – mas afinal flui, decisivamente, no estado geral da vida urbana”*⁸.

Assim sendo, leva-nos a afirmar que a localização da intervenção será tanto melhor quanto mais localizada dentro de um tecido

⁶ SOLÀ-MORALES, Manuel de. De cosas urbanas. Textos de Manuel Solà- Morales, Kenneth Frampton, Hans Ibelings. (título original: A matter of things). (trad. Pedro Donoso). Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008, p.153.

⁷ Ibid., p.24.

⁸ PORTAS, Nuno. op. cit., p.100.

urbano onde já existam várias atividades e dimensões, pelas oportunidades que estas nos possibilitam, uma vez que *“La urbanidad nasce de la multiplicidad de encuentros y era multiplicidade exige cantidad y diversidad de ellos”*⁹

Os centros urbanos são, por isso, lugares favorecidos, uma vez que, para além da sua importância histórica e patrimonial, contêm os principais edifícios dos vários poderes, político, religioso ou económico, o que potencia o fluxo de pessoas e de usos.

*“En la coexistência de diferencias es donde surge la energia qualitativa urbana. La mixity mas que la density puede caracterizar la urbanidade contemporânea” (...) El projeto urbano no está en la unidad formal del conjunto, ni en la pura congestión ni en el respeto al contexto por si mismo, sino en los elementos y episodios concretos que relacionan las personas con las cosas.”*¹⁰

A identificação de um lugar para uma intervenção urbana deve também consciencializar-nos de que nos cumpre o papel de potenciar e adicionar tempo à condição urbana em questão. Esta ideia de tempo refere-se, portanto, à energia dada a algo que está estagnado, já que, como refere Solà-Morales:

*“Entender un proyecto como um relato es admitir el tiempo dentro de él. Tiempo personal en que el será ideado, tiempo material para ser construido, tiempos múltiplos en los que será usado, tiempo histórico com que será entendido y relacionado com los sustratos anteriores de la Ciudad como construcción continua.”*¹¹

Permitindo, desta forma, que o *vazio urbano* passe a fazer parte da cidade em questão sendo essencial para as dinâmicas futuras, convertendo-

⁹ SOLÀ-MORALES, Manuel de. op. cit., p.65;

¹⁰ Ibid., p.148.

¹¹ Ibid., p.176.

se num elemento urbano fundamental.

Ao estabelecermos uma relação entre os dois conceitos supra-desenvolvidos, *vazios urbanos e acupuntura urbana*, conseguimos em conclusão, avançar na definição de *oportunidade estratégica* evocada no título desta dissertação.

Muitas vezes, pela complexidade requerida pelo lugar estratégico que dará origem à ação de *acupuntura*, torna-se difícil reconhecê-lo. Os *vazios* surgem assim como uma oportunidade para intervir na cidade porque, mais uma vez, apesar de se encontrarem desocupados de atividade, o seu lugar físico representa inúmeras possibilidades a serem exploradas numa ação de *acupuntura urbana* como meio de revitalização.

Ao considerar, portanto, os *vazios urbanos* como solução para as ações de *acupuntura* estamos, primeiramente, a cuidar de um problema urgente na cidade contemporânea, já que o debate da densificação das cidades se tem tornado num tema central da arquitetura. Por outro lado, ultrapassamos, mais uma vez, a dificuldade em encontrar, dentro de uma malha densa, um lugar com dimensão e carácter necessários já que, pelas suas características, os *vazios urbanos* garantem-nos esses princípios. Desta forma, passa então a ser mais fácil a identificação de lugares estratégicos para gerar o estímulo urbano essencial para projetar as cidades contemporâneas.

A *oportunidade estratégica* refere-se, portanto, à possibilidade de pensar numa ação pontual que procura ser um polo potenciador para a revitalização urbana, considerando lugares disponíveis e expectantes presentes na cidade que, apesar de não participarem nela, se revelam como espaços de inúmeras possibilidades pela sua localização integrada nas dinâmicas sócio urbanas.

Torna-se assim evidente uma necessária reflexão sobre as cidades contemporâneas, ultrapassando o pensar da cidade enquanto dimensão de um limite físico, mas sim enquanto organismo ativo capaz de conter dentro daquilo que o constitui diversas dinâmicas sociais e urbanas em potência.

Podemos então afirmar que urbanizar, muitas vezes, não passa por uma expansão, mas sim por uma nova estratégia para espaços expectantes.

O uso destes espaços possibilitaria também a valorização da sua memória patrimonial, reinserindo-os na cidade.

“Em vez de impor ao território modelos pré-formatados retirados de outros contextos, procura-se reconhecer os tipos de espaços colectivos emergentes, tal como os espaços que fazem falta às vivências e praticas actuais. Procura-se igualmente perceber quais são os elementos urbanos já existentes que poderão servir de base à criação dos espaços necessários e, sobretudo, como será possível – partindo exactamente desses elementos – criar sistemas de espaços colectivos legíveis capazes de re-estruturar a urbanização.”¹²

¹² Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João. Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.190.

2. Como projetar

2.1 Uma aula de Souto de Moura

Dada a necessidade de estudar e compreender ações de reabilitação para um melhor entendimento sobre o que é que elas representam enquanto intervenção num património e lugar existente, e tendo como ponto de partida uma aula dada (MDArC) na faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto pelo arquiteto Souto de Moura, procurou-se compreender a filosofia e os métodos que lhe estão subjacentes a propósito da temática da reabilitação/recuperação/requalificação de edifícios com valor patrimonial.

Uma análise atenta a sete “*projetos de reconstrução e restauro*”¹³, evidenciou a diversidade de circunstâncias e condicionantes que, naturalmente, justificam a adaptação de estratégias face a cada um deles. Citando Souto de Moura:

*“Cada situação é uma situação; não tenho nenhuma teoria de restauro, nem como Ruskin ou Le-Duc”. (...) “Em cada intervenção vou mudando de atitude porque as culturas são diferentes, os edifícios são diferentes, são seres vivos que têm de ser domesticados de maneiras diferentes.”*¹⁴

De entre as obras apresentadas, três delas ilustram, respetivamente, três critérios de revitalização distintos: O Mosteiro de Santa Maria do Bouro, enquanto exemplo de atuação sobre uma ruína, habilitando-a para um novo uso; O convento das Bernardas, enquanto edifício descaracterizado e desativado, em contexto urbano; A Quinta de São Lourenço do Barrocal, como exemplo de recuperação e reativação da paisagem através do seu legado construído que se encontra em estado de ruína. Desta forma, estas três abordagens pareceram-nos particularmente valiosas enquanto guias orientadores de uma atuação assertiva, no âmbito da reabilitação/requalificação de edifícios.

¹³ MOURA, Eduardo Souto de. “Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC). (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017.

¹⁴ Idem;



Figura 4



Figura 5



Figura 6

Mosteiro de Santa Maria do Bouro

O projeto de reconversão, realizado em 1997, do Mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada, localiza-se na Serra de São Mamede, no Concelho de Amares, em Braga.

Este edifício, que assume uma forte presença na paisagem em que se insere, apresentava-se em estado de ruína há já muitos anos, ruína que era um lugar familiar para Souto de Moura, uma vez que o visitava em criança, inscrevendo-se no seu imaginário e memórias.

No momento em que o edifício foi cedido à Câmara Municipal, em 1986, ainda não estava decidido que programa lhe estava destinado, sendo que foram vários os equacionados. Só mais tarde, em 1988, foi determinado que passaria a acolher uma pousada.

Devido ao estado em que o edifício se encontrava, e às alterações que teve de sofrer para poder incorporar funções necessárias a um hotel que um mosteiro não tem, este teve de ser praticamente desfeito durante a sua construção. Esta ação evidenciou que *“ao contrário do que se pensa, o património é muito mal feito”*¹⁵ e praticamente todo o edifício teve de ser feito de novo, quer fosse por motivos de segurança, quer pela adaptação a uma nova escala então necessária.

A ruína em si passou a assumir um papel mais importante do que o próprio convento no processo de construção e de desenho. Sendo ela um elemento livre que podia ser adaptado e manipulado, passou a ser a principal base de projeto, aparecendo assim como o património aqui presente e com o qual se trabalhou.

No momento em que teve de se refazer praticamente todo o mosteiro, emerge necessariamente a principal pergunta: como reconstruir?

Souto de Moura equacionou duas possibilidades. Por um lado, ter como referência a Carta de Veneza¹⁶, ou, por oposição,

Figura 4 Estado em que o mosteiro se encontrava antes de ser intervencionado bem como a sua envolvente.

Figura 5 Estado da ruína.

Figura 6 Abertura de um túnel de serviço para o novo programa.

¹⁵ Idem;

¹⁶ Elaborada em Veneza, no decorrer do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos históricos, trata-se de um documento básico da conservação patrimonial. Com este documento foram estabelecidas diretrizes para a conservação e restauro de monumentos, edifícios, locais, bens culturais e obras de arte que foram posteriormente desenvolvidas.

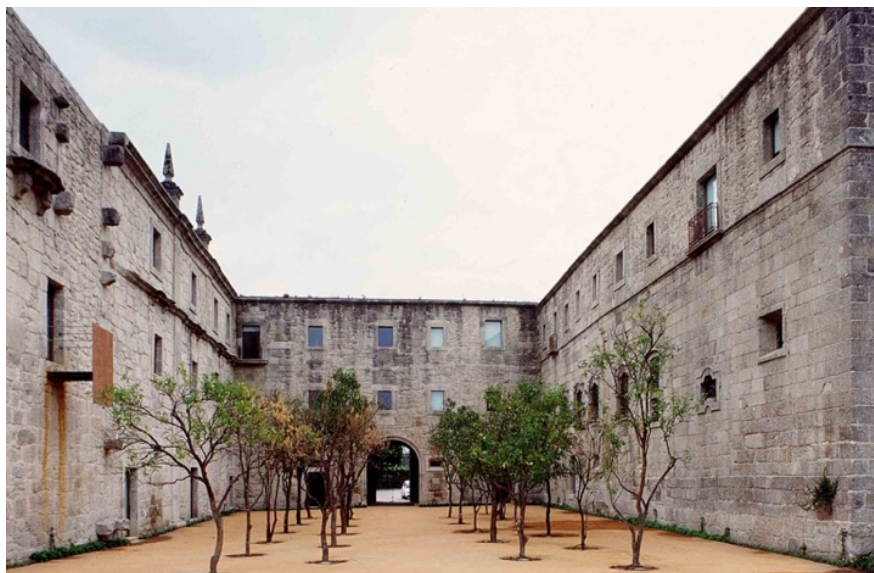


Figura 7



Figura 8

as propostas de Scarpa¹⁷, assumindo uma rutura do moderno face ao antigo, onde existiria um grande contraste entre o novo e o antigo. Contudo, admite “comecei progressivamente a desinteressar-me”¹⁸.

Por outro lado, equacionou fazer uso das possibilidades conferidas por técnicas construtivas atuais e conseguir mostrar, de forma discreta e sensível, que nos encontramos no século XXI.

É evidente na obra que a escolha partiu para a segunda opção: o mosteiro foi reconstruído utilizando os materiais existentes e, com eles, comprovou-se que o moderno depende antes de uma nova composição e de um pensamento coerente que permite compreender o que é novo.

Deste pensamento conseguimos afirmar que o moderno não se assume pelos materiais, pois estes não determinam uma época. A forma como são utilizados, por outro lado, permite-nos compreender o novo em relação com o antigo.

*“Mas, porque é que eu não faço um edifício em pedra, a pedra é antiga eu tenho de fazer aço e vidro? O vidro é moderno? O vidro existe desde os fenícios, é tão antigo como a pedra! O aço existe também na construção utilizado pelos romanos e nas catedrais góticas.”*¹⁹

Figura 7 Nova imagem do mosteiro, mantendo as pedras originais como principal revestimento.

Figura 8 Novos vãos do mosteiro, que com as suas diferentes formas representam uma nova época.

É possível, com a análise da obra, compreender esta relação sensível que Souto de Moura experimenta com o moderno. Quer no exterior, quer no interior, existem elementos singulares que dão conta de uma atitude coerente tomada para a obra.

Souto de Moura fala-nos da cobertura em que a pedra continua, mas termina com um rufo de cobre, sem ser necessário fazer cornijas. As janelas são também um elemento de afirmação do moderno já que “os antigos faziam janelas verticais (...) e nós hoje, com o cálculo, podemos

¹⁷ Carlo Scarpa (1906-1978) foi um arquiteto moderno italiano que, depois da segunda Guerra mundial foi muito valorizado pelos seus trabalhos de renovação nomeadamente pela intervenção no Museu de Arte do Palazzo Abatellis).

¹⁸ Idem;

¹⁹ Idem;



Figura 9



Figura 10



Figura 11

fazer padieira em pedra (...) e fazer a janela retangular”²⁰.

A parede de betão que surge da reconstrução do mosteiro foi revestida com as pedras existentes que foram cortadas e encaixadas de forma a parecer que sempre ali estiveram. Não interessava afirmar o betão, a linguagem que se procurou para o edifício não era essa, e a colocação das pedras da mesma forma primitiva permitiu recuperar a imagem do lugar.

Com a necessidade da colocação de escadas para realizar as saídas de emergência, usou-se também a pedra e a mesma estereotomia fazendo *“tudo igual, porque tudo faz parte da mesma construção de arquitetura”²¹.*

Outra questão que também se levanta é a aplicação das infraestruturas necessárias hoje em dia. Desta forma, existe a necessidade de adaptar o existente para que as possa receber. Fez-se uso da tecnologia atual para poder desmontar os arcos que encontramos no interior do edifício e retirar a pedra de fecho, ficando assim um arco abatido, que garante 30/40cm essenciais para a passagem das infraestruturas. Ainda relativo a esta questão, ao fazer uso do aço para construir os caixotes do teto, permitiu abrir um vão por onde, mais uma vez, as infraestruturas passam.

Podemos então afirmar que o objetivo deste projeto passou pela adaptação dos elementos que constituíam este lugar, principalmente as pedras da ruína, de forma a atribuir-lhes uma nova função, manipulando-as tal como o edifício foi manipulado ao longo do tempo, fazendo uso das técnicas atuais, para responder às novas necessidades e para afirmar a construção moderna. No qual *“o resultado final foi um edifício moderno, sem telhados, horizontal, reconstruído com vigas de betão em que a imagem (...) foi um edifício moderno com pedras antigas.”²²*

Figura 9 Processo de revestimento da ova parede de betão com as pedras originais.

Figura 10 Escadas para as saídas de emergência, também elas em pedra.

Figura 11 Arcos e caixotes do teto que permitem a passagem das infraestruturas.

²⁰ Idem;

²¹ Idem;

²² Idem;



Figura 12



Figura 13

Convento das Bernardas

A requalificação do convento das Bernardas, em 2012, constitui uma ação distinta: para além de uma reabilitação é, também, uma proposta de ampliação.

O edifício localiza-se “*no limite de Tavira*”²³, é definido a nascente pelas salinas características deste lugar e a Norte e a Poente assume-se como frente de rua. O lote, de grandes dimensões, assume, portanto, um lugar importante dentro da malha urbana da cidade, marcando, por isso, o lugar em que se insere.

Este edifício, por ter servido originalmente um convento e depois uma fábrica de farinhas, apresentava algumas transformações consequentes desta dupla apropriação. As características distintas de cada época suscitaram um “*problema de critérios*”²⁴ para a sua requalificação.

*“Eu gosto muito, por deformação ou por influência do Rossi, de arquitetura industrial. E, porque é que eu hei-de conservar a arquitetura do Séc. XVIII/ XVIII e não hei-de conservar a arquitetura do Séc. XIX ou XX? E porque é que eu hei-de conservar o mosteiro e não hei-de conservar a fábrica de farinhas? Puseram-se vários problemas...”*²⁵

Sendo uma ação de salvamento do *património*, interessava que a intervenção permitisse ao edifício manter-se conservado e que não voltasse ao estado de ruína. Desta forma, aplicou-se uma atitude estratégica: “*não há melhor exemplo para conservar o património do que o uso - Porque as igrejas existem e estão boas porque é preciso fazer a missa ao Domingo*”²⁶. Decidiu-se, por isso, transformar o mosteiro em apartamentos, esperando que quem aqui vivesse o mantivesse.

Ainda assim, aquilo que distinguia esta ação das outras enunciadas

Figura 12 Relação do convento com a cidade envolvente.

Figura 13 Relação do convento com as salinas que o limitam

²³ Idem;

²⁴ Idem;

²⁵ Idem;

²⁶ Idem;

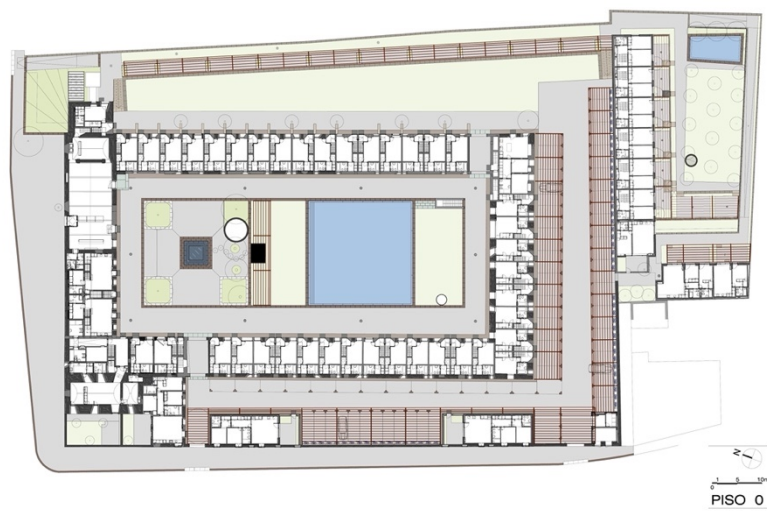


Figura 14



Figura 15



Figura 16

por Souto Moura era que este edifício não se tratava apenas de uma ruína ou de um “*edifício isolado*”²⁷ era, sobretudo, “*um fragmento de cidade*”²⁸. Desta forma, é clara a preocupação em cada gesto, uma vez que se inscrevia na história e caracterização da cidade, tornando este “*fragmento de cidade*”²⁹ no património aqui a tratar.

Este edifício, característico daquele lugar, não podia fechar-se em si mesmo, era necessário que participasse do ambiente do qual fazia parte e, para tal, a primeira operação foi retirar o muro, que representava a clausura característica das duas apropriações anteriores, mas que desta vez “*não fazia sentido*”³⁰.

Abriu-se uma rua dentro do lote, transformou-se o pátio numa praça e o muro existente serviu para poder ampliar o mosteiro. Este terreno passou a garantir um percurso urbano, passou a relacionar-se de forma direta com a envolvente e assim “*passou a ser cidade*”³¹.

Cada gesto que Souto Moura assumiu para a reabilitação deste edifício e a forma como tratou o existente é testemunho de uma grande sensibilidade na tentativa de consolidar a identidade do lugar e com ela, tentar preservar a memória coletiva. Esta identidade está diretamente ligada à forma onde cada gesto passou de um pensamento artístico para um pensamento funcional.

Figura 14 Planta do piso 0, onde é possível identificar o atravessamento público.

Figura 15 pátio convertido numa praça pública.

Figura 16 passagem que liga a cidade ao interior do pátio.

*“A Arquitetura não é um ato de desenho, não é um ato platónico da construção de uma ideia. É a construção de um objeto onde se vai passar uma ação humana, que é a vida (...) a arquitetura está ligada à vida, (...) portanto é a ação que determina as formas.”*³²

Souto Moura afirma que com este projeto, pela primeira vez, começou a abrir janelas (porque eram necessárias). Este edifício era

²⁷ Idem;

²⁸ Idem;

²⁹ Idem;

³⁰ Idem;

³¹ Idem;

³² Idem;



Figura 17



Figura 18

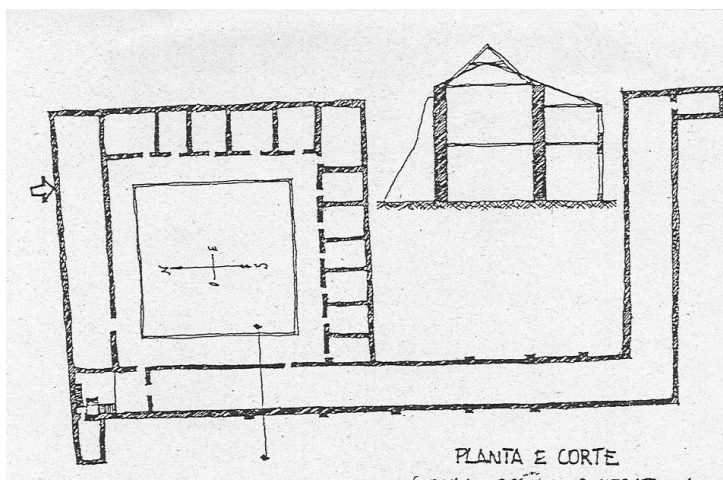


Figura 19

extremamente mole e fraco, feito de terra e pedra solta, o que fez com que o desafio não fosse apenas desenhar as janelas, mas também lidar com questões construtivas. Inventou-se então um sistema em que as janelas passavam a ser a parte consolidada e eram os vãos que asseguravam a estabilidade do resto do mosteiro - “o crackle da bolacha que segura o creme”³³. Como a torre de Janovel em Barcelona em que as janelas de aço estão ligadas por um sistema de radial de ferro e é essa teia que constitui a estrutura do edifício.

Tendo as janelas consolidadas, volta a aparecer a questão de como fechar o resto do edifício, de que forma relacionar o existente com o moderno. Sendo este um edifício evidentemente marcado pelo passar dos séculos, revelou-se, mais uma vez, a questão de que forma é que as características de cada século podem ser evidenciadas.

*“Os outros séculos têm linguagens que vão sendo mostradas naturalmente, não é por imposição ou reflexão individual de um arquiteto que resolve ser diferente.”*³⁴

Souto Moura quis fechar o edifício longitudinalmente, contrariando os ditames arqueológicos corretos e aí assume um comportamento dissonante, mas que afirma uma nova atitude: um corpo novo que não respeita as “normas” dos séculos passados e, por isso, moderno. Por outro lado, não interessava que se notasse que este edifício era novo, a não ser pela sua localização e, por isso, tratou-se exatamente como se trataram os antigos: “completamente débil, fraco, em areia, terra e depois como ia cair (...) tornei a meter o betão”³⁵.

Depois do edifício consolidado, tentou-se encontrar uma tinta para o pintar de maneira que parecesse que era caiado com a cor que tinha anteriormente, mantendo assim a sua linguagem.

No interior dos apartamentos, foram recuperadas tijoleiras

Figura 17 Processo de construção dos vãos nas paredes pré-existentes.

Figura 18 Processo de construção das novas paredes.

Figura 19 Esquema de reconstrução do que seria a estrutura original do convento.

³³ Idem;

³⁴ Idem;

³⁵ Idem;



Figura 20



Figura 21



Figura 22

artesanais que também transportam o signo da identidade.

Como resultado final, conseguiu-se um edifício inserido na cidade, sem muros e que mantém a sua imagem enquanto memória coletiva. Reconhece-se enquanto remate das ruas que o limitam, atribuindo à malha urbana um novo percurso.

Quinta de São Lourenço do Barrocal

O terceiro critério de recuperação suscitou alguma discordância num conjunto de arquitetos próximos de Souto de Moura. Trata-se da recuperação de um monte alentejano, em Reguengos de Monsaraz, realizada em 2016 que passou a dar lugar a um hotel.

Neste monte, com vista para Monsaraz e para a barragem do Alqueva, o património aqui presente tratava-se da imagem e do ambiente do lugar e a principal preocupação de Souto de Moura foi mantê-los. Para isso, reconstruiu-se tudo da mesma forma, tudo parece igual, mas não o é, o que vem desmistificar que *“para se construir património ou conservar no Séc. XXI é preciso fazer tudo novo”*³⁶.

Para recuperar algo sem parecer que se interveio foi necessário manter a mesma linguagem e fazer exatamente da mesma forma e, por isso, mantiveram-se os materiais e as formas construtivas, respeitando-se o existente. Desta forma, podemos compreender que a forma da arquitetura serve a função, independentemente das épocas.

*“Portanto épocas diferentes, culturas diferentes, e, no fundo, a arquitetura permanece e a forma responde sempre à função.”*³⁷

Decorre que a preocupação pela recuperação do objeto material em si foi ultrapassada pela necessidade de enquanto arquiteto compreender aquilo que caracterizava o lugar e que concebia o ambiente, para os poder preservar.

Figuras 20 e 21
Imagem atual do
Convento.

Figura 22
Enquadramento da
quinta na sua
envolvente.

³⁶ Idem;

³⁷ Idem;



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27

“Porque a paisagem é maravilhosa, o monte é maravilhoso e no fundo o património não é um objeto material, é um ambiente, é uma geografia, e eu nunca mais recuperava essa geografia se a fizesse nova.”³⁸

Um outro elemento da preexistência que despertou interesse a Souto de Moura foi o carácter urbano deste lugar, por não se constituir apenas por uma casa, mas sim, por vários elementos que estabelecem uma hierarquia.

Começando pelos arranjos exteriores, há que dizer que os mesmos se fizeram com muito respeito pelo existente, pelo que é característico e natural do lugar. As oliveiras milenares aqui existentes foram mantidas e a colocação do verde “novo” foi feita de forma estratégica uma vez que “os arranjos exteriores têm de ser morte lenta, naturalmente morrer e não fazer desenhos tipo golfe”³⁹ e esperar que com o tempo e com a chuva cresçam.

No pátio de infraestruturas para a realização de casamentos e festas, foi criado um novo muro de betão que foi depois revestido a tijolo de forma a manter a sua tradição. Este tijolo artesanal foi depois rebocado de forma a manter a vibração do reboco que é característico.

Para a piscina, foi necessário que esta assumisse outra função que não só a de piscina, de forma a preservar o lugar com uma imagem daquilo que lhe era tradicional. Para isso, manteve-se a aparência betão e foi utilizada também como tanque de rega, conferindo-lhe assim outro sentido que justificava a sua presença.

Para garantir a imagem exterior pretendida, foi estudado o reboco de forma a manter a sua função de isolamento, mas sem retirar toda a textura das paredes. Estas foram caiadas como é tradicional, mas esta cal, salvaguardando o não ter de se pintar o edifício todos os anos, teve de ter um mínimo de aditivo que garantiu a durabilidade.

Figura 23 Rua presente no complexo antes de sofrer o processo de recuperação.

Figura 24 Rua presente no complexo depois de recuperada.

Figura 25 Relação da nova piscina do hotel, que também serve de tanque, com elementos pré existentes.

Figura 26 Processo de revestimento em tijolo de uma nova parede de betão.

Figura 27 Parede anterior já rebocada. Jardim para eventos, onde estão presentes oliveiras milenares.

³⁸ Idem;

³⁹ Idem;



Figura 28



Figura 29



Figura 30



Figura 31



Figura 32

Nas janelas do edifício, era impossível negar a necessidade da utilização de vidro duplo por questões energéticas, mas com os caixilhos utilizados conseguiu-se dissimular o alumínio brilhante, que aqui não se enquadrava.

Os telhados foram revestidos com telha, mas de forma a não existir um contraste do novo com o antigo. Utilizou-se uma telha nova para garantir a impermeabilização e, em seguida, esta foi coberta com a telha antiga para manter a linguagem.

No edifício principal, por sua vez, por uma questão de segurança, o piso de cima destinado aos quartos teve de ser demolido e reconstruído de novo. As chaminés que aqui existiam foram utilizadas para a colocação dos ares condicionados. Foi acionada esta “*mentira*”⁴⁰ de forma a não fugir ao existente.

No interior, interessava que os tetos não ficassem retos e, apesar de se utilizar o ferro na sua construção, não se forçou a contra flexa de forma a que, com o tempo, fossem cedendo.

Também nos pavimentos não interessou afirmar uma nova linguagem e, com proximidade à solução encontrada para os telhados, “*misturou-se o antigo com o novo*”⁴¹.

Por último, alguns pilares estavam a ceder e as abóbadas estavam quase a cair e, por isso, foram reconstruídos em betão, rebocados a saibre e pintados a cale. Durante a construção algumas abóbadas caíram e, aqui, retomaram-se os métodos construtivos tradicionais. Não interessava construir em betão e disfarçar para que parecesse antigo, importava fazer de forma tradicional até mesmo pelo valor do método construtivo e pela necessidade de o tentar manter uma vez que “*é a última geração que vai saber construir abobadas*”⁴².

Com esta análise, compreendemos que, algumas vezes, reabilitar um lugar para uma nova função, não está necessariamente associado a dar-lhe uma nova imagem. Podemos assim notar a capacidade que alguns

Figura 28 Processo de aplicação do reboco.

Figura 29 Parede rebocada e caiada, onde é visível a textura pretendida.

Figura 30 Dupla camada de telhas aplicada que garante na impermeabilização sem fazer destoar o novo com o antigo.

Figura 31 Processo de construção das abobadas.

Figura 32 Abobada já terminada, construída pelos métodos tradicionais.

⁴⁰ Idem;

⁴¹ Idem;

⁴² Idem;

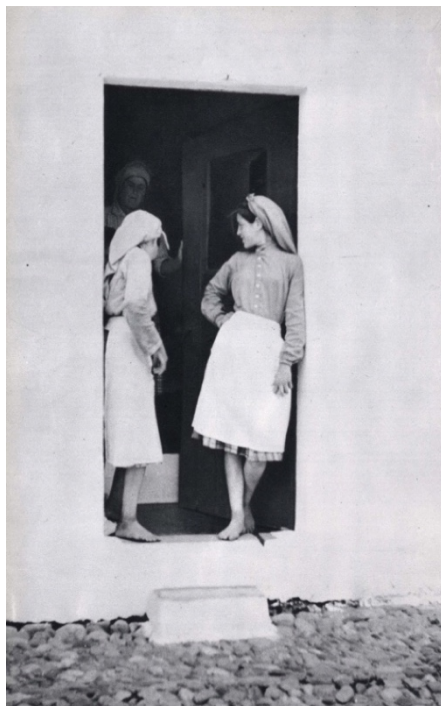


Figura 33



Figura 34

espaços têm em si mesmos em se adaptar ao novo programa.

É então primeiro necessário reconhecer o valor presente no lugar, e que iremos tratar e, ao mesmo tempo, identificar a capacidade metamórfica, ou não, que a estrutura possa conter, de forma a determinar uma ação que, por um lado nos permita preservar o valor reconhecido e que por outro, nos permita garantir o uso do edifício que o irá manter.

Neste caso, é realmente interessante compreender o carinho que este lugar despertou em Souto de Moura e a necessidade que ele sentiu em manter pequenos detalhes que caracterizaram o lugar, e que só dessa forma tornaria possível manter o património que ele aqui reconheceu.

Figuras 33 e 34

Retrato da relação do
antigo com o novo.

2.1.2 O valor patrimonial enquanto motivo projetual

A análise destas três obras, e sendo todas elas ações na cidade existente, nomeadamente em *vazios*, permite-nos fazer uma reflexão sobre as noções de *património* e o que caracteriza ou em que é que consiste um processo de reabilitação.

Tal como afirma Souto de Moura, não existe uma teoria de reabilitação única que possa ser aplicada aos três projetos porque é necessário adaptá-la a cada um deles.

A análise destas três obras permite-nos discernir diferentes abordagens projetuais que, contudo, partilham uma preocupação comum: a defesa do *património*, seja ele tangível ou intangível. Importa, por isso, refletir sobre o que pode ou não, e porquê, ser considerado *património*, justificando a sua proteção, salvaguarda ou algum tipo de atenção especial. A definição, ou entendimento deste conceito determina frequentemente o caminho a seguir na hora de intervir sobre uma qualquer pré-existência.

Assim, é necessário percebermos também como é que o conceito de *património* tem evoluído e se tem alterado, de forma a englobar as mais diversas circunstâncias e, correlativamente, como tem também evoluído a noção de reabilitação.

Para isso, é indispensável recuperar as intervenções no *património* histórico, onde foram várias as definições de conservação e restauro propostas ao longo dos tempos.

Inicialmente, o *património* foi associado a “monumentos”, a edifícios isolados com valor memorável que se considerou necessário manter.

As principais reflexões sobre ações de conservação e restauro apareceram associadas às destruições resultantes da revolução francesa, nomeadamente as de John Ruskin e de Viollet Le-Doc, referidas por Souto de Moura.

Ruskin defendia que as consequências do passar do tempo e dos acontecimentos históricos são marcas que devem ser preservadas e, por isso, que não deveriam ser alteradas.



Figura 35

“De sua parte, Ruskin, defende um anti-intervencionismo radical, de que até então não havia exemplo, e que deriva de sua concepção do monumento histórico. O trabalho das gerações passadas confere, aos edifícios que nos deixaram, um carácter sagrado. As marcas que o tempo neles imprimiu fazer parte de sua essência.”⁴³

Considera ser impossível fazer um restauro e que tal ação vai contra a essência do edifício, uma vez que defende que o seu destino será sempre a ruína. Embora o seu destino seja sempre o mesmo, também defende que este pode ser retardado e propõe que seja feita a conservação do edifício tal e qual como está para que mantenha a sua imagem para o futuro, mas, como não nos pertencem, não temos o direito de os alterar e, portanto, deve ser feito *“de forma imperceptível”*⁴⁴.

Um exemplo do seu trabalho na tentativa da preservação dos monumentos na sua forma original, é o daguerreótipo⁴⁵ e os desenhos rigorosos da Igreja de Santa Maria de la Spina, em Pisa. Com estes registos conseguimos compreender que a igreja que existe atualmente resulta de uma reconstrução do Séc. XIX e não da construção original do Séc. XIV.

Viollet Le-Doc propunha uma visão muito contrária já que defendia que se devia preservar a imagem do edifício e, por isso, reconstruí-lo para que esta pudesse constituir uma memória futura. Considerava ser também possível adicionar-lhe novos elementos, mesmo que utilizando técnicas construtivas que não fossem típicas da antiguidade, sendo que a sua intenção seria sempre a tentativa de conseguir a imagem original.

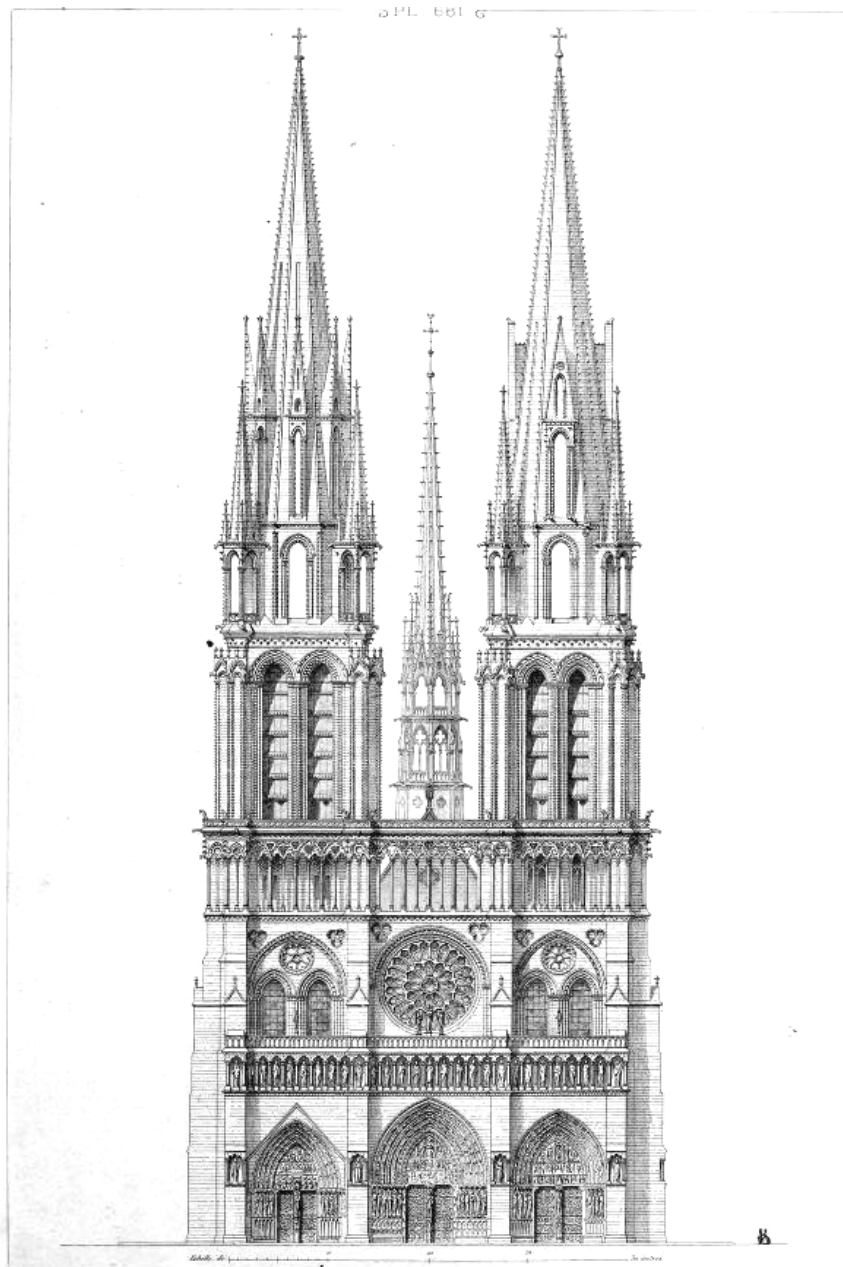
“Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado e a uma concepção “ideal” dos monumentos históricos, que criam na prática um

Figura 35
Daguerreótipo da Igreja
de Santa Maria de la
Spina, por John Ruskin.

⁴³ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Património. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001, p.154

⁴⁴ Ibid., p.156

⁴⁵ Primeiro método de registo fotográfico comercializado.



E. Viollet le Duc del.

C. Sauvageot sc.

NOTRE-DAME DE PARIS
PROJET DE RESTAURATION DE LA FAÇADE

V. A. MOREL et C. Editeurs

Imp. Lemerre et C. Paris

Figura 36

intervencionismo militante cujo carácter arbitrário é conveniente denunciar."⁴⁶

Podemos reconhecer este sentido de reconstrução da forma original na sua totalidade com o seu projeto para a Notre-Dame em Paris, após a Revolução Francesa. O mesmo pretendia levar a imagem da catedral a um estado ideal que nunca tinha sido alcançado para o qual propunha levantar as duas torres e o pináculo central.

Em 1931, numa conferência em Atenas, convocada pelo Conselho internacional dos Museus, surge a questão da conservação do património. É neste momento que a primeira carta internacional do Restauro é redigida, e que, apesar de não especificar o que é considerado património, estabelece os principais princípios e recomendações que se deveriam ter em consideração em ações de restauro. Revela, por exemplo, a vontade de que se deveria ter em consideração a obra histórica e artística do passado, preservando os vestígios das diversas épocas como sugere ainda a ocupação dos monumentos respeitando o seu carácter histórico, de forma a prolongar a sua vida.

Em 1964, em Veneza, realizou-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Nesta conferência estiveram presentes 61 países de todos os continentes o que permitiu que a influência da carta aqui redigida crescesse substancialmente em relação à anterior.

Com esta carta podemos, sobretudo, relatar a evolução da noção de monumento histórico que passa agora a englobar *“a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.*”⁴⁷

Compreendemos desta forma, o processo de evolução da noção de

Figura 36 Projeto de restauro da fachada de Nortre-Dame, em Paris, a 1854, por Viollet Le-Doc.

⁴⁶ Ibid., pp.156 e 157.

⁴⁷ Carta de Veneza. 1964.

NOÇÕES	SIGNIFICADOS MAIS CARACTERÍSTICOS
Reabilitação / / recuperação	Na sua origem o termo <i>reabilitar</i> está associado à re aquisição ou restabelecimento de direitos por parte de alguém que deles havia sido privado, nomeadamente no âmbito judicial. No entanto, o termo abarca ainda uma outra vertente reportada à acção de recuperar em contexto público ou privado de relação “a estima e a consideração” (Choay e Merlin; in Vasconcellos e Mello, 2006:58). No âmbito da intervenção urbana, as lógicas da reabilitação ultrapassam a simples melhoria das condições de habitabilidade, destacando-se a preocupação em defender-se a continuidade residencial dos moradores mais carentes, bem como a permanência dos comerciantes e artesãos com maiores dificuldades de solvência económica (Portas, 2003). Reabilitar sugere uma acção mais ampla que, segundo Luz Valente Pereira (1986) se oferece como oportunidade de reencontro com o <i>bom</i> conceito que a cidade detinha, assim recuperando a estima pública.
REVITALIZAÇÃO / / REUTILIZAÇÃO	Nos processos de intervenção urbana inspirados pela ideia de <i>revitalização</i>, assume-se a premência da necessidade de recomposição da mistura de actividades e de uma maior diversificação etária, cultural e económica da população residente ou activa, de áreas mais alargadas e, como tal, mais heterogéneas em termos históricos e estéticos (Portas, 2003). O sentido da ideia de <i>revitalização</i> aplica-se também ao correlacionar de intervenções de recuperação de âmbito pontual conforme decorre nos edifícios, com aquelas de âmbito mais geral e que se referem à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais com o objectivo de melhorar a qualidade global dos contextos de intervenção (Aguar, 1993). A perspectiva de revitalização propõe novos usos ao tecido edificado, ou melhor dizendo, uma <i>reutilização</i> do mesmo e que, por seu lado, também se relaciona com uma perspectiva de <i>requalificação</i>⁵.
REGENERAÇÃO	Termo que ganha força no início dos anos 80 do século XX e que se inspira no “processo que ocorre num organismo vivo quando este demonstra a capacidade de reconstituir um seu tecido danificado, repondo um equilíbrio funcional que havia sido perturbado” (Vilares, 2003:100). Nesta metáfora que “compara a trama de um tecido da pele ao tecido urbano”, assume-se como implícita a preocupação vocacionada para revitalização/recuperação dos contextos locais do ponto de vista económico (Vasconcellos e Mello, 2006:60). Normalmente este termo está associado às reurbanizações mais recentes e identificadas com um modelo económico neoliberal, onde a privatização de áreas públicas e a gestão do ambiente através de parcerias mistas (público e privado) prevalecem.
Reanimação / / Reconversão	Noções que reflectem algumas contradições das intervenções precedentes da década de 80 do século XX, as quais decorrem das críticas aos processos de <i>gentrification</i>, ao aumento da actividade turística e da terciarização (marcada sobretudo pelas actividades de restauração e de diversão nocturna) dos centros urbanos. Reivindica-se a necessidade de um novo olhar votado aos problemas das acessibilidades, das infra-estruturas, dos equipamentos locais, bem como da necessidade de alterações significativas na tipologia e construção dos edifícios de modo a que fosse possível a sua adaptação a novos usos. Por outro lado, as noções de <i>reanimação</i> e <i>reconversão</i> dos contextos sustentam a necessidade de mudanças significativas nos espaços públicos, muitas vezes implicando para tal um incremento de parcerias público e privadas no âmbito das acções e das dinâmicas de gestão implementadas. Desde então, as intervenções feitas têm permitido uma maior competitividade entre as cidades, nomeadamente no que concerne às acessibilidades, serviços, animação cultural e à qualidade do ambiente (Portas, 2003).

⁵ Entenda-se por *requalificação* um conjunto de intervenções múltiplas com o intuito de (re)valorizar as potencialidades sociais, culturais, económicas e funcionais dos contextos de intervenção, melhorando as condições do tecido edificado, de forma a promover a qualidade de vida.

património que passou também a englobar “*sequências mais amplas do tecido urbanizado e construído (o quarteirão, a praça, conjuntos característicos), como também integrar as dimensões físicas e sociais dos contextos de intervenção no conjunto urbano*”⁴⁸

Desta forma, e com a análise das obras de Souto Moura percebemos que o *património* é associado ao *valor* do objeto em causa nos vários domínios físico, social e cultural. O *valor* torna-se na principal base de um projeto de reabilitação porque passa a ser o motivo pelo qual é necessária a intervenção, de forma a poder preservá-lo. Assim, a noção de *valor* leva-nos para uma compreensão aprofundada do lugar ou objeto e daquilo que ele representa enquanto *memória coletiva*.

Para então realizarmos uma ação de restauro é imperativa a compreensão do *valor* do objeto a fim de viabilizar a ação. São várias as noções associadas a um restauro, que Nuno Portas intitula de “família dos rês”, constituída pela: “reabilitação”, “reutilização” “revitalização” e “renovação” que se distinguem “conforme o grau de aproveitamento das estruturas existentes” e, por isso, surge uma grande dúvida sobre qual das atitudes tomar perante o objeto existente.

Compreende-se que deve haver uma definição daquilo que representa cada uma dessas noções dentro de um contexto urbano.

Para uma melhor compreensão destas noções vamos retomar então a relação *património/valor* existente nas obras de Souto Moura com a principal ação por ele tomada no que concerne às noções referidas.

No projeto para o mosteiro do Bouro, é interessante compreender a relação entre a memória que Souto Moura tinha da visita, durante a sua infância, ao mosteiro de Santa Maria com o resultado final da obra. Durante o seu discurso, ele recordou as largas paredes que constituíam a ruína: “*E a coisa que mais gostava na ruína é que os muros tinham 1m e meio de espessura, com duas paredes de 50cm e no meio tinha uma caixa de ar com terra e cresciam árvores nessa floreira entre as pedras*”⁴⁹. No

Figura 37 Definição dos termos que constituem a “família dos rês”.

⁴⁸ MENEZES, Marluci. Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? - Uma Breve visita à Mouraria; Cidades - Comunidades e Territórios. Dez.2005, nº11, p.65.

⁴⁹ Moura; Souto de. Op. cit.



Figura 38

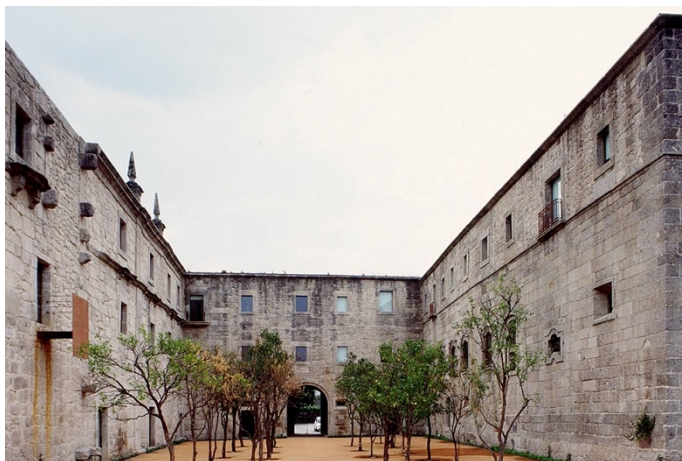


Figura 39



Figura 40

Figura 38 Ruína antes da intervenção.

Figura 39 Imagem final do edifício, todo revestido com as pedras originais.

Figura 40 Relação do edifício com a rua, onde é possível identificar a entrada para o interior lote.

seu projeto, ao trabalhar com as pedras da ruína, e ao mantê-las exatamente com a mesma imagem, servindo-se da sua histerotomia para formar as novas paredes do mosteiro, mostra que existe uma relação sensível entre a sua memória do lugar e aquilo que o próprio identifica como património.

É visível neste edifício que o principal interesse foi manter a imagem da ruína. Apesar da nova função agora atribuída às pedras, elas aparecem de forma a preservar a imagem e a memória existentes do lugar. Desta forma, a principal ação presente na obra prende-se com a utilização de um elemento pré-existente, conferindo-lhe uma nova função. Esta ação é aplicada de formas diferentes a elementos diferentes: por um lado, o uso das pedras existentes para conferir a imagem do edifício, as quais deixam de realizar uma função construtiva, uma vez que as paredes são agora feitas em betão e passam a assumir assim o papel da representatividade da memória coletiva do lugar. Por outro, com o uso da ruína como elemento livre tornou-se necessário reestruturar para servir as funções necessárias da nova finalidade do edifício.

Portanto, e retomando as definições acima referidas, podemos afirmar que a ação eleita para o restauro deste edifício foi, sobretudo a *reabilitação*.

Em Tavira, o património é o lugar na cidade que este objeto ocupa e por isso a principal preocupação foi trabalhar a sua relação com a cidade. Para isso não interessava trazer uma nova imagem para o edifício que pudesse alterar por completo a imagem do lugar, interessava trabalhá-lo de forma a poder participar na cidade. Assim, mesmo com a ampliação que lhe foi conferida e com a abertura do interior do lote para a cidade, existiu a preocupação em manter a linguagem daquele edifício quer pela técnica construtiva aplicada ao novo volume, quer pela cor escolhida para o exterior.

Desta forma, com o uso deste objeto para estabelecer novas ligações entre a malha urbana existente e potenciar novas dinâmicas podemos afirmar que se trata de uma *regeneração*. Por outro lado, com a nova função a atribuída a este espaço é demonstrada uma grande

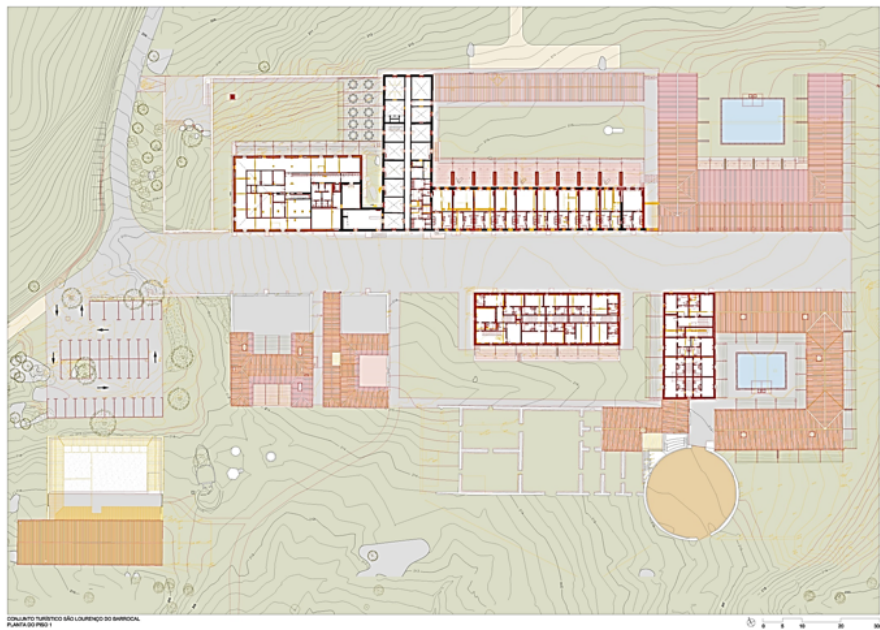


Figura 41



Figura 42

preocupação com a noção de *reabilitação* acima referida, uma vez que existe uma especial atenção em tentar manter o edifício preservado ao longo do tempo.

Já no último caso de estudo, o património em questão entendeu-se pela paisagem e o ambiente do lugar. Por consequência, para o manter, foi necessária uma ação de *recuperação* da imagem original do lugar. Neste caso de estudo, a principal preocupação foi conseguir *recuperar* o edifício como ele era na sua forma original. Assim foram as novas apropriações dos espaços, necessárias à nova função do edifício que se adaptaram à pré-existência, de forma a manter a estrutura original.

É interessante compreender que esta *recuperação* passou também pela experimentação das técnicas originais da construção do edifício, uma vez que não interessava criar uma imitação “falsa” do que lá estava, interessava sim voltar a fazê-lo exatamente como era, especialmente pelo valor dessas técnicas construtivas, que se têm vindo a perder.

Para uma melhor estruturação desta análise, foi desenvolvida uma tabela que nos permite facilmente relacionar o património com as ações tomadas para cada uma das obras em questão.

Assim, esta tabela permite-nos também estabelecer uma rápida comparação entre os três casos de estudo, já que se trata de objetos e resultados tão distintos. Para tal, achou-se pertinente destacar o lugar, o património, a família dos “res” e a finalidade, uma vez que se consideram os pontos de principal reflexão.

Esta tabela servirá também, mais à frente, para nos ajudar a situar o objeto de estudo desta dissertação em cada um dos pontos destacados. Assim, será mais fácil eleger as ações a tomar no momento de realizar o projeto de restauro possivelmente situar entre os três casos de estudo, constituindo-se assim num novo “*critério de revitalização*”.

Decorre que com a análise elaborada podemos verificar que o *valor* do objeto em causa está diretamente relacionado com as noções aplicadas a cada intervenção, salientando assim a afirmação de que “*cada*

Figura 41 Planta de projeto, onde a vermelho, está identificado tudo o que foi reconstruído.

Figura 42 Relação do antes, durante o processo de construção e a imagem final conseguida para o hotel.

	Pousada do Bouro	Convento das Bernardas	Monte Alentejano
Património em causa	Ruína como elemento livre. Memória do autor.	Lugar na malha urbana. Marcas da presença de vários séculos e das suas apropriações.	Geografia e lugar em que se insere.
Lugar	Edifício na cidade.	Edifício na cidade e que marca o limite desta.	Monte isolado.
Família dos “res”	<i>Reabilitação:</i> Reconstruir utilizado os materiais existentes conferindo-lhe uma nova função. Reestruturação da ruína para novos usos.	<i>Regeneração:</i> uso do edifício para criar novas ligações urbanas <i>Reabilitação:</i> com o novo programa atribuído (apartamentos) procura-se manter o edifício ao longo do tempo.	<i>Recuperação:</i> Reconstrução da forma original quase na totalidade. Construiu-se o novo parecendo antigo, fazendo uso das técnicas e materiais originais.
Finalidade	Pousada	Apartamentos	Hotel

Figura 43

situação é uma situação” e que é impossível encontrar uma resposta que seja transversal a todas.

Estas diferentes situações servem-nos assim de exemplo e, principalmente, de reflexão sobre a dificuldade de readaptar um objeto existente à cidade contemporânea, sem haver perda de *valores*, quer sejam eles antigos ou atuais.

Figura 43 Tabela de relações entre os três casos de estudo.

2.2 Outras obras como referência

Em seguida, iremos ainda analisar outros casos de estudo que foram eleitos pelas características que têm em comum com a moagem Mariano, de forma a conseguirmos exemplos representativos das principais problemáticas do projeto.

A primeira delas, é o facto de todos corresponderem a ações de reabilitação de estruturas industriais desativadas e que, pela situação urbana em que se inscrevem, trata-se de intervenções em *vazios urbanos* que assumem uma localização estratégica pela proximidade a vias estruturantes. Em todos eles houve a necessidade de transformar a área de intervenção num espaço público, demonstrando assim uma grande preocupação em transformá-lo num espaço coletivo e que, estabelecendo um diálogo com a envolvente, passasse a participar nas dinâmicas da cidade, contribuindo para a sua regeneração.

O segundo motivo, prende-se com o resultado final procurado para a proposta, pela versatilidade programática que lhes é conferida, que tenta garantir um resultado capaz de se adaptar à comunidade envolvente e evoluir com ela.

Ainda assim, todos eles irão contribuir de formas diferentes para o exercício de projeto, pela singularidade que cada um representa.



Figura 44



Figura 45



Figura 46



Figura 47

Arquipélago – CAC

O edifício, localizado em Ribeira Grande, na Ilha de São Miguel, nos Açores, é uma obra de reabilitação de uma antiga fábrica que inicialmente, em 1894, foi construída para a destilação de álcool e, mais tarde, passou a ser utilizada para a secagem e produção de tabaco. Há a referência da importância que já na altura esta construção teve para a dinamização do concelho.

Depois da extinção do uso enquanto fábrica, o edifício foi vendido algumas vezes, até que em 2006 passou a pertencer à Região Autónoma dos Açores.

Em 2014, é feito um projeto de reabilitação do edifício para que passe a albergar um Centro de Artes Contemporâneas, que resulta de uma parceria entre Francisco Vieira de Campos e Cristina Guedes, do atelier *Menos é Mais* e João Mendes Ribeiro.

Um dos motivos que nos levou a eleger este objeto de estudo foi por se localizar entre duas vias estruturantes da malha urbana, nomeadamente a principal avenida da vila que se assenta no traçado da nacional que a atravessa e a liga ao resto da região. Tal como acontece na área de intervenção a tratar nesta dissertação, podemos assim afirmar que se tratava de um *vazio urbano* com uma localização estratégica, e a transição entre estas duas vias foi um tema de projeto que se tratou atentamente.

Foi feita uma ampliação à estrutura existente para que pudesse albergar todo o programa pretendido. Os novos e os antigos volumes, postos, lado a lado, assumem uma relação serena entre os vários tempos. É com a escala dos volumes, mas principalmente com os materiais escolhidos que esta relação se estabelece: para os volumes antigos é utilizada a pedra vulcânica típica da região e os novos, com uma forma mais abstrata, são feitos em betão aparente com basalto local.

Este equilíbrio entre o novo e o antigo será também explorada no exercício de projeto que mais à frente iremos desenvolver.

Existe uma grande relação entre cheios e vazios, o conjunto, por

Figuras 44 e 45
Relação entre o antes e
o depois da intervenção.

Figura 46 Diálogo
entre os dois materiais
escolhidos para o
revestimento dos
volumes, a pedra
vulcânica e o betão
aparente.

Figura 47 Praça
central do edifício para



Figura 48



Figura 49



Figura 50

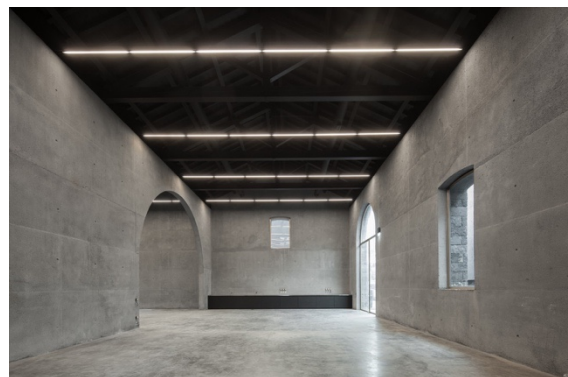


Figura 51

entre os volumes, cria tanto uma passagem que liga as duas vias anteriormente referidas como desenha uma praça ao centro. Esta praça é algumas vezes apropriada pela sala multiusos que faz parte do edifício, uma vez que esta tem a capacidade de se estender para o exterior, fazendo com que o volume em que esta se encontra e a praça participem do mesmo espaço.

O programa, constituído por uma loja, espaço de reservas, espaços de residência artística, espaço expositivo, serviço educativo, biblioteca e a “black box” onde encontramos a sala multiusos e o centro audiovisual e multimédia, é distribuído de forma estratégica pelos volumes antigos e os novos.

Figuras 48 e 49

Transição entre a rua que limita o lote e a preexistência da fábrica feita pelo volume das reservas.

Figura 50 Vista do interior do lote para o exterior.

Figura 51 Interior do volume para as residências artísticas que com o espaço livre e o pé direito alto permite diferentes apropriações.

“O Arquipélago adquire a sua identidade pela variação tranquila entre o edifício existente – contenção e gesto mínimo na implantação estratégica dos canais de infraestruturação, máxima eficácia na hierarquização espacial e funcional dos diferentes espaços do complexo fabril – e os dois edifícios novos que, por exigirem condições especiais não compatíveis com a preexistência, resolvem as funcionalidades pedidas.”⁵⁰

O edifício das reservas é o que faz a transição entre a envolvente e a preexistência da fábrica. O novo volume representa a função programática mais complexa do centro de artes contemporâneas. No piso 0, por onde se faz o acesso ao volume encontramos as reservas e os espaços técnicos necessários.

“As reservas apresentam uma tipologia espacial que responde às solicitações de reconversão e flexibilidade para dar resposta às diferentes necessidades do acervo a constituir, seja de diferentes escalas como de materiais (papel, tecido, tela, metais, madeira, vídeo, etc.).”⁵¹

⁵⁰ <http://arquipelagocentrodeartes.azores.gov.pt/arquipelago-2/centro-de-artes/>

⁵¹ Idem;



Figura 52



Figura 53

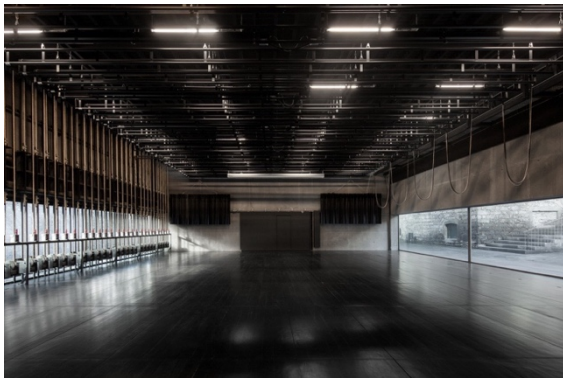


Figura 54

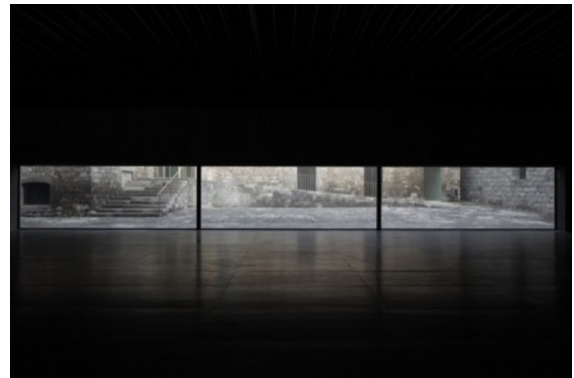


Figura 55

Para as residências artísticas foi aproveitado o volume que faz a transição entre as reservas e o edifício expositivo. Aqui, com o espaço amplo e o pé direito alto foi conseguido um espaço que garantisse a criação de condições espaciais, funcionais e técnicas, necessárias para a apropriação pelos artistas. Procurou-se que este edifício possibilitasse a interação do público com o processo criativo e que funcionasse como “espelho” das atividades que podem acontecer no centro.

O edifício expositivo é aquele que contém a receção do centro. Estabelecendo uma relação direta com o espaço público e, como se situa no centro do edifício, este volume funciona como rótula tanto de percursos como de funções. Os espaços expositivos estão localizados no piso térreo e na cave e distribuem-se de forma a garantir um corredor técnico *“que permite ligar diferentes ambientes e funcionalidades, existindo uma circulação entre espaços para público e espaços de serviço, de modo a haver uma continuidade entre percursos e funções.”*⁵²

Também com ligação à receção, encontramos no piso 1 deste volume a biblioteca e o serviço educativo, que funcionam de forma independente dos espaços expositivos. No piso 2 encontramos os serviços administrativos e um bar que funcionam também de forma independente graças a um corpo técnico vertical exterior que garante a circulação.

Por último, o edifício da “Black Box”, divide-se em dois: na parte central localiza-se a sala multiusos bem como os camarins, na parte sul encontramos os laboratórios de multimédia (técnicas limpas, digitais, informática e estúdio de som/audiovisual). Como já referido, este edifício promove uma forte relação com o exterior pela ideia do “teatro rua”, este espaço com uma tipologia muito modulável, adapta-se a cada espetáculo pela adição e combinação de elementos localizados tanto no chão como no teto. Este espaço promove ainda a relação entre espetador e artista já que, em resposta à polivalência que as artes performativas hoje exigem, esses partilham o mesmo espaço.

Com o programa escolhido, passa assim a ser um lugar onde se

Figura 52 Entrada para a receção do centro.

Figura 53 Praça central onde conseguimos compreender a relação entre o espaço público e os diferentes volumes.

Figuras 54 e 55 Interior do volume da “Black box”.

⁵² Idem;



Figura 56



Figura 57



Figura 58



Figura 59

constrói “um pólo de criação e cultura, orientado para incentivar as residências artísticas nacionais e internacionais e a sua articulação com a comunidade”⁵³

Casa da arquitetura

O edifício Casa da Arquitetura - Centro Português de Arquitetura localiza-se em Matosinhos e trata-se de um projeto de reabilitação de uma antiga instalação fabril construída entre 1897 e 1901 que era destinada à Real Companhia Vinícola.

Este edifício, da autoria do Engenheiro António da Silva, originalmente, sofreu poucas alterações durante o seu período laboral. Apenas podemos relatar uma ampliação em 1903 e uma nova decoração de uma fachada em 1929. Desde o seu encerramento em 1930, foi visível a sua degradação e apenas serviu de alojamento à população ribeirinha (que ficou despojada das suas habitações, aquando da construção das docas do porto de Leixões) e, algumas décadas depois, aos retornados das ex-colónias.

O imóvel encontrava-se em elevado grau de deterioração e passou a ser propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos, “*tendo sido considerado como Valor Cultural e Patrimonial no Plano de Urbanização de Matosinhos Sul, da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira, vindo a ser classificado, no âmbito do mesmo plano, como Edificação a Salvar*”⁵⁴

Considerámos esta obra de reabilitação um bom exemplo a tomar para o exercício do projeto que iremos desenvolver, pela forma como, recuperando e preservando a imagem industrial do edifício, se conseguiu adaptá-lo a um novo programa que o torna num espaço coletivo aberto à comunidade.

O edifício é composto por volumes de planta retangular que

Figuras 56 e 57
Comparação entre o
antes e o depois da
Intervenção.

Figuras 58 e 59
Imagem dos exteriores.

⁵³ <https://www.publico.pt/2016/06/09/culturaipsilon/noticia/centro-de-artes-dos-acoresh-ganha-premio-fad-de-arquitectura-1734568>

⁵⁴ BARBOSA, Filipa. Reabilitação de um edifício em Matosinhos: Caso de Estudo. Dissertação de mestrado em engenharia civil. FEUP, 2015, p.14.



Figura 60



Figura 61



Figura 62

ocupam todo o perímetro do quarteirão e que deixam no seu interior um pátio de grandes dimensões, que em tempos correspondia ao remate da linha férrea e onde encontrávamos dois armazéns.

Neste projeto de arquitetura realizado em 2017, não existiu a necessidade de acrescentar novos volumes e adaptaram-se os existentes a um novo programa com vários usos, tentando sempre manter a sua imagem histórica.

O autor do projeto de reabilitação, arquiteto Guilherme Vaz afirma que *“Procurou-se desenhar – sempre que possível – de acordo com o projeto original. Toda a volumetria exterior foi recuperada, o desenho das asnas de madeira manteve-se, reconstruíram-se carpintarias. Procurou-se manter o espírito industrial do lugar.”*⁵⁵

O novo programa de natureza cultural é então composto e distribuído por cinco áreas, a primeira destinada à casa da arquitetura onde se pode encontrar uma zona de arquivo que procura contribuir para a criação de um fundo documental de grande valor, um espaço de exposição, uma biblioteca, um auditório e serviços administrativos, uma segunda destinada à sede da Orquestra Jazz de Matosinhos, uma terceira que corresponde a um espaço multiusos *“que pretende ser uma praça coberta para actividades do município”*⁵⁶, uma área de restauração e por último uma área destinada a lojas e a estúdios, que serão concessionados de forma a rentabilizar o espaço e torná-lo autossustentável financeiramente. No espaço exterior podemos considerar que *“O pátio central surge como uma Plaza Mayor, qualificando-o e vocacionando-o para usos coletivos.”*⁵⁷

Relativamente aos percursos de acesso às diferentes áreas, estes estão marcados pela diferença de pavimento: para assegurar um maior conforto pedestre, a calçada portuguesa aqui existente foi substituída, apenas nestes percursos, por betão branco.

Com esta recuperação, apesar de o edifício cercar a totalidade do lote em que se insere, foi possível transformá-lo num espaço comunitário

Figura 60 Espaço exterior de entrada, gerado pelos volumes do centro cultural. Onde podemos observar a diferença de pavimentos.

Figura 61 Interior da loja da Casa da Arquitetura.

Figura 62 Interior do espaço multiusos, com a estrutura de madeira recuperada e o pavimento em cimento queimado.

⁵⁵ VAZ, Guilherme. Texto disponível em <http://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/>

⁵⁶ <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/revitalizacao-real-vinicola>

⁵⁷ <http://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/>



Figura 63



Figura 64

que procura trazer novas dinâmicas ao lugar envolvente e também conservar o seu valor patrimonial arquitetónico e histórico.

Matadero de Madrid

O edifício Matadouro de Madrid está localizado nas proximidades do rio Manzanares em Madrid. Este edifício correspondeu ao matadouro municipal de Arganzuela, contruído entre 1911 e 1925 pelo arquiteto Luis Bellido Y gonzález. Dado à sua demorada construção, este foi sofrendo algumas alterações e as plantas originais não correspondem ao seu resultado final. O matadouro Municipal funcionou até 1996, já que por volta dos anos 80 começou a ser considerado desatualizado para responder às necessidades industriais da época. Já antes, no momento da sua desativação surgiram diversos pedidos para que pudesse albergar em alguns espaços programas culturais e em 1990 estabeleceu-se um acordo com o Ministério da Cultura e com a Câmara de Madrid, a qual cedeu algumas naves do complexo para a companhia Nacional de Ballet de Espanha.

Em 2005, começaram então as obras para o transformar num centro cultural com um programa muito diverso, distribuído pelas várias naves onde se inclui a Cinateca, destinada à exibição de filmes, a casa do leitor, em que a leitura e os leitores são o principal elemento, a Nave do Espanhol onde encontramos duas salas de espetáculos e um café-teatro, a Central de Desenho que está destinada à promoção e difusão do desenho gráfico, industrial e de interiores, o edifício Intermediae que procura ser um espaço com um carácter muito público para a criação contemporânea, um centro de residências artísticas, um espaço de grandes dimensões que pode ser utilizado para várias funções, a nave 0, um espaço expositivo pouco convencional uma vez que se trata da antiga câmara frigorífica e por último a Plaza e Calle Matadero, um espaço multifuncional ao ar livre.

Figura 63 Vista da
imagem exterior.

Figura 64 Vista aérea
onde podemos ver a
praça multiusos.

O projeto de reabilitação deste complexo é da autoria de vários arquitetos, mas todos tiveram como objetivo que as intervenções realizadas fossem mínimas, considerando apenas o necessário para o novo uso, a fim

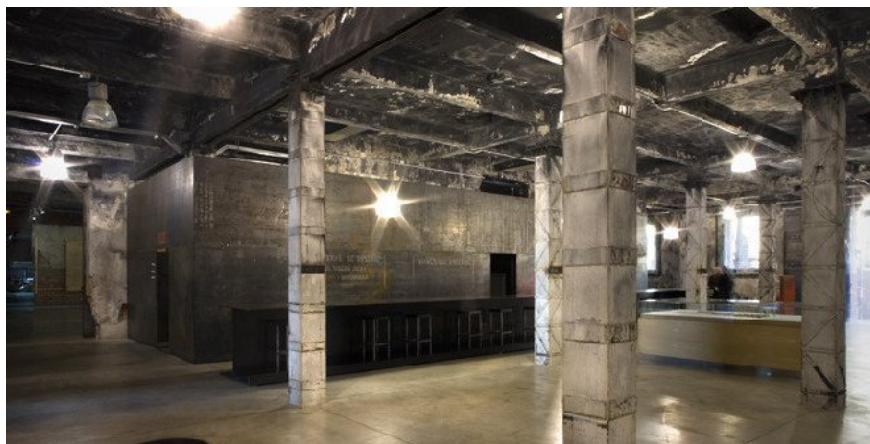


Figura 65

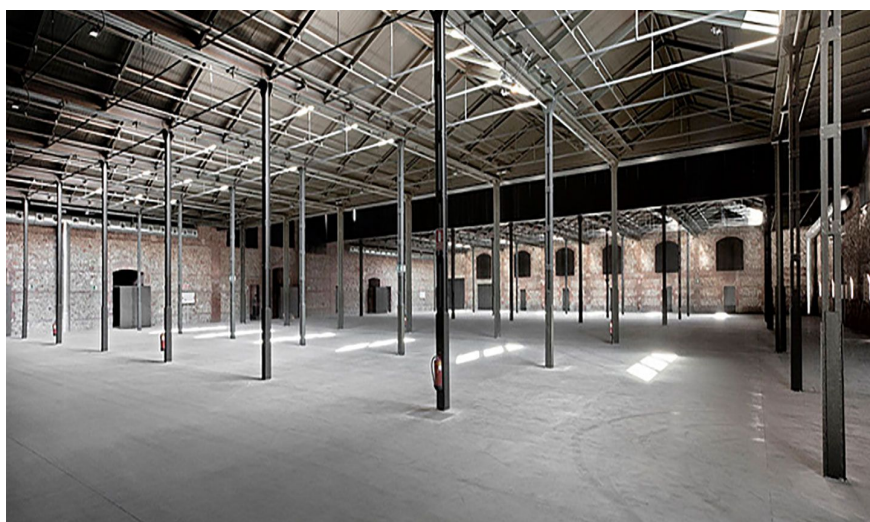


Figura 66



Figura 67

de conservar o património industrial, aceitando o aspeto de ruína. Todas as intervenções foram realizadas com base em materiais no seu estado bruto e com medidas padrão de forma a que este possa ser aproveitado para outros projetos e, se necessário, que este espaço volte à sua forma original.

“Las intervenciones mantienen expresamente las huellas del pasado para reforzar el carácter experimental de las nuevas instituciones que van a alojar. Para ello, se busca el equilibrio entre un respeto máximo al espacio patrimonial y una dotación específica que lo distinga, a través del uso limitado de materiales industriales directos, y que, al mismo tiempo, dé servicio a los diferentes usos que el centro de Creación Contemporánea pueda albergar.”⁵⁸

Este carácter adaptativo e metafórico trabalhado neste complexo, pensado além da sua função atual e aceitando que num futuro poderá ser necessário que responda a novos usos sem que as intervenções realizadas o impeçam, estando assim sempre preparado para os receber, foi o que nos motivou a trabalhá-lo enquanto obra projetual de referência para a proposta que mais à frente será desenvolvida.

Como referido anteriormente, todas estas obras nos servirão, de diferentes formas, como exemplo para o exercício de projeto que se segue, mas com esta exposição compreendemos um ponto essencial que todas elas têm em comum: uma forte componente social e uma grande preocupação para que estas estruturas passem a servir a comunidade em que se inserem, tendo como base uma ação que intervenha no desenvolvimento urbano e que se afaste da musealização. Será então, também este, um dos pontos de partida para a nossa proposta.

Figuras 65, 66 e 67
Interiores de diferentes
espaços onde se pode
observar os materiais
originais em relação
com os novos.

⁵⁸ <https://www.mataderomadrid.org/arquitectura>



Figura 68

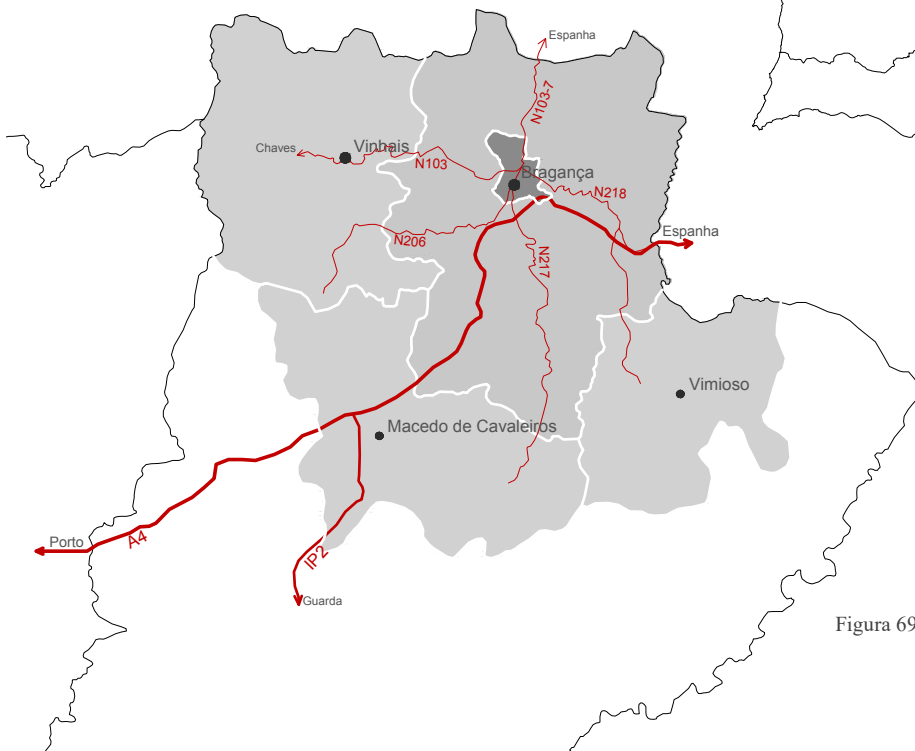


Figura 69

3. Contexto

3.1 Enquadramento territorial:

Caracterização socioeconómica e demográfica.

Avançando para o caso de estudo desta dissertação, torna-se essencial realizar o reconhecimento do contexto em que este se insere.

O concelho de Bragança situa-se no interior norte de Portugal e faz fronteira com Espanha a Norte e a Este.

A cidade de Bragança assume uma verdadeira importância no que diz respeito à ligação entre Portugal e Espanha, visto que são várias as vias de ligação com a fronteira que a atravessam, mas, principalmente, pela proximidade à autoestrada A4, que se assume como o principal eixo de ligação a Espanha, no Norte do país. Esta via, que atravessa Trás-os-Montes e termina no Porto, permite a ligação entre todo o nordeste transmontano com o litoral norte do país.

A cidade de Bragança situa-se a 22km da fronteira com Espanha, a 354 km de Madrid, a capital espanhola, e a 210 km do Porto. A ligação a Madrid é feita rapidamente tanto pela autoestrada como de TVG o qual tem duas paragens muito próximas à cidade, uma Na Puebla da Sanábria a 30 km de distância e outra em Zamora a apenas 90 km. Desta forma, e sendo cidade capital de distrito, nomeadamente a capital de distrito mais a norte do país, assume uma grande importância geográfica e enquanto polo de empreendedorismo, turismo e economia.

A cidade está localizada entre vales característicos da topografia montanhosa da região. É o oitavo maior município do país com 1173,6 km² e com 35 341 habitantes, dos quais 23 099 são residentes na cidade.

Entre 2001 e 2011 apenas houve um crescimento de população de 1,70% com uma evidente diminuição da população jovem (nomeadamente na faixa etária entre 15-24 anos) de 28,97%. Esta situação, alerta-nos para o abandono da cidade por parte da população jovem, o que nos indica a necessidade de estratégias de revitalização da mesma, de forma a estimular a progressiva fixação desta população na cidade.

A economia da região tem por base a produção agrícola, dentro da qual a da batata, bovinos, suínos e fumeiro regional, olivicultura, centeio e especialmente por ser a principal região nacional de produção de castanha.

Figura 68 Localização do Distrito e Concelho de Bragança no mapa de Portugal;

Figura 69 Limites do Concelho de Bragança e dos Concelhos fronteiriços com indicação dos limites da freguesia correspondente à cidade de Bragança bem como da rede rodoviária nacional e regional.



Figura 70

Existe também um grande interesse na região por empresas do setor industrial, como, particularmente, a de produção de peças para automóveis, precisamente pela relação transfronteiriça que esta cidade proporciona, e também pela proximidade a grandes fábricas na Galiza, assumindo-se assim como uma nova centralidade neste setor.

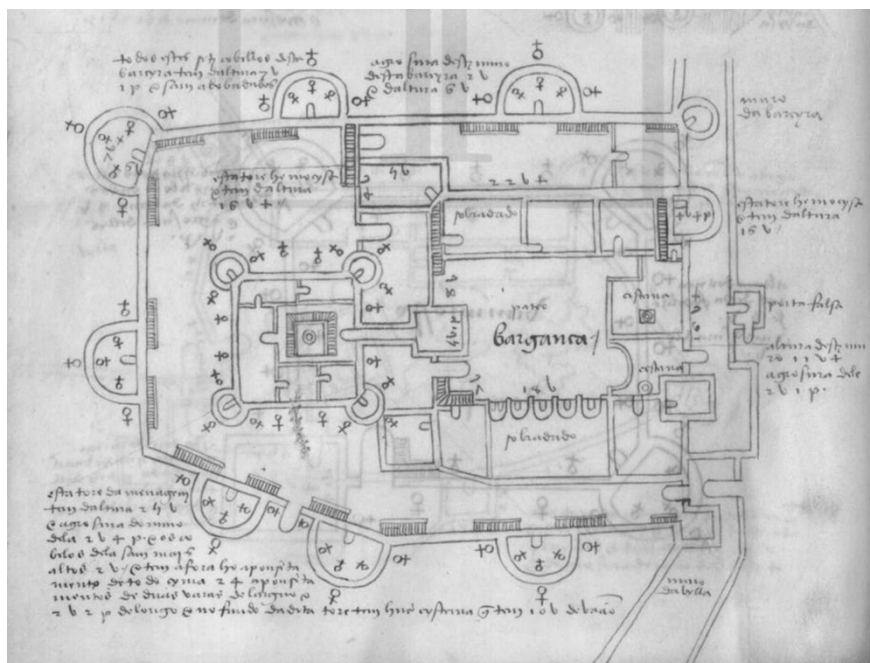
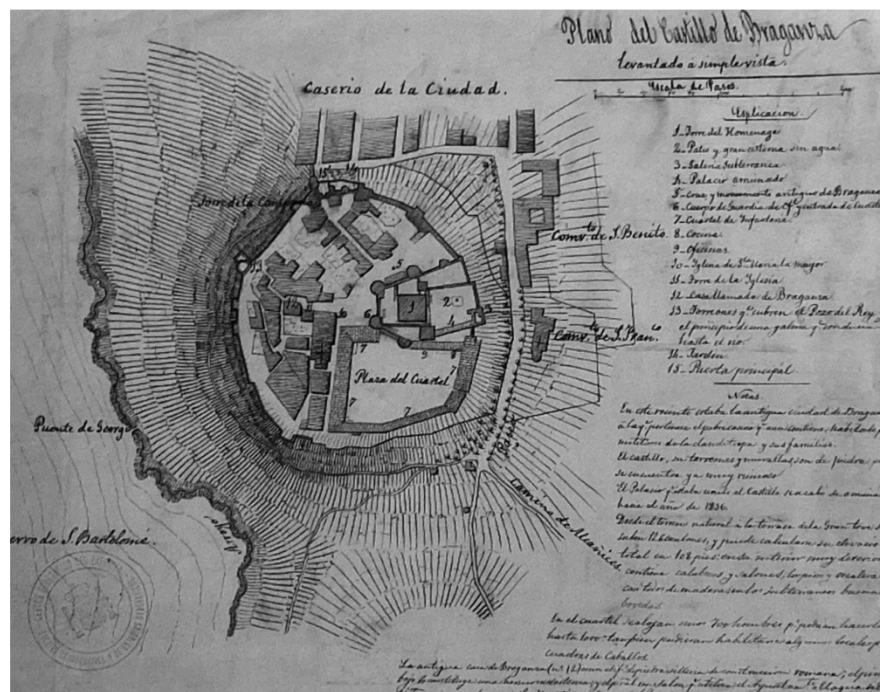
Bragança é uma cidade que sofre de alguns estigmas pela sua localização geográfica. Antigamente, a sua localização distante do litoral e o difícil acesso à região, propiciavam o isolamento de quem aqui habitava. Hoje em dia, apesar de, como já ter sido referido, possuir bons acessos a grandes centros urbanos, ainda se mantém a ideia de que está “longe de tudo” e é um meio “rural”. Para além disso, é também uma região com um clima muito severo: invernos muito frios e verões muito quentes, o que gera um afastamento à região.

Ao longo dos últimos anos têm vindo a ser tomadas medidas para reverter esta situação, tendo também como base o turismo, pelo vasto valor patrimonial que a região possui, desde edificado com valor histórico, aldeias com reconhecimento de área protegida, tradições consideradas património imaterial da humanidade (os Caretos). Nomeadamente, dentro da cidade de Bragança, explora-se a existência de uma cidadela com um dos castelos mais bem preservados do país e a proximidade ao Parque Natural de Montesinho, onde se pode encontrar a rica biodiversidade da região.

Desta forma, é possível reconhecer o potencial existente na cidade, sendo legítimo afirmar-se que estamos diante de uma nova centralidade capaz de estimular relações entre Portugal e Espanha.

No restante capítulo, será estudada a evolução urbana da cidade de forma a compreender como se desenvolveu até aos dias de hoje.

Figura 70 Vista geral da cidade de Bragança, com o castelo à direita.



3.2. A evolução urbana

3.2.1 A Contextualização histórica

Compreender a evolução da malha urbana até ao seu estado corrente implica conhecer os seus princípios ordenadores e geradores, compreender a sua origem bem como os motivos que impulsionaram o seu desenvolvimento ou estagnação, de modo a que a sua história nos sirva de exemplo aquando da projetiva implementação de uma ação estratégica em urbanismo.



“Analisar equivale a redescrever. Só com um trabalho paciente de redescritção da cidade poderemos chegar a conhecer a sua íntima substância. Observar, imaginar e projetar talvez seja o único caminho transitável para nos aproximarmos de uma interpretação da cidade que, ao mesmo tempo, pressuponha uma ideia de transformação e de projeto.”⁵⁹

A cidade Medieval

Para tal, começamos por recuar no tempo e compreender a presença da fortificação que, ainda nos dias de hoje, se encontra dentro do tecido urbano.

A cidade de Bragança, sendo uma exceção à regra da maioria das cidades de Portugal, que têm ascendência romana, tem a sua principal razão de ser na existência de um castelo. Esta cidade priorizou interesses políticos e militares em detrimento dos objetivos económicos.

Conseguimos ter dados que nos permitem afirmar que o distrito de Bragança já detinha ocupação humana no Paleolítico final e que, no Neolítico, se encontravam aqui comunidades produtoras de alimentos, domesticadoras de algumas espécies de animais e que já possuíam algumas formas de culto.

Na altura em que os povoamentos eram denominados de castros, e com base na cartografia latina, não é assinalado qualquer tipo de povoação

Figura 71 Plano do castelo de Bragança.

Figura 72 Planta da Fortaleza de Bragança, por Duarte D’Armas.

⁵⁹ COSTA; Alexandre Alves. Lugares praticados *versus* lugares de memória in Revista Património Nº1. Lisboa, 2013, p. 10.

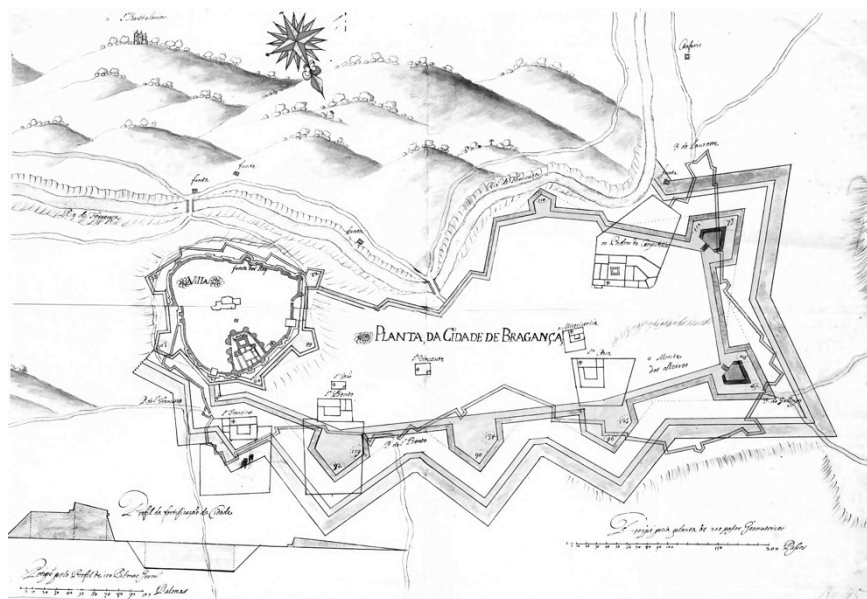


Figura 73

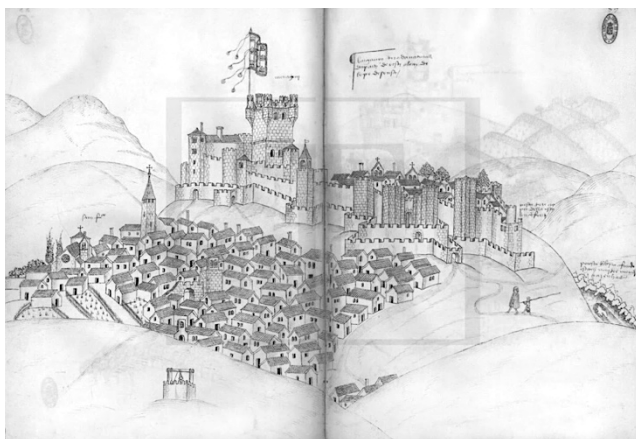


Figura 74

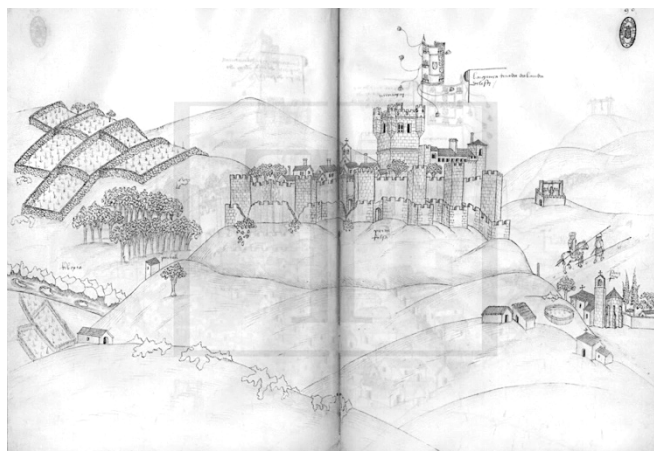


Figura 75

povoação com localização próxima a Bragança. Desta forma, sendo que se assume como uma época de domínio romano, como anteriormente referimos, descartamos então, a origem românica da cidade.

As origens de Bragança enquanto região podem ser datadas do século X ou XI, mas a sua existência enquanto povoação é assunto de debate por parte de alguns autores, já que existem várias teorias no que diz respeito ao início do seu povoamento. Todas elas apontam para origens diferentes, mas têm em comum o principal motivo da sua fundação: as condições topográficas e militares aqui existentes.

“(...) o núcleo original fortificado situa-se no cimo de uma colina, na cota média das proeminências que dominam o planalto, com capacidade de visão e de controlo do território envolvente; dispunha de características topográficas de defesa “natural” proporcionada pelas ingremes encostas do rio Fervença”⁶⁰

O desenho da cidadela do castelo que encontramos nos dias de hoje, pela sua estrutura radiocêntrica, que é atravessada por uma rua que liga às duas, e únicas, portas principais, será uma imagem daquilo que a correspondia a cidade medieval. A rua principal levar-nos-ia para o espaço central da cidade, onde estavam concentrados os poderes militares (Castelo) e religioso (Igreja) e económico (o largo onde aconteciam as trocas comerciais). Já as ruas perpendiculares a esta, de menor escala, assentes nas curvas de nível, uma vez que se trata de uma topografia bastante acidentada, dão-nos conta da hierarquização dos espaços da cidade.

É durante o séc. XIII que um primeiro edifício é construído fora da muralha, trata-se do Convento de São Francisco.

Já mais tarde, e com recurso às representações de Duarte de Armas compreendemos que o edificado habitacional já assume uma forte presença

Figura 73 Planta da Cidade de Bragança a 1640, de autor desconhecido.

Figura 74 Representação de Duarte D’Armas – vista a ponte.

Figura 75 Representação de Duarte D’Armas – vista a nascente.

⁶⁰ CASANOVA, Maria José. Bragança, cidade-Fortaleza *setuada no extremo de portugall e castella* in Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa, 2011, p. 27.

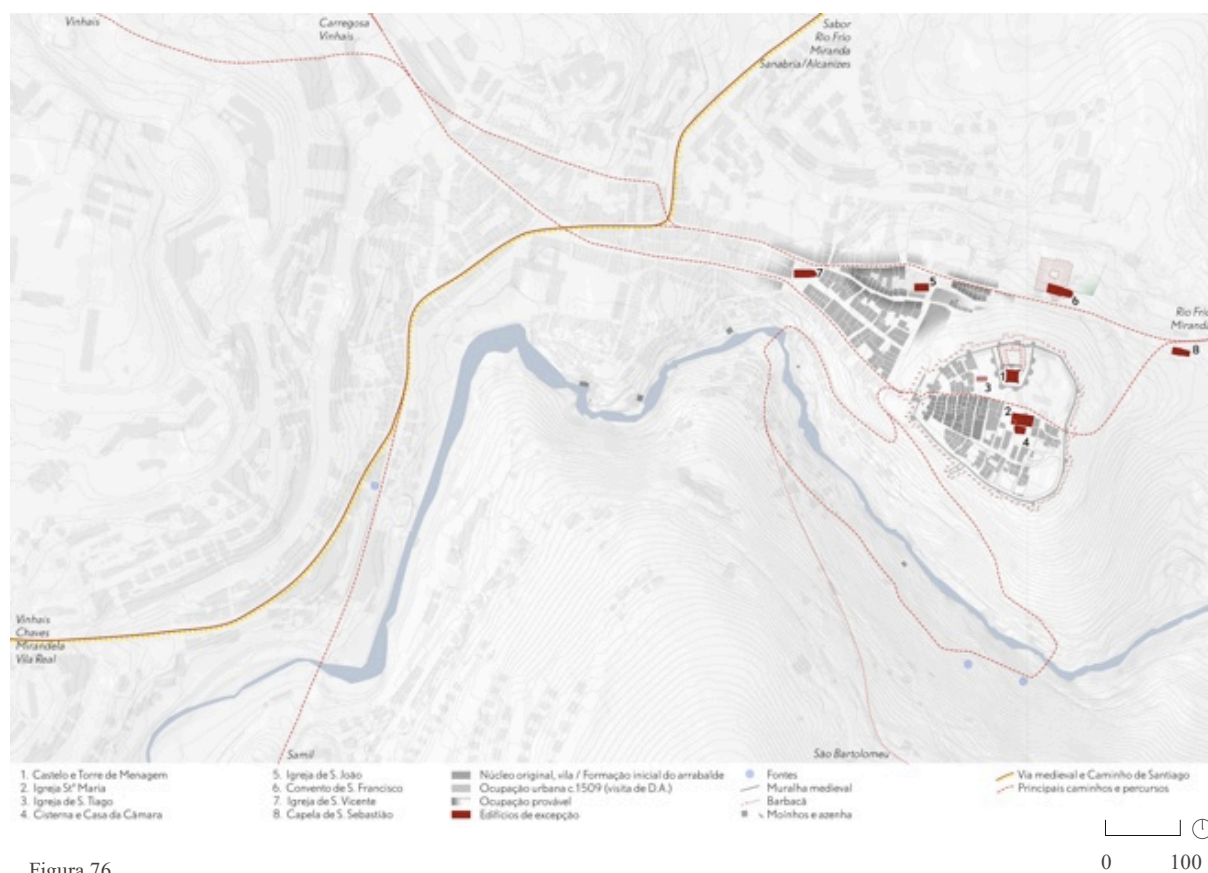


Figura 76

Figura 76
Reconstituição
hipotética do
desenvolvimento
urbano durante o século
XV por Maria José
Casanova e Pedro
Varela.

fora das muralhas. Os arruamentos onde estes se instalam, ainda hoje presentes na malha urbana, já não utilizam as curvas de nível para se estabelecerem, apesar disso, estes arruamentos “*conduzem diretamente à porta de acesso*”⁶¹ à cidadela.

Nestas representações de Duarte de Armas conseguimos compreender que as duas vistas representadas exibem imagens completamente opostas. Por um lado, “*a vista a poente evidencia um extenso e compacto arrabalde extravasando a muralha, pontuado por igrejas, com caminhos que se estendem “ladeira a baixo” e que permitem compreender a relação de vivência com o contexto próximo, onde se incluem hortas e a ribeira de Fervença, com os seus moinhos e azenhas, e possibilidade de pesca*”⁶², por outro lado, “*a vista de nascente revela a presença quase isolada da vila encerrada intramuros*”⁶³. Assim, conseguimos então compreender o “*sentido preponderante do desenvolvimento da cidade para poente.*”⁶⁴

Neste sentido, no século XV já as trocas comerciais (a feira) se localizavam fora das muralhas, tendo lugar na praça de São João. Assim, neste momento, podemos afirmar que “*o arrabalde, em resultado de novas dinâmicas económicas e sociais, tinha afirmado a sua supremacia relativamente à Vila*”⁶⁵, sendo que “*a localização dos edifícios nobres prova isso*”⁶⁶.

Fazendo mais uma vez uso das representações de Duarte de Armas, é possível estabelecer uma relação entre a posição da porta dos edifícios que compunham o arrabalde, com a identificação de uma circulação, indicando assim possíveis ruas e que, em conjunto, poderiam definir uma estrutura urbana.

Assumindo a semelhança dessa estrutura urbana com a atual,

⁶¹ Idem;

⁶² Idem;

⁶³ Idem;

⁶⁴ Idem;

⁶⁵ RODRIGUES, Luís. Bragança no Século XVIII. Urbanismo. Arquitectura. Volume I. Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997, p. 42;

⁶⁶ JACOB, João. Bragança, Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.27.

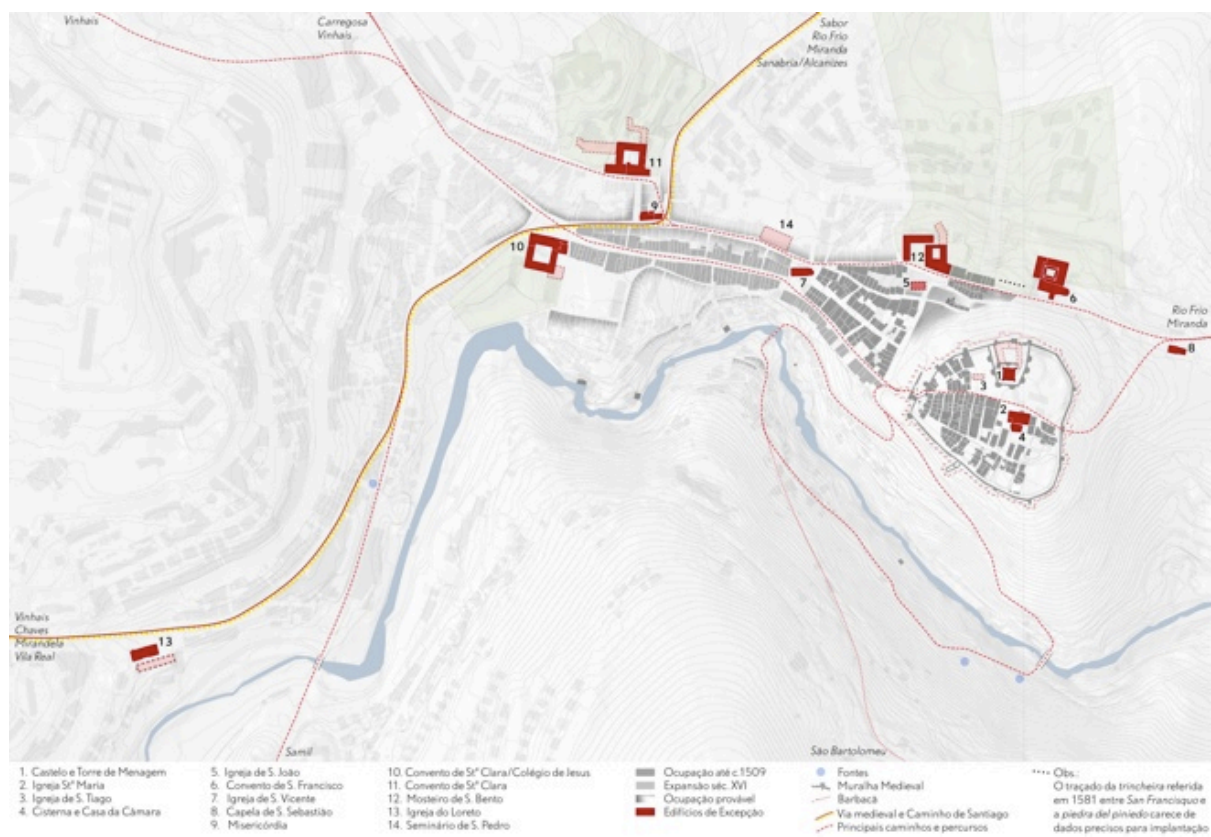
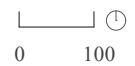


Figura 77



podemos identificar a rua que sobe a encosta e que liga à porta do Sol, a atual rua Trindade Coelho e no lado oposto conseguimos, da mesma forma, identificar a rua Serpa Pinto.

Estas duas ruas, que convergem no largo da Igreja de São Vicente, revelam as condicionantes para a definição deste largo bem como da Igreja que lhe atribui o nome: o declive entre elas, que leva a que a praça possua uma pendente elevada e a localização da porta de entrada na igreja na lateral. Esta praça, que virá a ser um elemento fundamental na cidade nos anos seguintes, pela sua localização central na estrutura urbana, neste momento, assume uma posição de limite que define a cidade medieval.

Torna-se assim possível, com estes elementos, definir como se organizou e consolidou durante o medievo e a Idade média a malha cidade, a qual possuía uma forma urbana alongada e estabelecia uma relação direta com o rio.

A cidade Renascentista

A cidade renascentista é fortemente marcada por um período de crescimento tanto populacional, como de expansão urbana. Por de trás deste crescimento, encontramos dois principais motivos: “*Ao abordarmos a dinâmica comercial da cidade temos de nos referir, obrigatoriamente, aos judeus*”⁶⁷ detentores de alguma riqueza e que contribuíram para o aumento da mão de obra, o que possibilitou o desenvolvimento de alguns ofícios. Por outro lado, trata-se de um período marcado pela importância do poder religioso, no qual se construíram os principais edifícios religiosos (conventuais e assistenciais) “*que manifestam o sentido de expressão para poente, delimitando progressivamente um novo perímetro.*”⁶⁸.

Em 1518, entre os dois caminhos que atravessavam a cidade, fundou-se a Santa Casa da Misericórdia no lugar, as Capelas de Santa Maria Madalena, sendo este o primeiro elemento documentado desta expansão.

Figura 77
Reconstituição
hipotética do
desenvolvimento
urbano durante o século
XVI por Maria José
Casanova e Pedro
Varela.

⁶⁷JACOB, João. op. cit., p.32.;

⁶⁸CASANOVA, Maria José. op. cit., p. 37.



O outro edifício que marcou este desenvolvimento é o convento de Santa Clara, em 1539, que mais tarde se deslocou para ceder este espaço para a instalação do Colégio da Companhia de Jesus.

Podemos então afirmar que estas construções contribuíram para a definição de novos arruamentos, pela necessidade de as ligar ao castelo. Entre estes arruamentos encontramos a Rua Direita que *“configurar-se-á como eixo estruturador, contruindo a ligação entre o castelo e este núcleo, afirmando a Praça de São Vicente como ponto médio e lugar central na nova geometria da cidade”*⁶⁹. Desta forma, esta Praça que já vinha a possuir um papel importante na anterior malha da cidade, pela sua localização entre os percursos da cidade, torna-se agora num lugar de confluência e, conseqüentemente, na “nova centralidade” urbana. A rua Direita, anteriormente referida, tal como é tradicional, assume-se, à data, como a principal rua comercial da cidade.

Outro ponto a destacar é a localização das instalações religiosas mais a norte, dentro de um eixo entre a segunda localização do convento de Santa Clara e o convento de São Francisco, por se tratar de um lugar mais resguardado. Neste eixo, tem lugar a “Rua de Trás” que, com a sua forma praticamente reta, assume um papel muito importante, uma vez que liga quase todos os edifícios de carácter singular da urbe, bem como as praças que ao longo do tempo foram existindo. A “Rua de Trás” assume assim a sua importância associada ao serviço da vida religiosa.

Desta forma, estas *“duas vias principais, asseguravam a comunicação das entradas da cidade com a parte alta, núcleo primitivo, centro político-religioso e coração de qualquer estratégia montada pela máquina militar.”*⁷⁰

A praça, por sua vez, surge, nesta época, como um lugar de grande importância na malha urbana. Aparece quase sempre associada a um edifício religioso, tal como a Praça de São Vicente já anteriormente

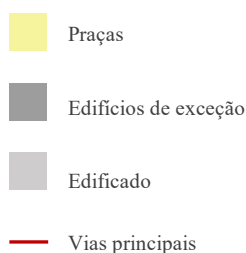


Figura 78 Planta esquemática da relação entre as principais vias da cidade, praças e edificado de exceção.

Figura 79 Aspeto do rio Fervença nos princípios do Século XX.

Figura 80 Vista desde a Rua Direita para o largo de São Vicente.

Figura 81 Planta da cidade de Bragança em 1801.

⁶⁹ Ibid, p.38;

⁷⁰ RODRIGUES, Luís. op. cit., p.48.

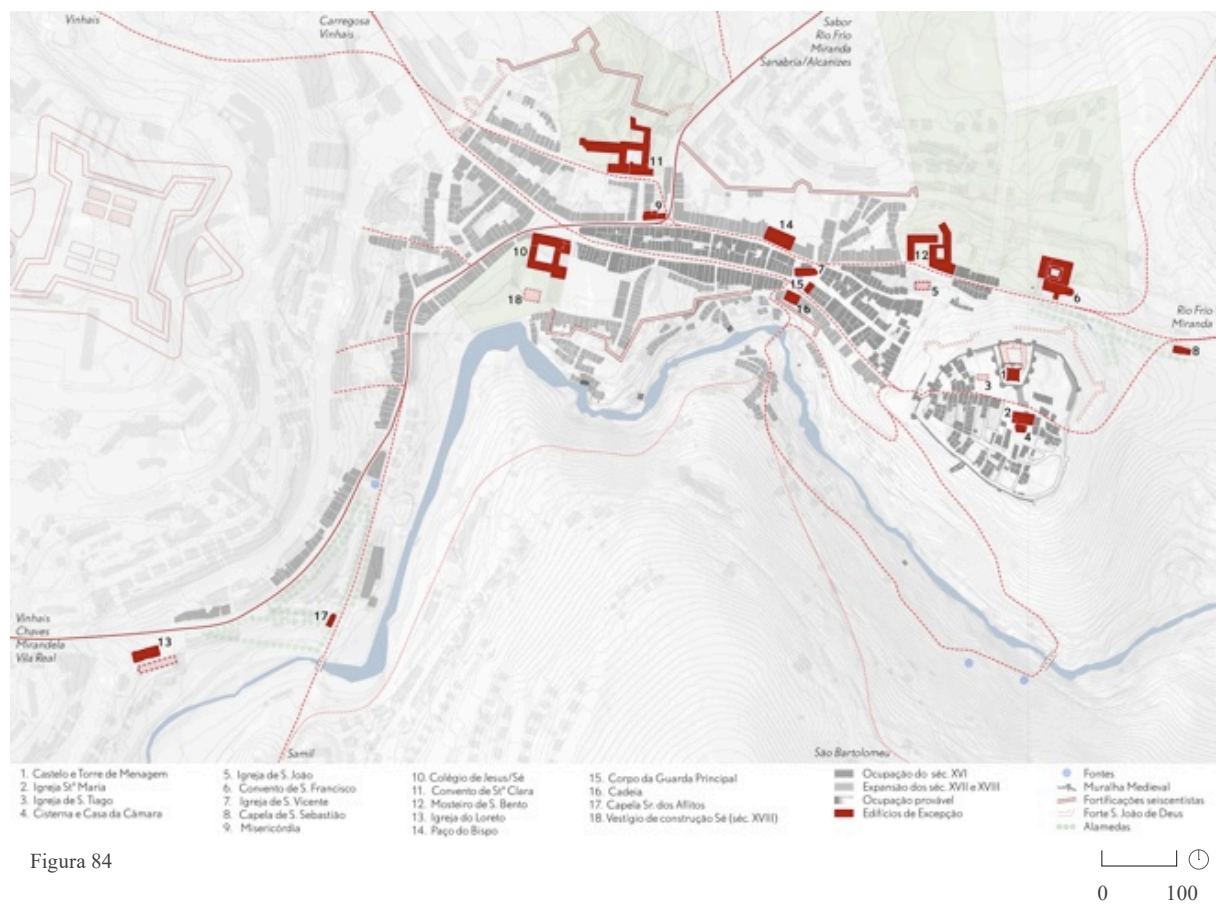
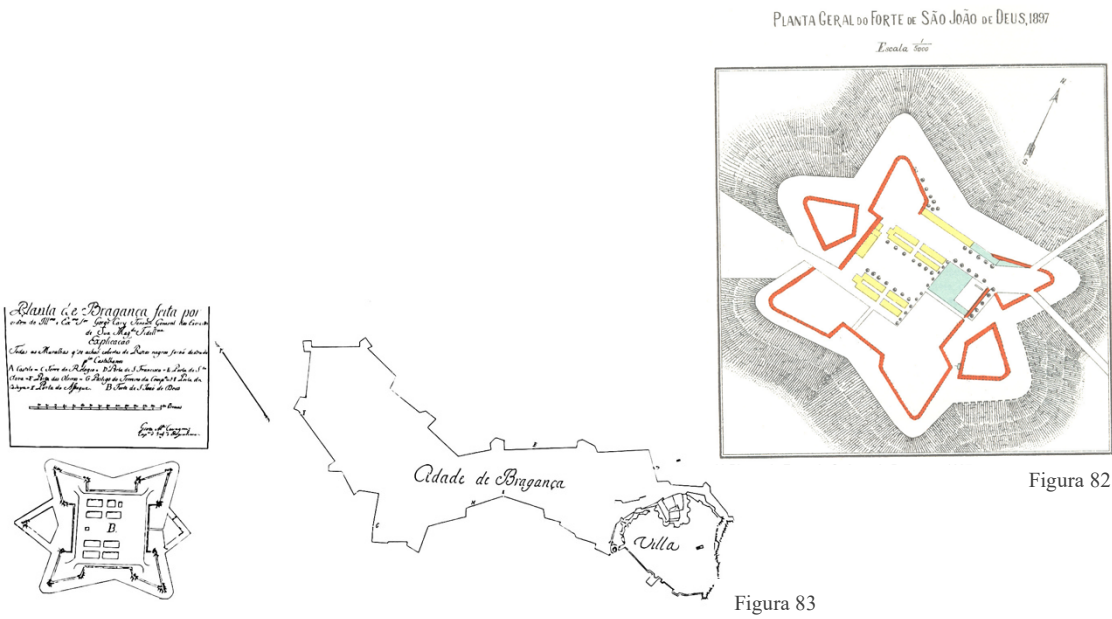


Figura 84

referida “*era por excelência o centro cívico da cidade*”⁷¹ e a Praça da Sé ou, à data, a Praça do Colégio, que é nesta época que começa a encontrar a sua definição, “*constituía o centro de recepção dos forasteiros*”⁷² e também ela, surge associada a um espaço religioso, tal como o nome indica, o Colégio da Companhia de Jesus.

Mais tarde, a cidade é marcada por um período de grande prosperidade económica graças à indústria da seda que leva a que o seu desenvolvimento aconteça para sul, justificando-se pela implantação de atividades que exigiram dependência da água do Rio Fervença. A afirmação desta instalação nas margens do rio é-nos dada, mais uma vez, pelos desenhos de Duarte de Armas que regista os moinhos e as azenhas aqui presentes.

No séc. XVII com o término do domínio espanhol e com as guerras da Restauração foi necessária a criação de um novo sistema defensivo: o Forte de São João de Deus, que ficava situado a oeste da cidade e foi projetado por Pierre Giles de Saint-Paul⁷³. Paralelamente à intervenção, também o castelo foi alvo de renovação, na qual foram cortadas algumas torres. Desta forma, a malha urbana tendeu a preencher os espaços vazios entre estes elementos e “*configurava-se claramente em três partes: castelo, cidade e forte*”⁷⁴

Podemos então compreender, com a análise da configuração da cidade, “*o desenvolvimento linear ao longo das principais vias de Ferrarias na estrada para Chaves e para Mirandela; as novas ligações ao forte de São João de Deus.*”⁷⁵

Para além do desenvolvimento económico graças à indústria da seda, o facto de Bragança ter passado a sede de bispado em 1764, teve grande importância no “*seu reconhecimento como ponto estratégico da linha de fronteira numa nova fase de luta pela soberania e afirmação*

Figura 82 Planta do Forte São João de Deus

Figura 83 relação do forte com o perímetro da cidade e com a cidadela.

Figura 84 Reconstituição hipotética do desenvolvimento urbano durante o século XVIII por Maria José Casanova e Pedro Varela

⁷¹ Ibid, p.46;

⁷² Idem;

⁷³ Pierre Giles de Saint-Paul foi um engenheiro militar que veio para Portugal em 1641 e que em 1645 prestou serviço a trás-os-montes, tendo também traçado o sistema defensivo para a cidade de Chaves;

⁷⁴ CASANOVA, Maria José. op. cit., p.57;

⁷⁵ Ibid, p.39.



Figura 85



Figura 86

nacional”⁷⁶. Assim, foi necessária a definição de um espaço que pudesse albergar a Sé Catedral e como o Colégio e a sua igreja estavam vagos, em 1766 foi-lhe atribuído este lugar. É, portanto, nesta sequência que a Praça do Colégio passa a tomar o nome de Praça da Sé. Pelo facto da sua função religiosa estar ainda mais marcada, o espaço assume grande importância na cidade, tornando-se numa nova centralidade, refletida também no carácter dos edifícios que a definem, ainda hoje, alguns deles, presentes na malha da cidade, bem como pela presença de um cruzeiro que assinalava o seu centro.

Nesta época vemos também o aparecimento de uma nova via comercial, a Rua Alexandre Herculano, que surge do prolongamento da malha urbana, tal como já referido, para sul. O novo eixo comercial da cidade, constitui-se, portanto, pela Rua Direita e pela Rua Alexandre Herculano, tendo como rótula a Praça da Sé.

Na continuidade dos dados anteriormente referidos, neste período a Praça da Sé afirma-se como o principal espaço público da cidade, o que levou a que a Praça de São Vicente perdesse importância na malha urbana. Na tentativa de reafirmação deste espaço público, pelas suas funções militares e civis, desenvolve-se aqui o Corpo da Guarda Principal que em conjunto com a Cadeia e a Igreja já existentes, todos eles voltados para dentro, definem os limites da praça. Assim, podemos afirmar que nesta época, estas duas praças assumiam caracteres distintos, ambos essenciais à cidade.

A cidade oitocentista ou urbe progressiva

Terminada a instabilidade dos primeiros anos de oitocentos, devido às invasões francesas e às lutas liberais, esta fase é agora marcada por um declínio económico na cidade de Bragança, em consequência da queda da indústria da seda. Associada à queda económica, a perda do valor religioso, pela extinção das ordens religiosas a 1834, bem como a perda

Figura 85 Vista para a Praça da Sé em 1915.

Figura 86 Planta Geral de Bragança em 1897.

⁷⁶ Idem.

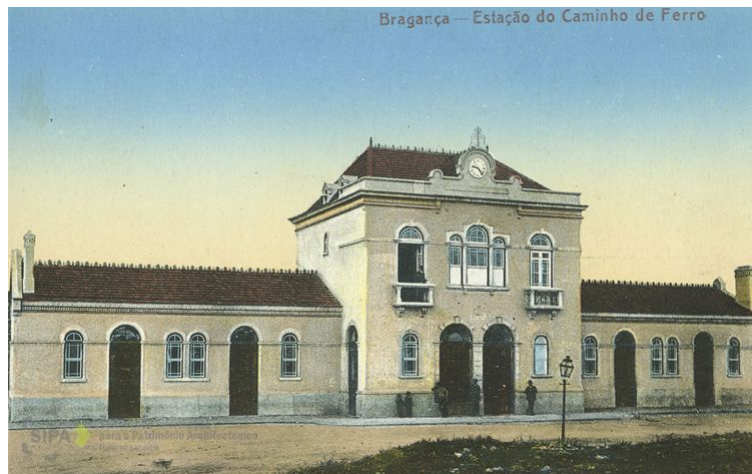


Figura 87



Figura 88



Figura 89

do seu valor simbólico de cariz militar no país pela sua localização estratégica face a Espanha, as razões que sustentaram o desenvolvimento da cidade nos séculos passados, deixaram de existir.

Num período marcado pelo liberalismo, existiu a necessidade de construir um edifício que desse lugar ao Governo Civil. Dada a desocupação do complexo religioso de S. Bento foi aqui que se realizaram as obras para a adaptação a um edifício destinado a serviços, que viu as suas obras concluídas a 1884. À sua frente, mais tarde, no lugar onde se localizava a Igreja de São João, foi erguido um edifício para o Banco de Portugal e, assim, estes dois edifícios passaram a funcionar em conjunto.

Na segunda metade do século, surge o urbanismo e, com ele, são realizados Planos Gerais de Melhoramento por todo o país, mas sobretudo, para as duas grandes cidades. Para Bragança, a principal ação associada às preocupações higienistas da época foi a construção de um cemitério, em 1848, que marcou a Norte um novo limite para a cidade.

É também neste período que a linha do Tua é finalmente concretizada. Bragança, que se encontrava bastante atrasada no seu desenvolvimento em relação às cidades do litoral, passou agora a possuir um meio de ligação que a tornava mais próxima de outras cidades.

Ao mesmo tempo que se projetaram estas linhas que procuravam contribuir para a coesão territorial do país, nas cidades, passa a haver a necessidade de atribuir um lugar para as estações ferroviárias bem como para alamedas que as possam conter.

Relativamente à linha férrea, que chegou a Bragança a 1906, já com muito atraso, esta teve lugar numa cota intermédia entre o Forte e o cemitério.

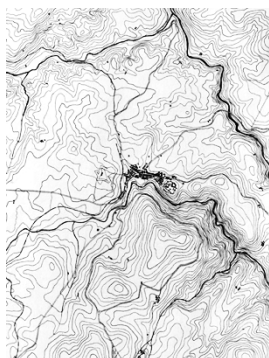
A estação ferroviária implantou-se voltada para a Rua do Conde Ferreira, e assim *“a construção desta estação ferroviária alarga o espaço urbano, dando continuidade e redimensionamento”*⁷⁷ a esta rua. Esta rua, que à data já existia, garantia a ligação à praça da Sé e, desta forma, pelos novos fluxos que o comboio passaria a gerar, foi necessário o seu

Figuras 87 Estação Ferroviária de Bragança.

Figura 88 Vista para a Rua Almirante Reis que deu lugar à Avenida João da Cruz.

Figura 89 Retrato da relação entre a linha férrea e a malha urbana.

1900



⁷⁷ JACOB, João. op. cit, p.50.

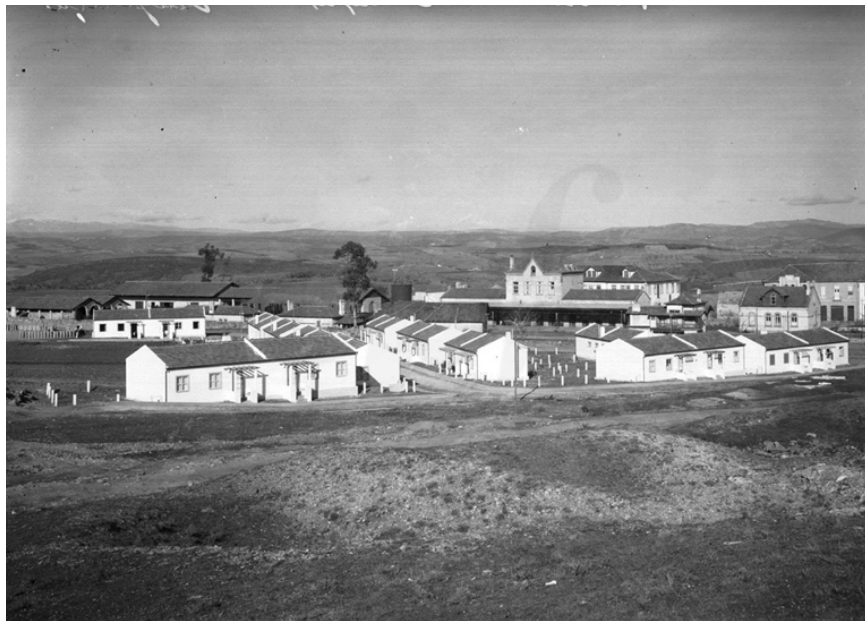


Figura 90

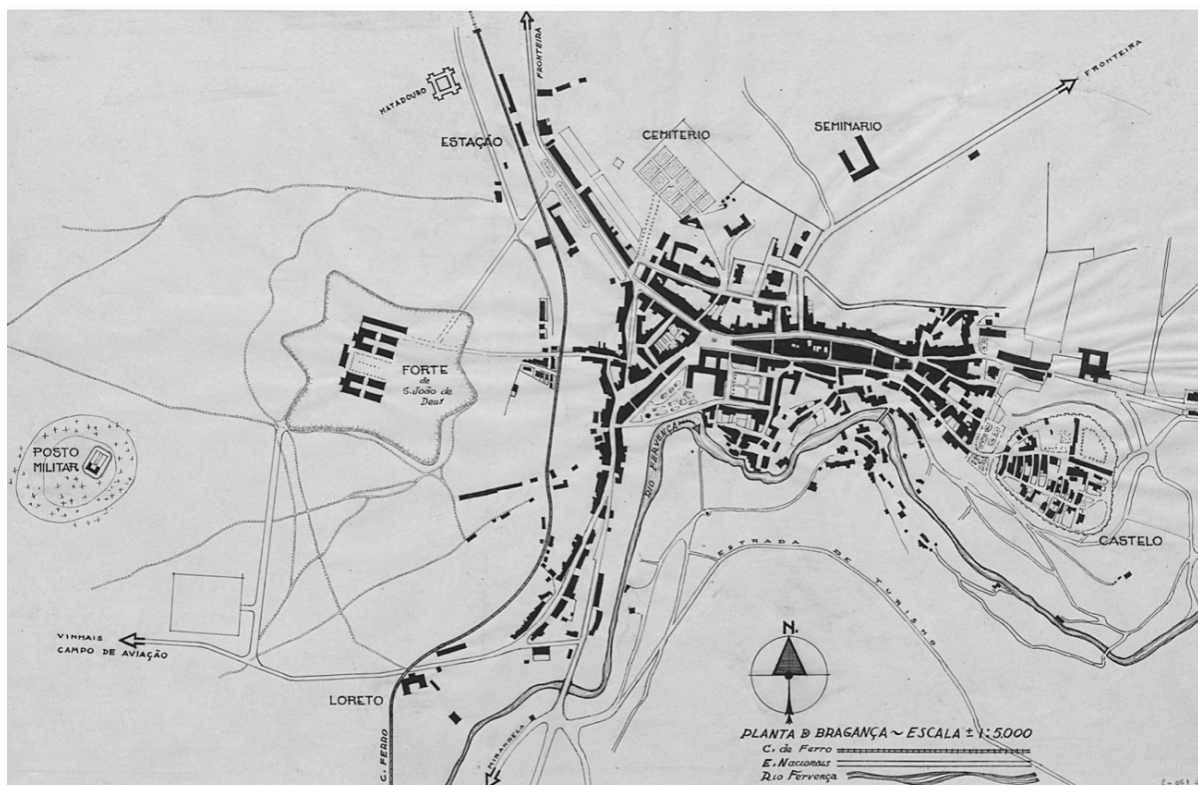
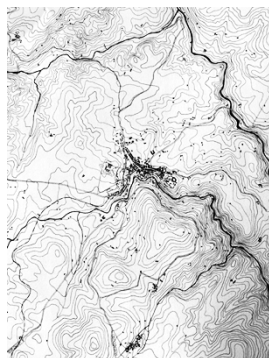


Figura 91

Figura 90 Vista para o Bairro da Estação em relação com a Estação ferroviária

Figura 91 Planta do perímetro urbano da cidade Bragança, levantamento realizado para o Antepiano de urbanização de Januário Godinho.

1950



alargamento e, por isso, foi projetado o traçado desta rua enquanto avenida. Apesar de se ter pensado nesta ação desde a construção da estação ferroviária, apenas em 1926 é que se deu início à sua execução. O nome dado a esta Avenida, a única da cidade, foi Avenida João da Cruz em homenagem ao empreiteiro construtor do caminho de ferro.

O primeiro traçado da linha férrea localizava-se a sudeste da cidade e assumia-se como uma forte barreira física para a expansão da mesma, limitando o desenvolvimento da cidade para o lado oposto à linha.

Assim, não interferindo com a realidade da cidade, também não a influenciou da forma que era prevista no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Pelo facto de o declínio económico estar muito presente na cidade, esta linha serviu para o impulsionamento da emigração dos cidadãos.

No início da fase moderna, a expansão da cidade dava-se de forma a viabilizar o acesso a outras cidades mais desenvolvidas.

A cidade moderna

No início da fase moderna, a expansão da cidade era ainda titubeante e é essencialmente assinalada por uma obra pública da iniciativa de Duarte Pacheco: o Edifício destinado aos Correios datado de 1945 e, possivelmente, projetado por Adelino Nunes. Esta edificação estava estrategicamente situada entre a Rua Almirante Reis (uma das ruas mais antigas da cidade) e a Avenida João da Cruz. Ainda nos dias de hoje é aqui que se situa um dos postos de Correios da cidade.

Podemos também compreender que por volta dos anos 30 foi edificado um bairro social destinado aos trabalhadores da estação ferroviária (que lhe atribui o nome), marcando assim o momento em que, pela primeira vez, “*é transposta a linha do caminho-de-ferro*”⁷⁸ pela malha urbana.

Neste período, depois da Segunda Guerra Mundial, existiu uma crescente preocupação com as zonas históricas bem como com o

⁷⁸ Ibid, p.52.



Figura 92



Figura 93

património em Portugal. A cidade de Bragança não foi exceção e, para além da atenção dada aos bairros mais antigos, o Castelo e a Domus sofreram uma intervenção de recuperação a cargo da DGEMN.

Seguindo o sistema implementado por Duarte Pacheco⁷⁹, Bragança, durante este período, recebeu dois planos de urbanização que reuniram uma grande influência no desenvolvimento da cidade: primeiramente, o *AntePlano de Urbanização da cidade de Bragança* da autoria do arquiteto Januário Godinho, assinado em 1946 e, mais tarde, em 1960 o *Plano de urbanização de Bragança* do arquiteto Alfredo Viana de Lima.

Relativamente ao primeiro plano, que parece ter sido a primeira grande reflexão sobre esta cidade à escala urbana, e com a planta geral da proposta, conseguimos compreender uma estratégia que procura uma ação efetiva na malha urbana. Uma das plantas apresenta-nos duas manchas muito marcadas, uma onde é assinalada a cidade atual e outra, “*de forma grosseiramente semicircular*”⁸⁰, que diz respeito à “*mancha urbana a implementar*”⁸¹.

Esta nova área a implementar, aponta para uma triplicação de dimensão da cidade em relação à sua área original e propõe o regresso ao desenvolvimento para sul, abandonando a expansão para norte “*que a estação de caminho de ferro inutilmente tentou forçar*”⁸².

Esta nova área proposta para a cidade é também marcada pela apresentação de um zonamento estudado de toda a cidade, que se dividia por zonas de preservação e reserva, nomeadamente um parque verde junto ao rio Fervença que procura conectar as duas margens recorrendo à construção de uma nova ponte, zonas de expansão habitacional, hospitalar e fabril. De entre os vários equipamentos propostos para estas zonas podemos destacar o Hospital Distrital, a Escola Industrial e Comercial, o

Figura 92 Planta do antepiano de urbanização por Januário Godinho onde são apresentadas as áreas de expansão.

Figura 93 Planta de caracterização do antepiano de urbanização por Januário Godinho

⁷⁹ Um sistema que a partir de 1938 definiu a legislação das práticas legais, administrativas e processuais fundamentais na execução dos planos de urbanização destinados às principais povoações do país;

⁸⁰ FERNANDES, José Manuel. Bragança, a cidade dos meados do século XX: planos, edificações, ideias modernizantes in Revista Monumentos, N° 32. Lisboa, 2011, p. 120;

⁸¹ Idem;

⁸² GODINHO, Januário. Antepiano de urbanização de Bragança, p.26.



Figura 94

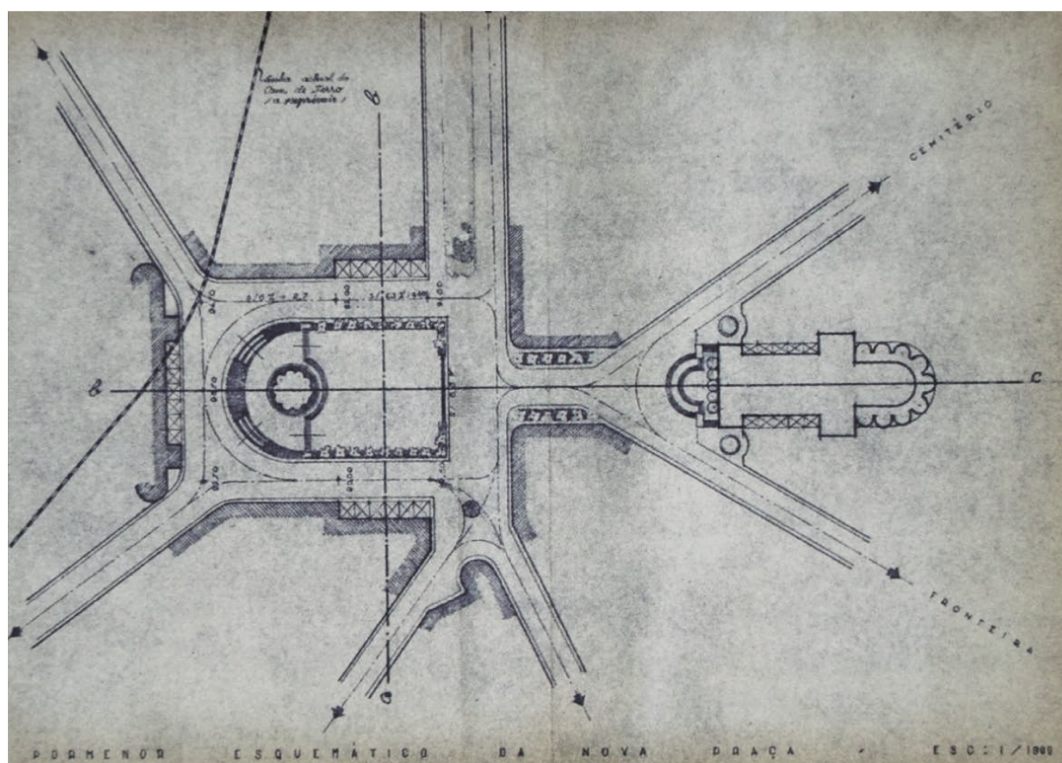


Figura 95

Tribunal, o Registo Civil e Predial, a Pousada de Turismo, os quartéis para a GNR e Bombeiros e o Estádio Municipal.

Neste plano, conseguimos também compreender que pensadas as estruturas viárias de forma a preparar a cidade para a era do automóvel. É então desenvolvido um sistema de circulação em que as vias são divididas por quatro tipos: as estradas nacionais, as ruas de circulação, as ruas de distribuição e as estradas de turismo. A estes traçados principais, agrega-se um sistema de vias secundárias que servirá também para definir e estruturar o zonamento.

A via-férrea, que atravessava a cidade, como anteriormente referido, constituía-se como uma barreira física que impedia o desenvolvimento da cidade para poente. Como este aspeto se constatou num problema a solucionar, Januário Godinho propôs que *“O caminho de ferro entregará à cidade a formosa encosta do forte de São João de Deus, instalando-se no Lorêto, à margem da E. Nacional nº103 e no tópo da Avenida que há-se ser a espinha dorsal da futura extensão urbana”*⁸³.

Desta forma, procurava, com o deslocamento da Estação Ferroviária para a zona do Loreto, transformar este lugar no novo ponto de chegada à cidade e garantir que a linha férrea deixava de penetrar pela cidade.

O principal objeto urbano projetado neste plano é uma praça estrategicamente localizada ao centro da anterior mancha referida e onde se situa o cruzamento dos principais eixos de acesso à urbe. Esta praça, de forma retangular, assume o papel de novo centro cívico da cidade, uma vez que a sua definição é garantida por *“construções equipamentais, que o auto designa na legenda do mapa como Novos Edifícios Importantes – do lado sudoeste, lê-se P.justiça; do lado noroeste, Hotel; do lado Sudeste, Comércio; e ainda, em posição axial, do lado nordeste, a Catedral, por séculos desejada pela cidade, a erigir”*⁸⁴

Figura 94 Planta da Proposta para a Praça Cavaleiro Ferreira.

Figura 95 Planta de caracterização do antepiano de urbanização por Januário Godinho.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

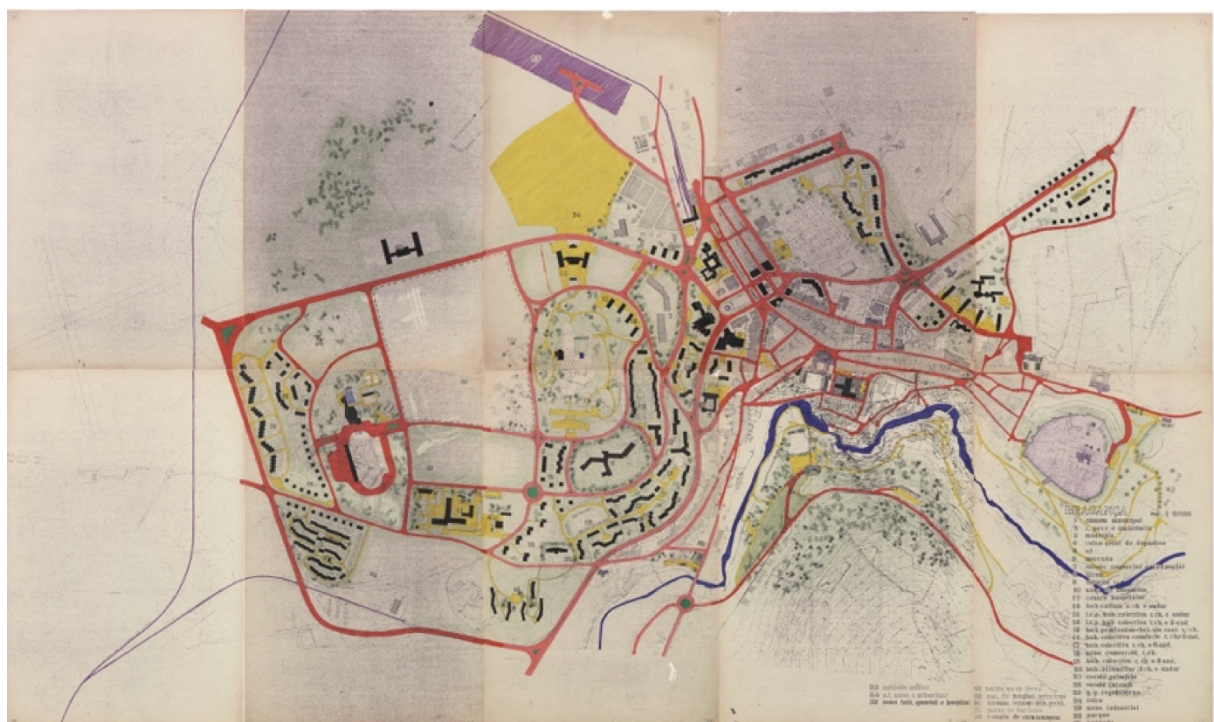


Figura 96

O projeto proposto para a praça que viria a ganhar o nome de Praça Professor Cavaleiro Ferreira difere, em parte, da realidade edificada: no lugar do Hotel de Turismo encontramos o Palácio da Justiça acompanhado pela Casa dos Magistrados, no lugar destinado ao comércio edificaram-se o edifício das Corporações e da Previdência bem como o edifício do Banco Nacional Ultramarino, por último, no lado sudeste nada se ergueu, deixando, na época, aqueles terrenos livres, para os quais, mais à frente, foi projetado, mais uma vez, o edifício da Sé, que também não chegou a ser erguido.

Nos anos seguintes, foi necessária a elaboração de um plano para a urbanização da zona da colina que se tinha considerado como a grande área de expansão urbana no plano de Urbanização da Cidade.

Mais uma vez, o motivo que impedia o esperado desenvolvimento da cidade, era a linha férrea e, sendo que a primeira solução proposta não foi concretizada, Januário Godinho propôs agora o deslocamento da linha para fora da malha urbana. Assim, nesta proposta, o trajeto da linha passaria a poente do Forte, mas mantinha a Estação Ferroviária no lugar original.

Como consequência do abandono do primeiro traçado da linha, a cidade ganhou um atravessamento que passou a dar lugar à principal avenida da cidade, a “Avenida Nova”, atual Avenida Sá Carneiro que fazia ligação ao centro cívico da cidade.

Simultaneamente é edificada a Escola Industrial e Comercial, o primeiro edifício escolar da cidade que se localizava a meia encosta e a ligação à rua que o servia era garantida pela Avenida Nova. Mais tarde, com o liceu e a escola industrial, na mesma rua é edificado o Liceu Nacional, sendo que ambos os projetos das escolas são assinados pelo Arquiteto A. Couto Martins.

O facto de estes dois edifícios estarem localizados na mesma via gerou um novo valor de centralidade para a sua área de implantação fazendo também com que a rua situada a meia encosta se afirmasse como elemento gerador da malha urbana levando ao desenvolvimento das

Figura 96 Planta do Plano de Urbanização por Viana de Lima.



Figura 97

zonas contíguas.

Mais tarde, em 1960, como anteriormente referido, a Câmara Municipal contratou o arquiteto Viana de Lima. Com um novo plano urbanístico, de influência “corbusiana”, conferiu à cidade um desenho mais inovador e com um carácter programático mais moderno que o anterior.

O novo plano Urbanístico de 1963 demonstra uma maior preocupação com os arranjos das vias das áreas mais antigas da cidade, nomeadamente com a Praça da Sé, para a qual é projetada um novo desenho de circulação.

Esta altura afirmou-se como um período de aumento populacional da cidade e, portanto, impulsionou a construção do Hospital Distrital, o qual, juntamente com os edifícios que formaram o seu complexo, veio a ser a obra mais emblemática deste plano urbanístico. Simultaneamente, surgem também projetos para Estádio Municipal, Quartel da Guarda Nacional Republicana, o edifício funcional da Torralta e vários bairros habitacionais como o da Estacada, São João de Brito, Mãe d’Água e Toural. Associado aos bairros habitacionais anteriormente referidos, e na tentativa de combater a analfabetização da cidade, surgem projetos para duas escolas primárias.

Foi principalmente depois da revolução do 25 de abril que a expansão urbana ganhou presença na cidade, mas conseguimos compreender que é com o Estado Novo e com os dois projetos anteriormente descritos que se tenta combater a estagnação da cidade. Estes dois projetos, nos quais existe uma grande preocupação com os equipamentos, nomeadamente culturais e escolares, sistemas viários e novas zonas urbanas preparam a cidade para uma nova dimensão urbana, a cidade contemporânea.

Figura 97 Vista Geral da Cidade de Bragança.



Figura 98

3.2.2 A cidade atual: planos em vigor e os projetos recentes

O desenvolvimento contemporâneo da cidade foi aquele que mais contribuiu para o seu crescimento. Depois de um longo período afastada geograficamente das áreas mais desenvolvidas do país, a cidade de Bragança teve oportunidade de se desenvolver e marcar presença no território enquanto capital de distrito, assumindo-se como polo administrativo e económico.

Como já anteriormente referido, foi com a Revolução do 25 de Abril, e no seguimento do regresso dos portugueses das ex-colónias, que Bragança viu a sua população crescer rapidamente e, consequentemente, existiu também um maior desenvolvimento urbano da cidade “*que implicava novas abordagens à estruturação da malha urbana*”⁸⁵.

Um dos elementos que impulsionou também este desenvolvimento foi a construção do Instituto Politécnico de Bragança em 1984 que, faseadamente, foi ocupando um terreno de grandes dimensões localizado num eixo urbano de grande importância, constituído pela principal avenida da cidade, já anteriormente referida, a avenida Sá Carneiro e a avenida das Cantarias, que faz ligação à atual A4. Esta instituição trouxe, decididamente, muita população para a região e, juntamente com o êxodo rural e a fixação na cidade, existiu a necessidade de edificar novas zonas habitacionais para garantir alojamento à nova população. A maior parte destas zonas habitacionais desenvolveu-se em áreas limítrofes a este equipamento, algumas de forma planeada e outras de forma clandestina.

Nos dias de hoje, o Instituto Politécnico continua a ser um elemento gerador das dinâmicas da cidade já que em determinadas fases do ano continua a contribuir para um grande aumento populacional. Dado que esta instituição possui vários protocolos com países estrangeiros, a população internacional, que muitas vezes acaba por se fixar definitivamente, tem vindo a aumentar de ano para ano, o que contribui para novas relações multiculturais.

Com a construção das novas áreas habitacionais, desenvolveu-se

Figura 98 Vista aérea da Cidade de Bragança na segunda metade do século XX onde já conseguimos identificar o IPB.

1985



⁸⁵ RODRIGUES, Luís. Bragança no Século XVIII. Urbanismo. Arquitectura. Volume I. Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997, p.729.

também a estrutura viária que tentou garantir maior coesão à cidade.

Apesar da inexistência de um plano orientador foi possível manter o equilíbrio da malha urbana e corrigir as construções clandestinas que foram surgindo, tendo como base a organização dos novos loteamentos edificados nesta época.

Um outro elemento que contribuiu para a definição do perímetro urbano foi a construção, com apoios comunitários, do IP4 que, ao contornar a cidade pelo lado norte/poente, delimitou com clareza a área urbana.

No que diz respeito aos planos urbanísticos, nenhum dos referidos no capítulo anterior *“adquiriu eficácia legal, por atrasos no processo, por desajustamentos entre o projetado e o urbanizado. Apesar disso, os estudos realizados foram, em parte, a base orientadora do planeamento”*⁸⁶ e contribuíram para a formulação do Plano Diretor Municipal da cidade que, apesar do início da sua formulação datar do ano de 1995, apenas foi aprovado em 2009 e revisto em Março de 2010.

Este plano, que divide a cidade em zonas setoriais: zona histórica, zonas de habitação consolidada, zonas de habitação a consolidar, zonas de expansão habitacional, zonas de equipamentos coletivos, zonas verdes e zonas industriais, *“veio a consolidar as seguintes linhas gerais de estratégia: construir a Cidade de forma mais coesa e compacta; conter a expansão urbana; privilegiar a construção de áreas para as empresas tradicionais e tecnológicas; apostar na requalificação e capacidade disponível de alguns bairros de baixa densidade; redução da volumetria em zonas de alta densidade; favorecer o espaço público na relação com o espaço a edificar; apostar no regresso de pessoas e atividades ao Centro Histórico; criação da estrutura ecológica urbana.”*⁸⁷

O centro histórico foi também ele alvo de um plano de pormenor que procurou sobretudo *“proteger o património histórico e levar à reabilitação urbana, a partir de equipamentos coletivos, como incentivo à*

Figura 99 Planta de Zonamento do PDM atual da cidade de Bragança.

⁸⁶ Revista Planeamento e Urbanismo; p.166;

⁸⁷ RODRIGUES, Luís. op. cit., p.841.



Figura 100



Figura 101



Figura 102



Figura 103



Figura 104



Figura 105

fixação da população (sobretudo jovem), contribuindo ainda para a dinamização do comércio”⁸⁸.

Está também em vigor o Plano de Reabilitação Urbana (ARU) que divide a cidade em três áreas: Centro Histórico, Cantarias e São João de Deus que “faz com que a cidade seja abrangida por um conjunto alargado de benefícios e incentivos que irão contribuir de forma concertada para estimular o envolvimento do setor privado no processo de reabilitação”⁸⁹.

Com o programa Polis, enquanto plano de exceção, “em 2000, arranca, em Bragança, uma das maiores operações urbanísticas alguma vez levada a cabo na cidade”⁹⁰ e que veio contribuir para a requalificação urbanística e ambiental da zona histórica da cidade. Os principais projetos integrados neste programa foram: a requalificação da Praça Camões, agora projetada como um espaço polivalente, quer pela sua dimensão quer pela sua materialização e que inclui também um grande parque de estacionamento no subsolo, que vem dar apoio a toda a zona histórica, o arranjo urbanístico da encosta do castelo e também a requalificação das margens do rio Fervença que vem “devolver o rio fervença à cidade” como espaço de lazer, de desporto e valorizando o rio como elemento urbano.

Esta operação urbanística terminou com a construção do Centro de Ciência Viva que, junto ao rio, e ocupando a antiga central elétrica da cidade assume-se como parte dos percursos aqui presentes, proporcionando a contemplação da envolvente. É necessário também referir a existência da Casa da Seda, também pertencente a este complexo, e que traz para a cidade uma homenagem à indústria da seda que em tempos tanto aqui esteve presente.

Em 2004, deu-se a construção do Shopping da cidade e do Teatro Municipal. Localizados lado a lado e fazendo o remate da avenida Sá Carneiro, assumem uma forte presença no tecido urbano. Servem como elementos de transição entre a rua que dá lugar às duas principais escolas

Figuras 100 e 102

Vistas para a aérea
junto ao rio do anterior
à intervenção do
programa Pólis.

Figuras 101 e 103

Vistas para a aérea
junto ao rio na
atualidade.

Figuras 104 Vista para

a Praça Camões antes
da intervenção do
programa Pólis

Figuras 105 Vista para

a Praça Camões na

⁸⁸ NUNES, António. Boletim municipal especial nº 31. Bragança: Câmara municipal de Bragança, 2013, p.169;

⁸⁹ Câmara municipal de Bragança. Documento ARU, p.2;

⁹⁰ NUNES, António. Op. cit., p.208.



Figura 106



Figura 107



Figura 108



Figura 109

Figura 106 Vista para a Praça Professor Cavaleiro Ferreira com o Teatro ao fundo.

Figura 107 Vista para o Centro de arte contemporânea Museu Graça Morais desde a Praça da Sé.

Figura 108 Vista para o Conservatório desde a Praça da Sé.

Figura 109 Vista para a Biblioteca com a Praça Camões à esquerda.

secundárias da cidade e a avenida Sá Carneiro e servem, graças às várias plataformas, como miradouro. O Teatro veio consolidar a praça Professor Cavaleiro Ferreira, projetada no plano do arquiteto Januário Godinho, uma vez que ainda continha o espaço vazio que o teatro veio ocupar. A fachada, voltada para a praça, assume-se assim como o remate que faltava.

Como a linha do Tua encerrou em 1992, a estação ferroviária passou a dar lugar à estação de camionagem, o único meio de transporte público que liga a cidade com as terras vizinhas e com o resto do país, sendo, portanto, um objeto urbano gerador de vários fluxos de pessoas. Em 2004 foi inaugurada a nova estação rodoviária da cidade que, pela sua localização central, interessou que se transformasse também “*num lugar de “convívio” e de circulação pedonal*”⁹¹ e, portanto, toda a zona envolvente foi também requalificada, considerando esta ação como uma “*vasta operação de requalificação urbanística*”⁹².

Encontramos também no centro histórico, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, um projeto de reabilitação da autoria do Arquiteto Souto de Moura, o Museu Abade de Baçal, o Museu de Fotografia, o Conservatório e a Biblioteca Municipal, que ocupam o antigo Colégio de Jesuítas. Todos estes elementos surgem em relação com a praça da Sé, com a praça Camões e/ou com a rua Abílio Beça, uma relação existente e identificada no séc. XVI, promovida pelos elementos religiosos aqui presentes, mas que agora, no que diz respeito ao valor enquanto elementos de exceção, foram substituídos por equipamentos coletivos e culturais.

É importante referir que estas ações de planeamento partem também da vontade de afirmar a cidade de Bragança enquanto Eco Cidade Piloto na Península Ibérica sustentada pelo Turismo e Lazer. Desta forma a cidade tem tentado garantir condições para se desenvolver de forma mais complexa, compacta e sustentável dentro daquilo que já corresponde à malha urbana atual, tentando preservar ao máximo as áreas verdes livres

⁹¹ Ibid, p. 253;

⁹² Idem.



Figura 110



de valor ecológico que encontramos ao seu redor ⁹³.

Podemos, portanto, afirmar que se trata de um momento de grande preocupação pela requalificação urbana, no qual predomina o cuidado em melhorar as condições urbanísticas ao nível da compactação do território, da relação entre o edificado e o espaço público no qual este último tem um papel primordial, tornando-se assim num espaço urbano caracterizado pela vitalidade, onde os serviços, atividades de lazer estão distribuídos de forma equilibrada.

Figura 110 Vista aérea
atual da Cidade de
Bragança.

⁹³ Esta ação tem como base a análise e orientações dadas pela Carta de Aalborg.

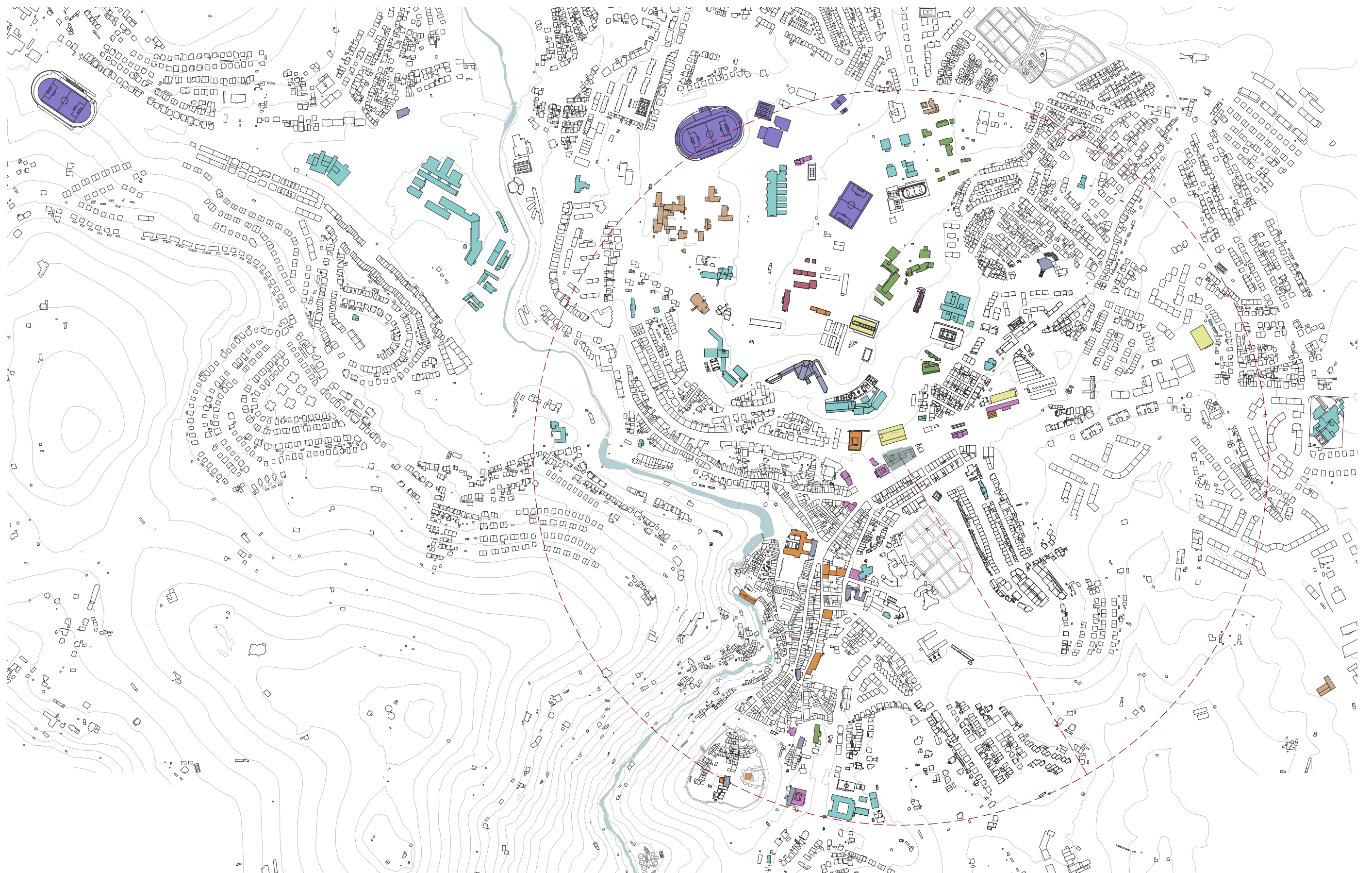
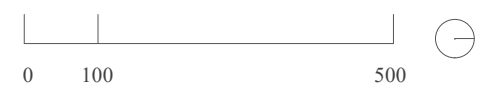


Figura 111



4. A Moagem Mariano: A oportunidade estratégica

4.1 Circunstância urbana

Com a análise histórica e urbana desenvolvida no capítulo anterior, podemos concluir que a cidade de Bragança que conhecemos hoje em dia se desenvolveu, sobretudo, paralelamente ao surgimento de elementos de exceção da malha urbana. Afastando-nos da complexidade que estes elementos representam para os definirmos, e considerando apenas a característica de que “*são condicionados, e também condicionantes*”⁹⁴, estes elementos foram surgindo de duas formas: ou sendo uma construção original que impulsionou o desenvolvimento urbano e a fixação da população no seu entorno, como é o caso do castelo na época medieval ou das igrejas associadas ao poder religioso, ou como solução para dar resposta a necessidades existentes e reconhecidas por estudos ou planos urbanísticos, como é o caso do hospital, das escolas ou dos museus construídos nos últimos anos.

Desta forma, a cidade desenvolveu-se muito do seu entorno e ainda nos dias de hoje estes elementos de exceção representam uma grande importância na compreensão da estrutura atual da cidade, sendo que ao mesmo tempo, devemos estar conscientes de que “*o todo é mais importante que cada uma das partes; e que apenas o facto urbano na sua totalidade, portanto também o sistema viário e a topografia até às coisas que se podem apreender passeando de um lado para o outro numa rua, constituam esta totalidade.*”⁹⁵

Compreendemos, portanto, a cidade como um sistema formado por constantes adições, que evolui com o tempo e que depende, também, de quem a experimenta. Compreender a cidade trata-se então de compreender o tecido urbano em conformidade com as suas transformações e adaptações de forma a responder às necessidades atuais.

Analisando o tecido urbano atual da cidade de Bragança, podemos reconhecer que esta se continuou a desenvolver para poente. Desenvolvimento este, associado mais uma vez, aos momentos de chegada à cidade, sobretudo, ao acesso à A4.

Figura 111 Planta da cidade de Bragança com identificação dos equipamentos.
Escala 1:10000



⁹⁴ ROSSI, Aldo. A arquitetura da Cidade. Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p.46;

⁹⁵ Ibid, p.52.

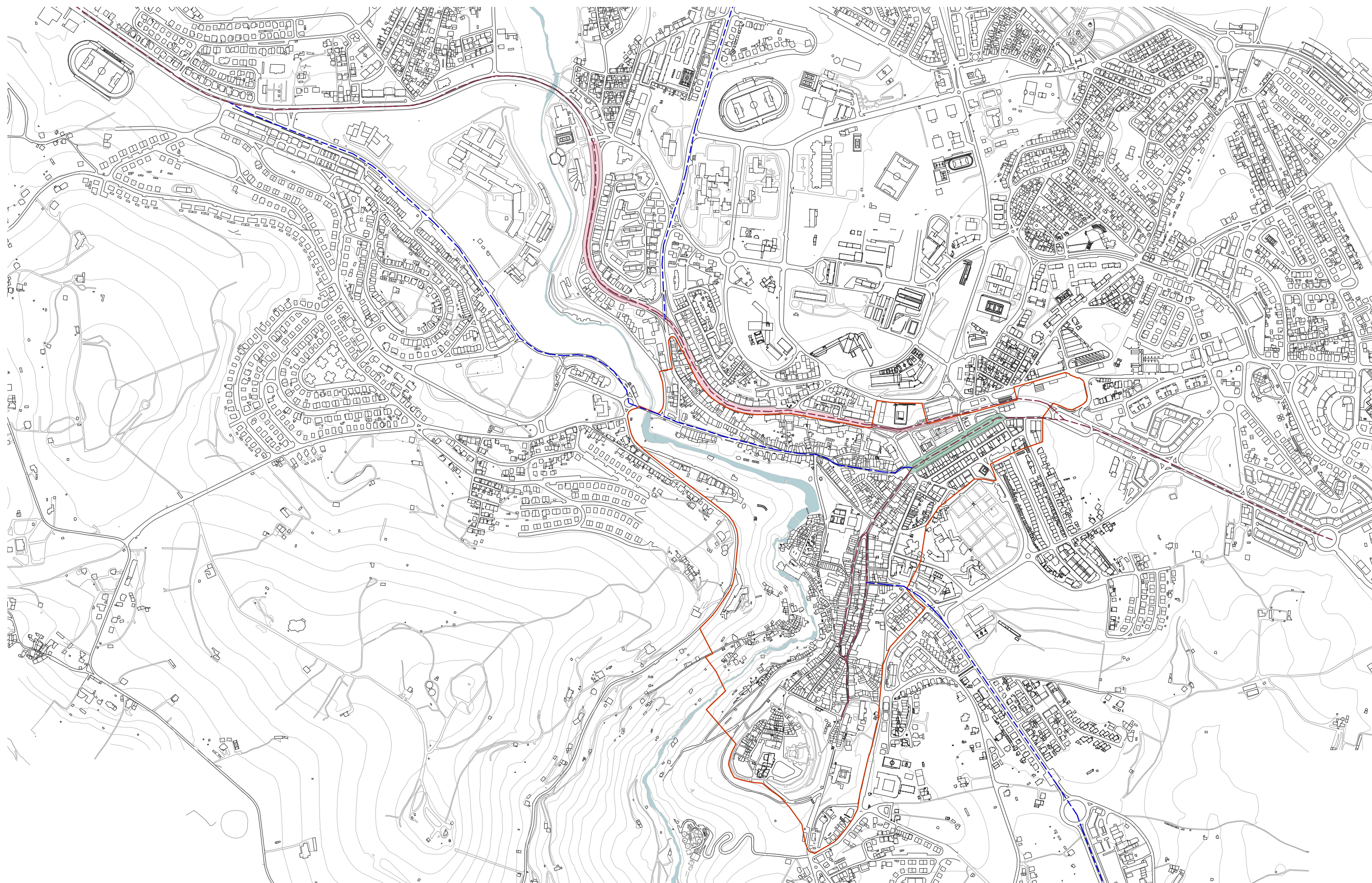


Figura 112



Podemos compreender um centro urbano definido entre o castelo e a estação ferroviária, que contém “*uma coerência forte entre o espaço natural e o construído*”⁹⁶ e “*ruas bem adaptadas a uma pré-existência natural, legíveis e referentes*”⁹⁷ que corresponde ao atual centro histórico da cidade. Já na malha urbana que se desenvolveu em torno deste centro, “*o desarticular deste sistema simples e bem adaptado às características do lugar é*”⁹⁸ bem visível.

A grande preocupação que existiu, e existe, em dinamizar e valorizar o centro histórico da cidade levou a que a maior parte dos equipamentos públicos e coletivos se localizem na sua proximidade. Podemos então observar que existe uma grande concentração dos equipamentos e serviços da cidade dentro do centro histórico e nas áreas limítrofes.

Pelo facto destes equipamentos aqui se localizarem, bem como por todas as intervenções já realizadas no espaço público desta zona da cidade até ao momento, acusa-se a existência um grande fluxo de pessoas seja por parte da população residente, seja por parte de turistas que visitam a cidade. Ainda no que diz respeito aos elementos de exceção da malha urbana, estes tendem a estenderem-se para oeste, acompanhando, assim, aquilo que se considera o desenvolvimento natural que a cidade foi experimentando.

Identificamos na cidade dois eixos principais que se cruzam e atravessam a cidade, ligando os seus principais extremos: um primeiro de ligação à A4 desde a Praça Cavaleiro Ferreira, que é constituído pela Avenida Sá Carneiro e pela Avenida das Cantarias e um segundo, de ligação a Norte, em direção a Espanha, que é constituído pela ligação do Castelo à Praça da Sé pela rua Abílio Beça e pela Rua Direita, seguindo-se a rua Almirante Reis, a Avenida João da Cruz e a Avenida das Forças Armadas. Podemos ainda assinalar ramificações destes dois eixos: a Avenida Cidade de Zamora que liga o centro histórico a um outro acesso

Figuras 112 Planta da cidade de Bragança com a identificação dos principais eixos urbanos e as suas ramificações, e a área do centro histórico considerada no ARU.

Escala 1:10000

- Avenida Sá Carneiro
- Avenida João da Cruz
- Vias principais
- Vias secundárias
- Área do Centro Histórico ARU

⁹⁶FERREIRA, Alfredo. Aspectos da Organização do Espaço Português. Porto: FAUP Publicações, 1995, p.49;

⁹⁷ Idem;

⁹⁸ Idem.

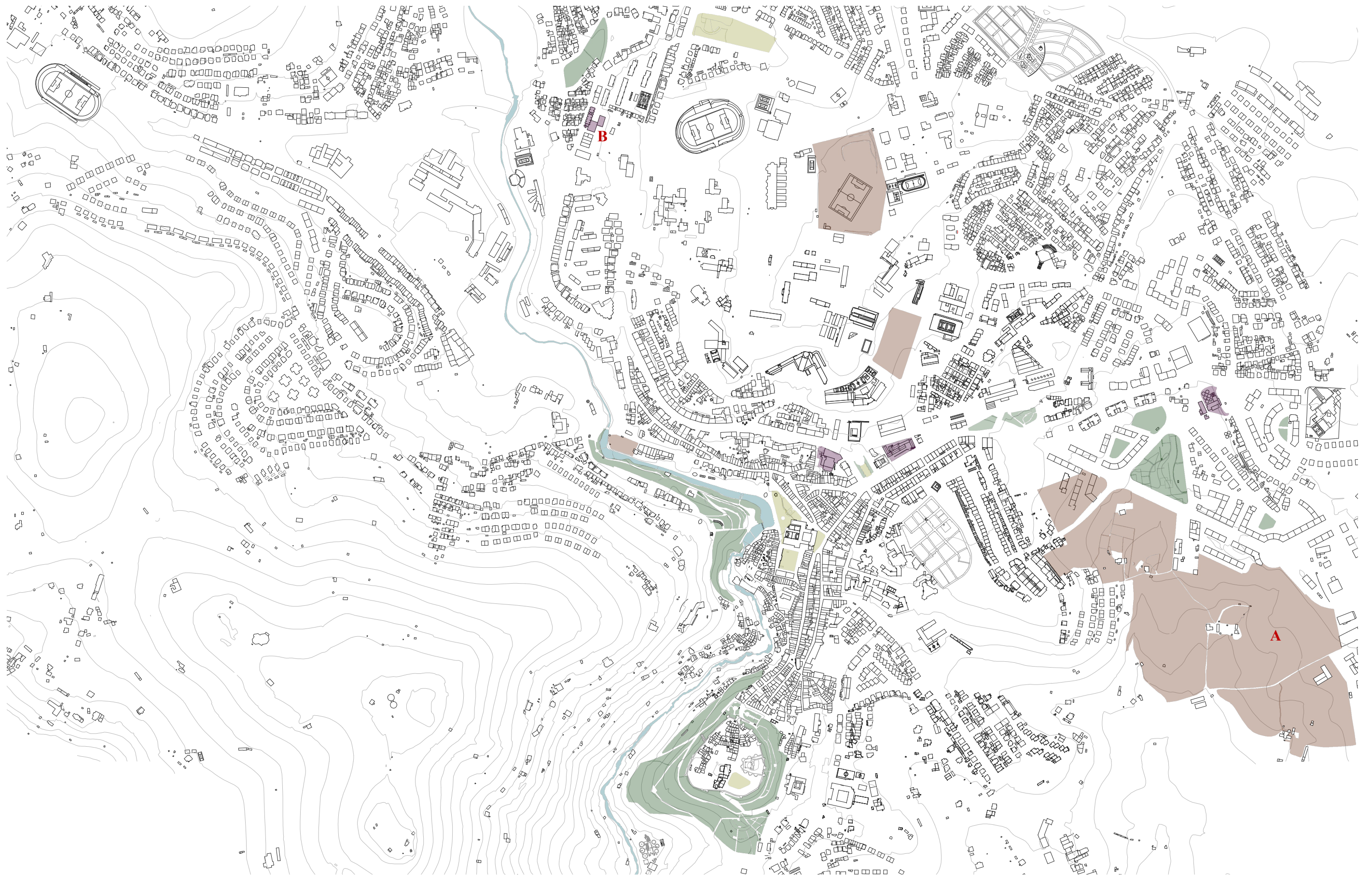
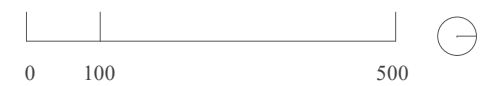


Figura 113



a Espanha, a ligação do centro histórico para oeste, junto ao rio Fervença, pela rua Alexandre Herculano e pela Alameda de Santa Apolónia e, por último, a avenida Abade de Baçal que também acompanhou o crescimento da cidade para Oeste.

Estes eixos e as suas ramificações, constituem a principal rede de fluxos da cidade, estejam eles associados a movimentos rodoviários ou a atividades e a dinâmicas sociais. A restante malha urbana é maioritariamente de zonas residenciais que se estenderam de uma forma orgânica preenchendo os espaços entre esta rede, anteriormente referida.

Dentro da malha urbana consolidada é ainda possível reconhecer zonas que não foram utilizadas, até ao momento atual, para o desenvolvimento da cidade. Torna-se necessário identificar estes lugares tendo em conta que o que motiva o desenvolvimento urbano da cidade neste momento é a afirmação desta enquanto Eco Cidade e, relembrando as premissas já referidas no capítulo anterior que estão na base para que tal aconteça, estes lugares tornam-se de extrema importância para o desenvolvimento atual da cidade.

No que diz respeito aos lugares anteriormente referidos, tanto podemos identificar lugares que foram ficando estagnados e que constituem espaços vazios no tecido urbano não por não conterem programa, mas sim por não participarem das dinâmicas da cidade atual e com eles retomar o conceito explorado no primeiro capítulo deste trabalho: *vazios urbanos*, como lugares que nunca foram explorados por serem, por exemplo, quintas privadas para as quais nunca foi pensado um novo programa.

A grande maioria destes lugares já se encontram identificados no PDM atual enquanto “zona de expansão de alta, média ou baixa densidade” e para alguns deles já existe um programa específico como é o caso dos lugares identificados na figura 113 como o lugar A onde se localiza a antiga Quinta da Trajinha e que se tornará no novo parque urbano da cidade, o “Parque Temático da Trajinha”, o qual já se encontra na primeira fase de construção e o lugar B, uns silos que se encontravam desativados já há

Figura 113 Planta da cidade de Bragança com o levantamento dos vazios urbanos.

Escala 1:10000



alguns anos, que darão lugar ao Museu da Língua Portuguesa, cuja construção está previsto ser iniciada ainda este ano.

Desta forma percebemos que já está presente no planeamento da cidade a preocupação em pensar estes espaços e, como tal, podemos então garantir uma maior relação com a realidade, por parte da intervenção urbana que será em seguida desenvolvida.



Figura 114



4.2 A área de intervenção enquanto oportunidade estratégica

A vontade de trabalhar sobre um espaço devoluto da cidade, surge da percepção de quem a habita e contacta diariamente com o espaço em causa e que, agora, num momento mais informado e consciente, tem a oportunidade de identificar os problemas encontrados, bem como as potencialidades existentes para os colmatar.

O espaço em causa é uma moagem de produção de farinhas, edificada a 1925 e que se encontra desocupada há vários anos. Localiza-se no “coração” da cidade de Bragança e é delimitada pelas duas principais avenidas que marcam o novo centro urbano e o centro histórico, a avenida Sá Carneiro e a avenida João da Cruz, respetivamente.

Vê-se esta localização como uma situação privilegiada, já que, como vimos anteriormente ao longo do estudo e análise da cidade de Bragança, a avenida João da Cruz desce cedo se afirmou como um eixo estruturante e com grande importância na malha da cidade, onde se localizam a Estação de autocarros (antiga Estação Ferroviária), a Praça Cavaleiro Ferreira, bem como podemos encontrar variados serviços e comércio. Já a Avenida Sá Carneiro, é também ela um eixo urbano importante já que, cruzando uma grande parte da cidade, garante a ligação rápida entre ela.

Podemos considerar que a área de intervenção se encontra entre duas circunstâncias urbanas muito distintas. Por um lado, no que diz respeito à avenida João da Cruz, está voltada para edifícios de pequena escala, localizados numa malha bastante parcelada e que respeitam uma determinada regra, por outro lado, na avenida Sá Carneiro, estabelece uma ligação com edifícios de grande escala, estando em relação direta com o Teatro municipal e com o Shopping, que ocupam lotes de grandes dimensões.

Este é, portanto, um ponto de contrastes e o facto de este lugar se encontrar desativado há vários anos e não ter acompanhado as alterações urbanísticas que foram ocorrendo mais recentemente, fez com que se tornasse numa barreira física e visual da malha urbana, não participando de nenhuma forma na cidade.

Figura 114
Identificação da área de
intervenção.



Figura 115



Figura 116

Com o prolongamento da avenida Sá Carneiro para norte e com a abertura do túnel que a liga, mais uma vez, com a zona norte da cidade, resultou um muro de suporte com cerca de 5m de altura, que se tornou no que se pode considerar a frente do edifício da moagem para esta avenida. Desta forma, e com os muros que também já existiam na frente da Avenida João da Cruz, podemos, portanto, considerar que este é um objeto que se fecha em si mesmo na sua totalidade, não contribuindo para a coesão entre partes da cidade atual.

Face às considerações prévias, consideramos que se torna inquietante a relação que o papel que este lugar estabelece nos dias de hoje para com a cidade, com o que, em tempos, a linha férrea apresentou: se esta não permitia a expansão da cidade, a moagem constituindo-se também ela como uma barreira impenetrável, separa os dois dos principais eixos urbanos da cidade e não permite a relação entre eles.

Mais uma vez, o muro presente na avenida Sá Carneiro esconde os volumes do edifício que para este lado se voltam. Estes volumes por quase nunca serem observados, não fazem parte da memória coletiva do lugar e, apesar de na circunstância urbana atual não se justificar, continuam a refletir a ideia de “traseira” do edifício. Este muro já tentou ser explorado como tela para demonstrações artísticas, numa tentativa de melhorar e fazer valer a sua presença. Nele podemos encontrar, por isso, obras do artista Bordalo II.

No que diz respeito ao período laboral da moagem, pelo facto do traçado da linha ferroviária se fixar, na sua primeira localização, adjacente a este espaço, esta favorecia e facilitava o transporte da mercadoria aqui produzida. Mais tarde, com a alteração do seu traçado, por volta dos anos 50, e com a deslocação dos edifícios industriais para fora do perímetro urbano, as condições para o seu bom funcionamento viram-se afetadas e foi quando, por volta 1956, se deu a sua desativação.

Percebemos que este edifício teve a sua edificação ainda quando a avenida João da Cruz correspondia à rua Conde Ferreira. Este facto leva-nos a observar que os edifícios da sua envolvente próxima ou eram

Figura 115 Vista para a moagem desde a avenida João da Cruz.

Figura 116 Vista para a moagem com o túnel ao fundo, desde a avenida Sá Carneiro.



Figura 117



Figura 118



Figura 119



Figura 120

inexistentes ou tinham uma escala bastante distinta da escala deste grande edifício. A verdade é que pela relação que ele estabelece com a envolvente, no momento atual, parece ter havido uma preocupação no desenho dos edifícios que lhe são adjacentes, procurando estabelecer uma relação cuidada, já que todos eles respeitam as cotas das coberturas dos vários volumes da moagem.

O volume central, paralelo à avenida João da Cruz, maior e mais alto e cuja presença mais se faz notar, também estabelece uma boa relação com a envolvente: se por um lado respeita a escala dos prédios desta avenida, por outro, sem que seja intencional, traz para o lote a escala maior dos edifícios da avenida Sá Carneiro.

O facto do edifício se encontrar recuado face ao alinhamento da avenida João da Cruz atribui outra dimensão a esta fachada ganhando, por isso, importância que poderá ser explorada.

É interessante compreender que todos os volumes integrantes do edifício, ocuparam desde sempre uma função. Ao contrário do que a imagem deste nos leva a pensar, dado que numa das frentes temos um edifício cuidadosamente desenhado, que poderia corresponder à principal edificação, e na outra frente temos a imagem de um edifício formado por retalhos, que poderiam ter sido adicionados ao longo do tempo conforme necessário, o facto é que o mesmo não aconteceu e, tal como podemos observar na planta da figura 121, todas as áreas apareceram ao mesmo tempo, e a todas elas, desde início, foi atribuída uma função.

Neste seguimento, não há alterações da estrutura a relatar. Houve sim duas propostas de ampliação apresentadas em 1937 e 1956, mas foram ambas negadas.

O PDM atual considera a área de intervenção como zona para preenchimento. Apesar de conter este edifício, é, portanto, considerada uma área vazia.

Falámos, anteriormente, da *oportunidade estratégica* que um dado lugar *vazio* pode representar para uma intervenção urbana se considerarmos as relações que este pode passar a estabelecer com as dinâmicas da cidade em que se insere. Neste caso em concreto, uma das formas que nos permite compreender melhor a anterior afirmação é o recurso à imagem do

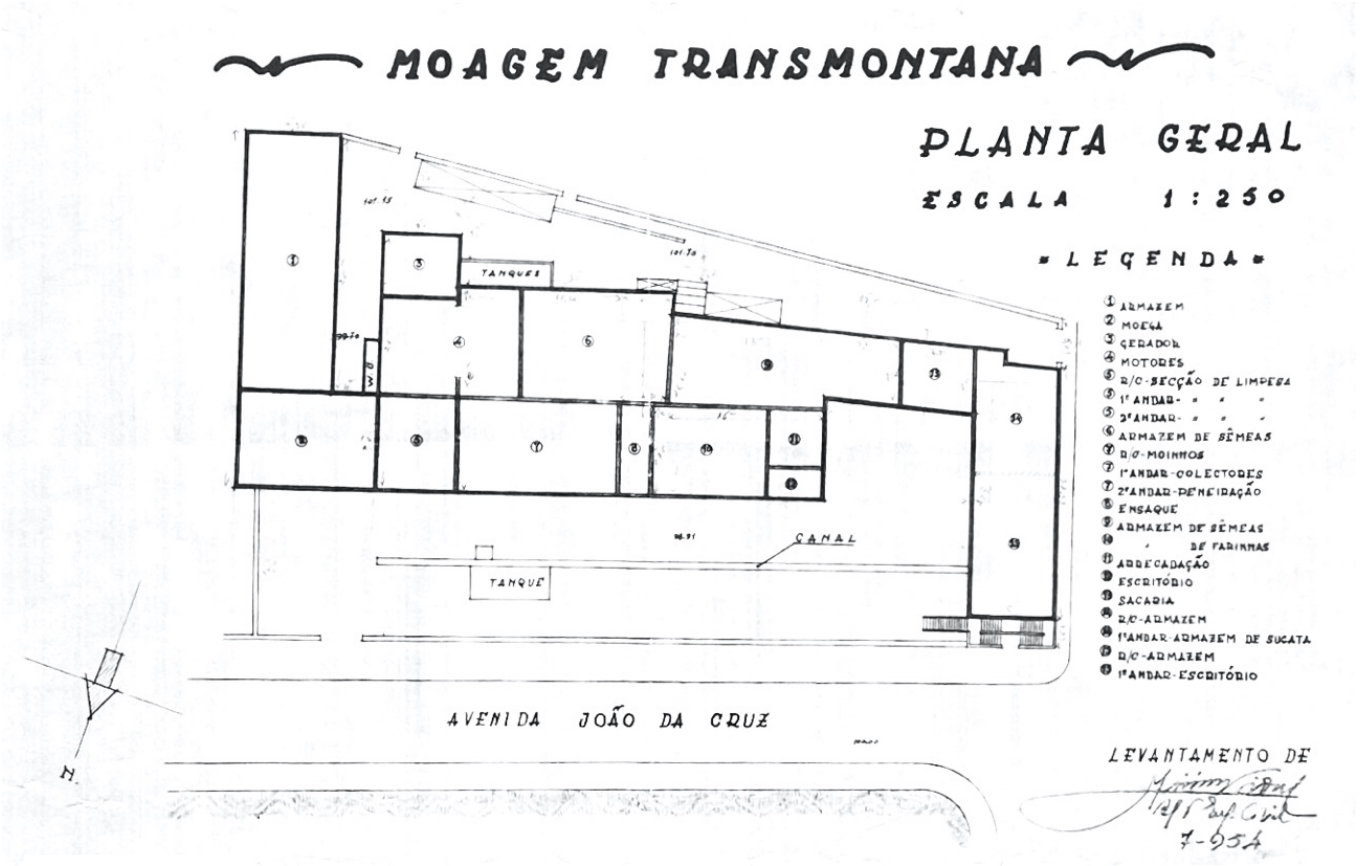


Figura 121

Figura 117 Vista para a moagem durante a construção da avenida João da Cruz.

Figura 118 Vista para a moagem atualmente.

Figura 119 Relação da linha férrea com a moagem na sua primeira localização.

Figura 120 Vista para a avenida Sá Carneiro que ocupou o lugar do traçado da linha férrea.

Figura 121 Planta de levantamento da moagem em 1954.



Figura 122



Figura 123



Figura 124



Figura 125

epicentro de um cismo, já também referida no primeiro capítulo deste trabalho. Ao considerarmos uma circunferência de raio de um 1km centrada na área de intervenção, podemos observar que praticamente todos os elementos urbanos de exceção que geram fluxos e dinâmicas urbanas, se encontram dentro deste perímetro (ver figura 111), sem esquecer que esta área se situa entre vários dos principais eixos da cidade, anteriormente identificados.

Desta forma, e ultrapassando a definição física do edifício em causa, desconsiderando limites precisos para a área de intervenção, observamos uma forte potencialidade para uma intervenção urbana, já que a sua localização privilegiada face às dinâmicas da cidade atual, nos permite pensar numa dimensão estratégica, de forma a tornar esta área num ponto chave da malha urbana, capaz de receber um estímulo que se estenderá e se relacionará com o resto da cidade. Assim, iremos explorar a tentativa de dar resposta aos problemas identificados no lugar, recorrendo às potencialidades de revitalização da cidade.

Pensar nesta intervenção numa dimensão estratégica ganha maior razão de ser quando reconhecemos as dinâmicas da cidade atual.

Identificamos a falta de capacidade, em ambas as Avenidas, de acolherem espaços públicos ou espaços de estar que incentivem à sua apropriação, o que se reflete na intensidade dos fluxos urbanos. Tanto na Avenida João da Cruz, que faz a ligação ao centro histórico, na qual predomina um percurso de carácter lento, como na avenida Sá Carneiro, que se traduz num percurso mais rápido e que representa o atravessamento do novo centro urbano, e que é, maioritariamente, realizado em automóvel, nas suas partes adjacente à área de intervenção, o percurso pedonal público é muito pouco utilizado.

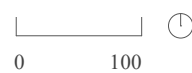
Assim sendo, esta intervenção incentiva o cogitar-se uma ideia de requalificação das avenidas aqui existentes, de forma a qualificar o espaço público e a desenvolver os percursos públicos enquanto elemento de consolidação da malha urbana. Podemos, portanto, considerar que a área de intervenção ganha sentido enquanto elemento de transição entre dois

Figuras 122 e 123 Vistas para o percurso da avenida Sá Carneiro adjacente à área de intervenção.

Figuras 124 e 125 Vistas para a avenida João da Cruz.



Figura 126



núcleos urbanos e que impulsiona a ligação entre eles.

O pensar este espaço enquanto um elemento “rotula” e que, em simultâneo, dê lugar a novas funções e atividades, é essencial para a estratégia de regeneração urbana que estamos a desenvolver, já que assim ele permitirá, por um lado, estabelecer uma melhor ligação física entre partes da cidade bem como promover a atividade económica, associada à tentativa de garantir uma nova dimensão social para a cidade.

Como anteriormente vimos, Bragança é neste momento uma cidade que procura uma maior afirmação no território, e para tal tem-se tentado desenvolver a diferentes níveis, nomeadamente com recurso ao turismo, sempre associado ao fator de proximidade com o país vizinho, Espanha.

Partindo para uma análise consciente da realidade da cidade, conseguimos observar potencialidade no património histórico e natural presente na região enquanto elemento impulsionador de uma regeneração urbana, não só associado ao turismo, mas também pela sua relação com a população residente, uma vez que ele está muito presente na sua cultura.

Observada a oferta cultural da cidade, são muitas as estruturas que tentam transportar essa relação para as dinâmicas da mesma, como é o caso do Museu da Máscara (1), o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (2), o Museu Abade de Baçal (3), o Teatro Municipal (4), entre outros que identificamos na imagem 126. No entanto, todas as atividades promovidas, quer por estes espaços culturais, quer pela Câmara Municipal, são de carácter muito pontual e raramente resultam numa envolvimento permanente com a população residente.

Neste sentido, pensa-se que seria pertinente estabelecer uma relação objetiva entre os espaços culturais que já existem e que já tentam trazer para a cidade atividades que se desenvolvem no território, de forma a envolver a população na revitalização da mesma, promovendo assim, o sentido comunitário nesta ação e desta forma, “*articular “em rede” os efeitos sócio culturais e económicos dos ditos fragmentos. Só assim, o*

Figura 126 Planta da Cidade de Bragança com identificação dos espaços da cidade e os principais caminhos de acesso entre eles.
Escala 1:6000

-  Espaços culturais
-  Área de intervenção
-  Percurso de ligação

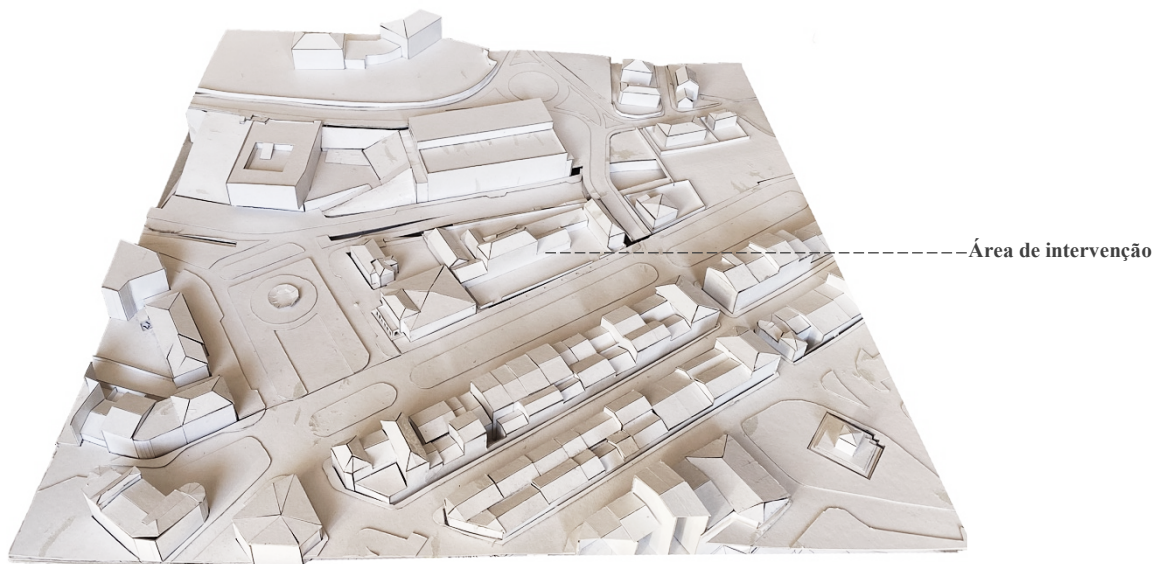


Figura 127



Figura 128

“todo” da cidade poderia ser mais do que a soma das “partes””⁹⁹.

Desta forma, e recorrendo à sua localização estratégica, anteriormente analisada, assumimos a possibilidade de transformar a área de intervenção num elemento agregador e que promova a coesão da rede de equipamentos culturais anteriormente referida. Procuraremos, portanto, intervir de forma a complementar a estrutura já existente, com a intenção de tornar este espaço num polo que proporcione condições para que todas as atividades culturais possam aqui ser exploradas de forma permanente.

Esta ação pontual procurará desenvolver uma relação física e social entre o centro histórico e o novo centro urbano, tornar-se-á num elemento de referência para quem visita a cidade, enquanto ponto de partida para a atividade turística, mas que, simultaneamente, irá promover a envolvimento da população enquanto espaço comunitário.

Pensamos que assim esta ação irá de encontro ao que a cidade procura: sendo capital de distrito, afirmar-se enquanto elemento que promove coesão do território, bem como melhorar a vida urbana, sincronizada com o património cultural e natural da região.

No próximo capítulo passaremos ao desenvolvimento do projeto para a proposta de intervenção, de forma a conseguirmos dar resposta aos problemas identificados tendo como base os princípios também já enunciados.

Figuras 127 e 128

Maquete da área de intervenção com a envolvente próxima à escala 1:500.

⁹⁹ PORTAS, Nuno. op. cit., p.210.



Figura 128



Figura 129



Figura 130



Figura 131



Figura 132

Figuras 128, 129, 130
Vistas desde a avenida
João da Cruz.

Figura 131 Vista para
nordeste desde o interior
da área de intervenção.

Figura 132 Relação entre
a moagem e a entrada para
o parque de
estacionamento do
tribunal.

Figura 133 Vista desde o
parque de estacionamento
do tribunal.



Figura 133



Figura 134



Figura 135



Figura 136



Figura 137



Figura 138

Figuras 134, 135, 136
Vistas desde a avenida Sá Carneiro.

Figura 137 Vista justo à entrada do Shopping à cota alta.

Figura 138 Vista mais aproximada onde podemos reconhecer texturas.

Figura 133 Vista para o acesso à cota alta da área de intervenção.



Figura 139



Figura 140



Figura 141



Figura 142



Figura 143



Figura 144



Figura 145

Figuras 140, 141, 142, 143 Vistas desde o interior da área de intervenção.

Figura 144 e 145 Interior da moagem fotografado a partir de uma janela.



Figura 146



Figura 148



Figura 149



Figura 150

Figura 146 Pormenor de
numa parede exterior.

Figura 147 Pormenor na
fachada da avenida João
da Cruz.

Figura 148
Aproximação a uma
janela.

Figura 149 Parte da
fachada da avenida João
da Cruz.



Figura 151

5. Proposta de intervenção

5.1 Um projeto urbano

Avançando para a ação projetual, importou-nos, em primeiro lugar, tomar consciência do património presente na área de intervenção.

Anteriormente, referimos várias vezes a localização estratégica da qual esta área favorece e sempre favoreceu. Essa localização tal como aconteceu no segundo e no terceiro critérios de intervenção estudados no segundo capítulo deste trabalho, trata-se daquilo que constitui o principal património aqui presente. Mais próximo do segundo critério, aqui, o lugar não se trata de uma imagem ou de uma geografia, mas sim do lugar enquanto espaço físico e de todas as potencialidades de ação que a ele estão associadas para uma proposta de revitalização urbana. Será, portanto, essa a base de raciocínio para o processo de projeto que em seguida irá ser desenvolvido.

Pelo referido anteriormente, a proposta de intervenção estará sempre associada à identificação de um lugar estratégico com potencialidade para se tornar numa rótula entre as duas principais avenidas da cidade e entre os centros urbanos que a elas são congruentes. Com recurso às distintas características que caracterizam as duas avenidas, bem como aos fluxos que as atravessam, manifestou-se a possibilidade de relacionar as diferentes escalas da malha urbana aqui presente, assegurando a combinação dos fluxos com base numa transição planeada e, dessa forma, tornar este lugar num elemento de coesão urbana.

Nesse sentido, numa primeira fase de projeto, sentimos a necessidade de estudar de que forma, e recorrendo à proposta de intervenção, seria possível colmatar as lacunas existentes nos percursos que caracterizam as avenidas. Evidenciou-se, por isso, a preocupação em trabalhar o espaço público e criar uma estratégia lógica que permita a existência de um percurso que articule as diferentes escalas, zonas envolventes e que, sobretudo, seja uma solução que promova a sua real utilização, quer como espaço de estar, quer como espaço de percorrer.

Tratando-se do momento do seu traçado em que estas avenidas mais se aproximam, compreendeu-se também a necessidade criar uma



Figura 152

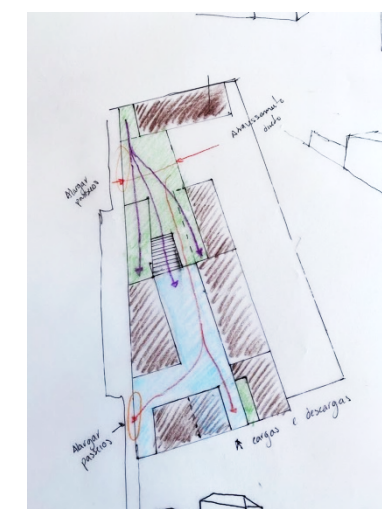
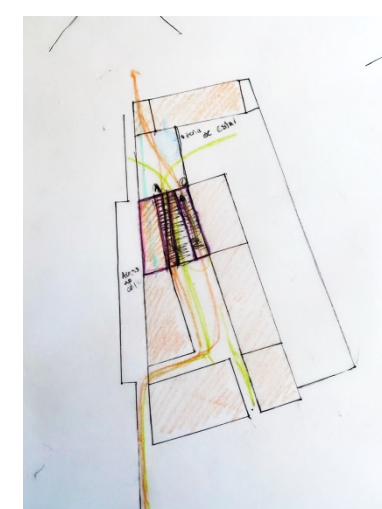
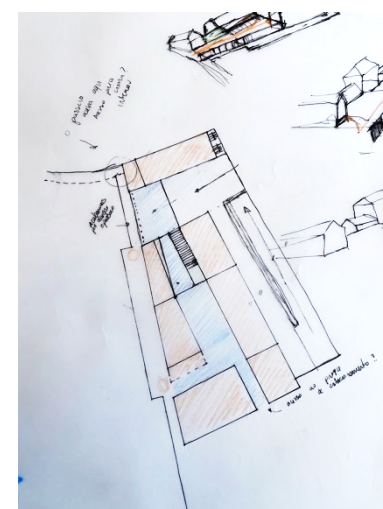
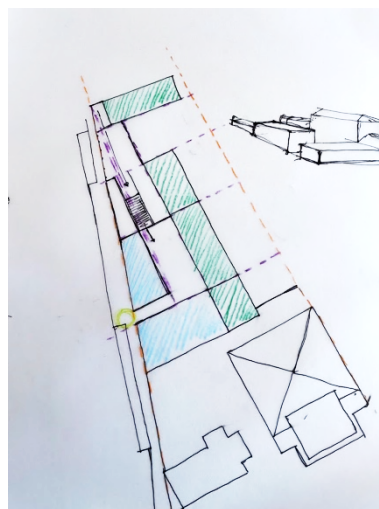


Figura 153

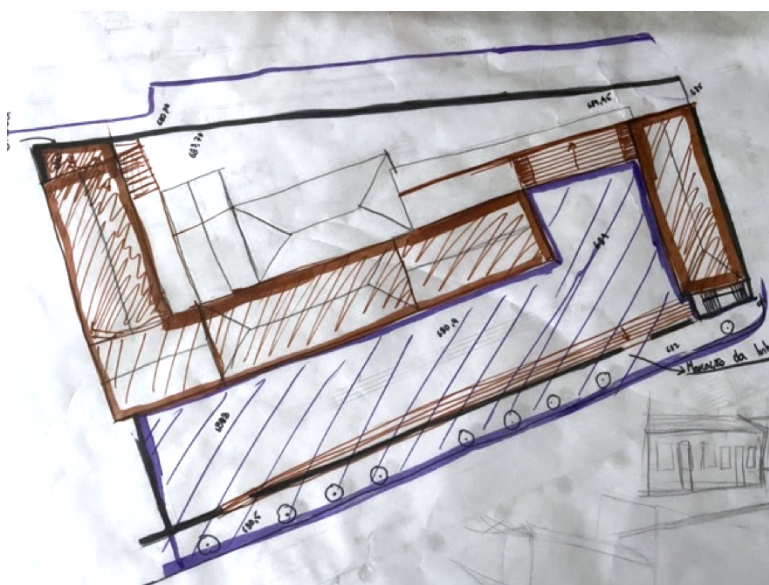


Figura 154

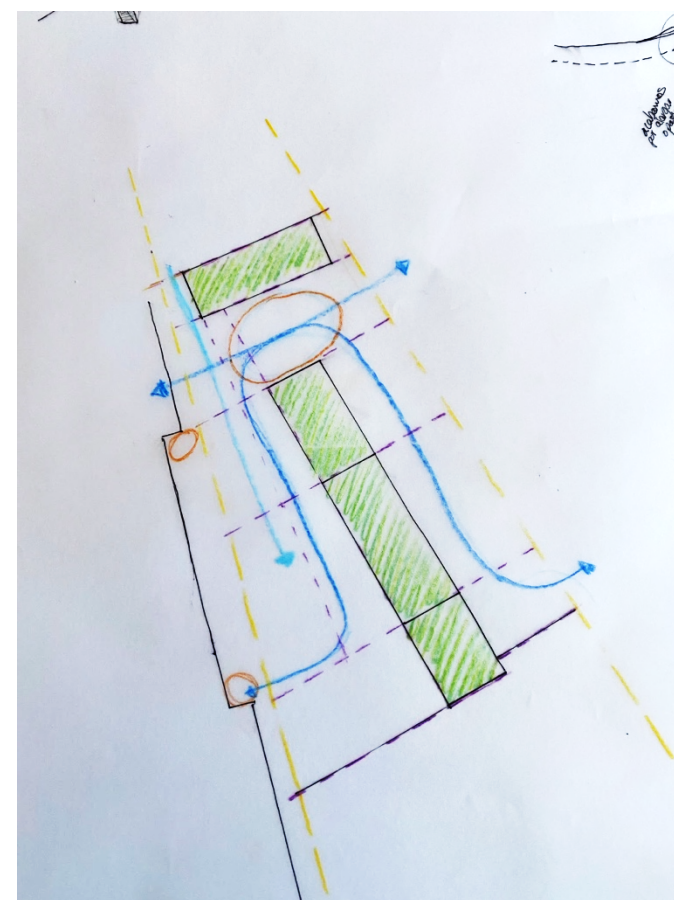
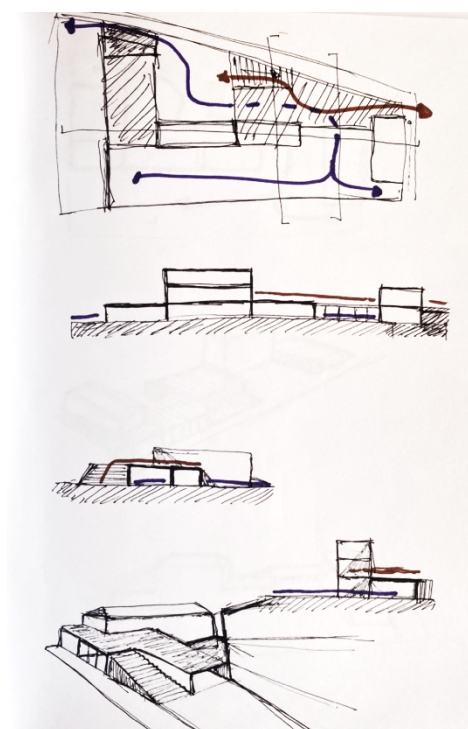


Figura 155

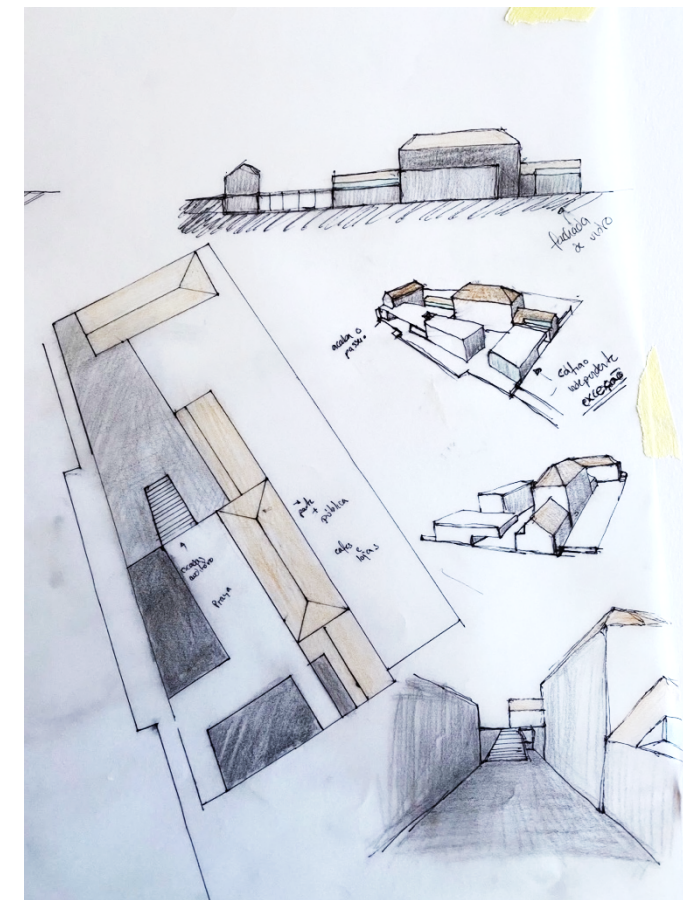


Figura 156

ligação direta entre elas, localizada à cota baixa, já que esta é a mesma para ambas. Por outro lado, surgiu a necessidade de repensar o acesso à cota alta existente no percurso público da avenida Sá Carneiro, fazendo com este passe a ser parte integrante da proposta de intervenção.

Posto isto, algo que se tornou urgente, foi retirar a designação de “muro” ao elemento que delimita a área de intervenção. Tal como aconteceu a Souto de Moura no Convento das Bernardas, este não nos permitia criar cidade, fosse pela relação, ou melhor, não relação que estabelecia ao nível do chão, entre este e quem atravessava as avenidas, fosse por tornar impossível a existência dos percursos e acessos anteriormente referidos.

Simultaneamente, existiu a necessidade de realizar uma ponderação sobre quais os volumes que se deveriam manter, eliminar ou acrescentar na proposta, de forma a determinar uma relação entre cheio e vazio que nos ajudasse nas questões anteriormente referidas.

Fazendo uma reflexão sobre o que representa a memória coletiva do lugar, de forma a garantirmos um motivo estável a fim de eleger os volumes que deveriam ser mantidos, tornou-se evidente que o volume paralelo à avenida João da Cruz e o volume a mais a Nordeste teriam necessariamente de permanecer na proposta de intervenção. Sendo que este edifício, no momento presente, apenas estabelece uma relação com a cidade a partir desta última avenida, estes dois volumes são os que constituem o alçado principal, e por isso, a principal imagem do edifício. Com base neste pressuposto, são também estes volumes que trazem para a área de intervenção a memória industrial, o que precisa outro motivo justificativo da sua preservação já que a atividade industrial, como vimos anteriormente, apesar de não se tratar de um território historicamente ligado a esta atividade, contribuiu durante um dado período para o crescimento da cidade e é também, nos dias de hoje, um dos principais fatores que está a ser explorado para o desenvolvimento do território.

A localização do volume a sudoeste vê-se, também ela, essencial

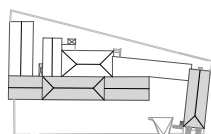


Figura 152 Esquema da aproximação das avenidas.

Figura 153 Plantas de estudo de propostas de circulação para a área de intervenção.

Figura 154 Desenho de processo.

Figura 155 Desenho de reconhecimento do atravessamento para ligação das avenidas.

Figura 156 Desenhos de processo.

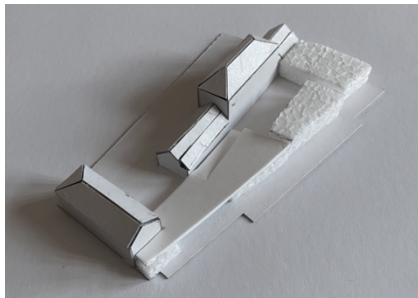
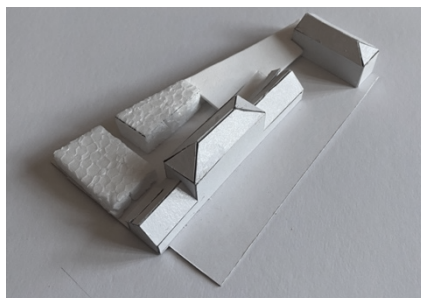
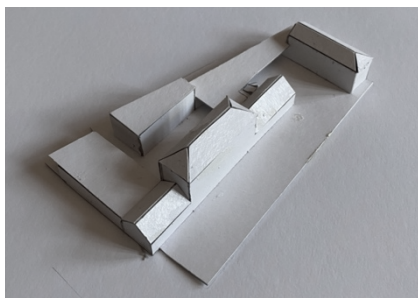
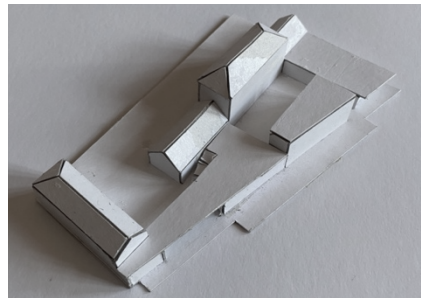
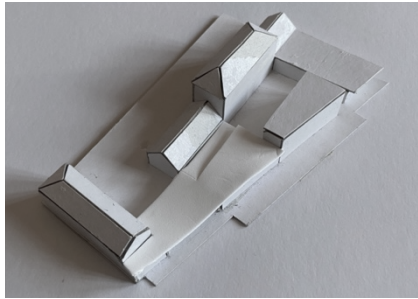
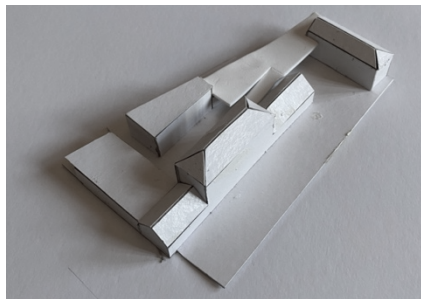
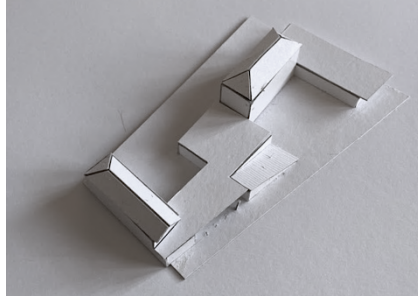
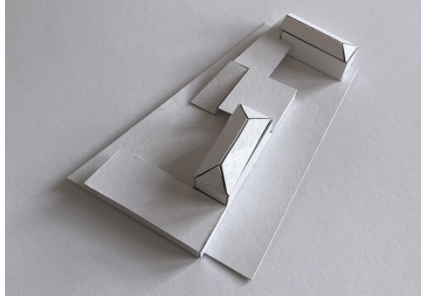
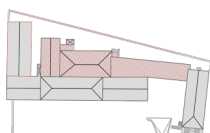
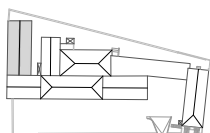


Figura 156



Figuras 156 Maquetes de estudo.

para o pensar dos limites da área de intervenção. Desta forma, considerámos importante ser também ela uma área para preenchimento.

Em seguida, com base no estudo dos alinhamentos geométricos que os volumes mantidos nos dão, e tendo em conta a área necessária para o programa que queremos implementar, tentámos perceber de que forma seria possível criar um novo jogo de volumes que respondesse às nossas necessidades.

Numa segunda fase, e retomando as principais premissas que tínhamos na base da nossa ação projetual até aqui, sendo elas: melhorar a qualidade dos percursos públicos e substituir o muro por um elemento que participe na atividade urbana, percebemos que estas ações se tratavam, sobretudo, de criar espaços onde o sentido coletivo fosse a matéria mais presente e que o seu uso contribuísse para garantir um novo sentido público à área de intervenção, que potenciaría assim a ação de regeneração urbana.

“As possibilidades da história enriquecem-se sobretudo quando o exercício disciplinar é tomado como causa social, tendente a responder às aspirações do homem que tem o direito ao reconhecimento do seu passado, do lugar que habita e do direito de participação no processo para a sua transformação”¹⁰⁰

Reconhecemos que para que o espaço público se tornasse num espaço coletivo teria de ganhar dimensão. Avançámos então para ações mais concretas que o efetivassem. Começámos por perceber como poderíamos alargar os passeios: do lado da avenida Sá Carneiro estávamos bastante limitados uma vez que o acesso ao parque de estacionamento do Shopping não nos permitia alterar a forma do passeio e compreendemos, por isso, que para ser possível o seu alargamento, teria de acontecer para dentro da nossa área de intervenção.

Como queríamos reformular o acesso à cota alta e transportá-lo para dentro da área de intervenção de forma a que o percurso entre

¹⁰⁰ COSTA; Alexandre Alves. op. cit., p. 15.

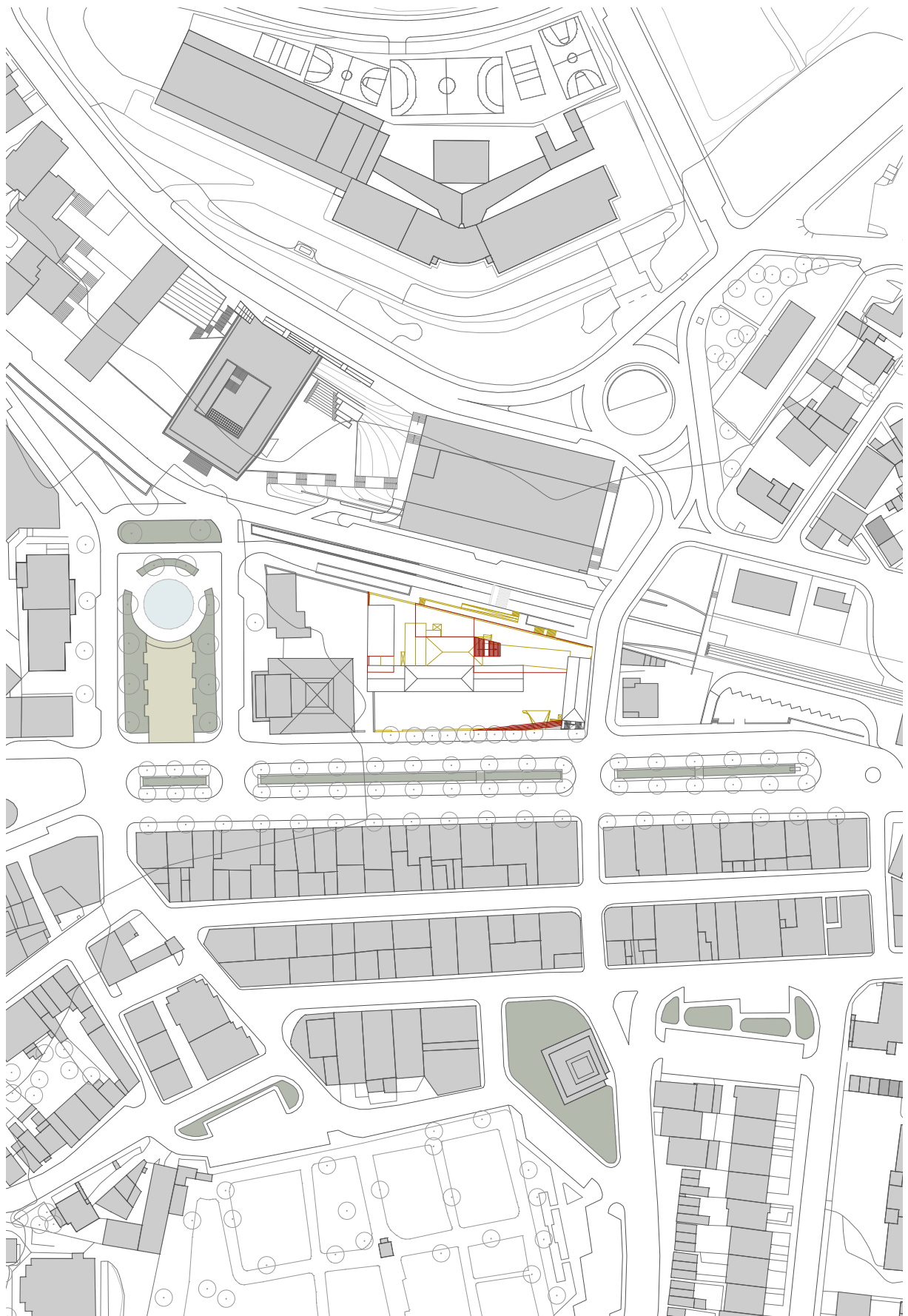
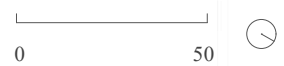


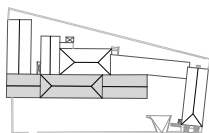
Figura 157



cotas passasse a fazer parte das dinâmicas e atividades desta área, com a sua localização atual desimpedida é-nos permitido ter o passeio livre ao longo de todo o seu percurso.

Por outro lado, percebemos que ao retirar o muro e introduzir edificado, este teria de ser fracionado, de forma a que nas zonas em que o passeio fosse mais estreito, este edificado passaria a dar-lhe lugar.

Todas estas decisões, bem como o programa definido que será mais à frente explorado, serviram-nos de guia para a implantação dos novos volumes.



Já no lado da avenida João da Cruz, o recuo que o volume faz face ao seu alinhamento dá, por um lado, dimensão a essa fachada e, por outro, mais uma vez, ao retirar o muro, permite desenhar uma praça com capacidade de se tornar num espaço multifuncional, coletivo e de reunião, indo assim de encontro às diretrizes anteriormente mencionadas. O passeio desta avenida passará então a invadir a área de intervenção, convertendo-se numa praça toda ela, praticamente, localizada à mesma cota, sendo apenas necessário introduzir escadas num terço do seu comprimento, de forma a garantir a transição entre a cota da praça e o passeio, que aqui ganha uma maior pendente.

Relativamente à ligação direta que se pretende estabelecer entre as duas avenidas, facilmente nos apercebemos da existência de uma falha entre os dois volumes mantidos. Primeiramente, pensámos que poderíamos preencher essa falha, como já teria sido apontado numa das propostas de ampliação da estrutura, e torná-la no acesso entre cotas. Mas mais tarde percebemos que o seu sentido é existir enquanto falha e, por isso, apenas seria necessário dotá-la de uma função. Como esta falha corresponde também a um momento onde, para alargar o passeio da avenida Sá Carneiro, precisamos de utilizar a área de intervenção, a sua existência servirá, por um lado, para garantir o alargamento do passeio, por outro para estabelecer a ligação direta entre as duas avenidas.

Determinadas estas ações, tornou-se mais fácil perceber como iríamos definir os novos volumes e depois de algumas possibilidades

Figuras 157 Planta de
vermelhos e amarelos.
Escala 1:1000

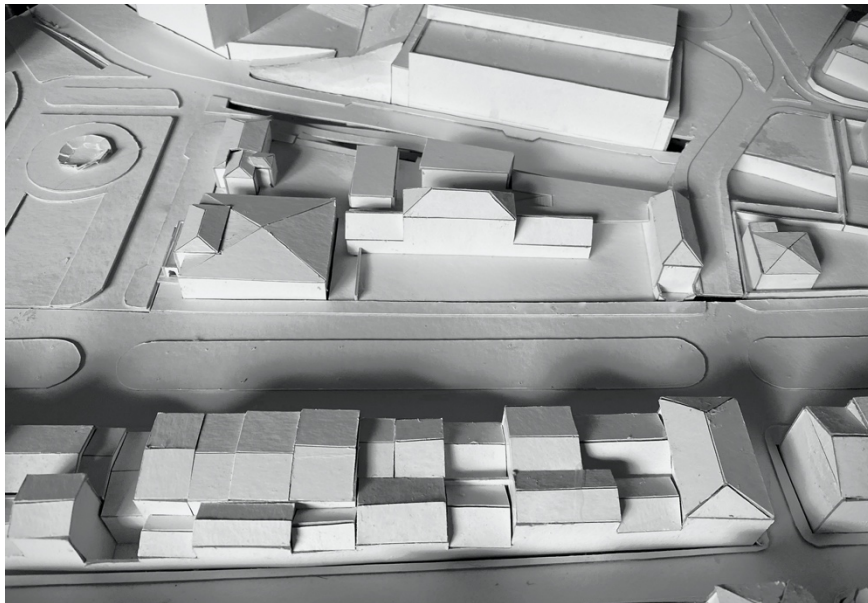


Figura 158

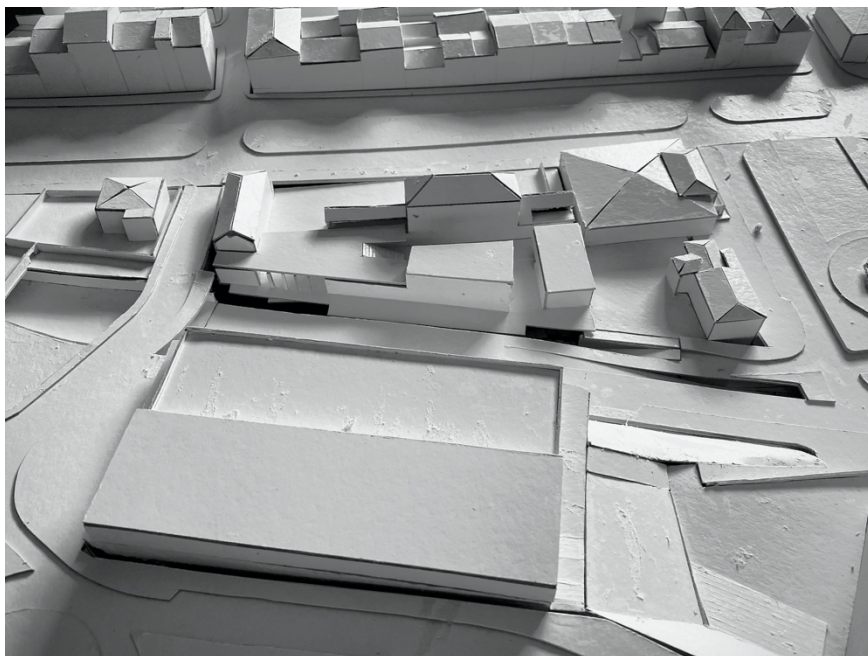


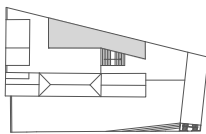
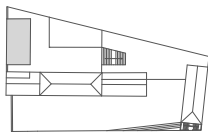
Figura 159

estudadas tanto em desenho como em maquete, chegámos ao resultado que encontramos nas imagens 158 e 159.

No que diz respeito ao volume a sudoeste, manteve-se o afastamento em relação ao passeio que este edifício já desenhava de forma a, mais uma vez, poder alargá-lo. Do outro lado, afastou-se também este volume do volume preexistente mantido que lhe é perpendicular, para que as suas coberturas não entrassem em confronto como acontece atualmente. Este afastamento, mais acentuado no piso térreo, ganha também um carácter de praticidade uma vez que, considerando que no futuro se pode fazer uso do parque de estacionamento do tribunal como acesso para cargas e descargas, esta ação permite-nos criar um acesso fácil à área de intervenção.

Fixaram-se também os volumes que fizeram o preenchimento da fachada da avenida Sá Carneiro, mantendo o seu alinhamento. Estes volumes passaram agora a ocupar a parte que não continha edificado de forma a que o muro pudesse ser então substituído por um elemento que cria cidade. Adicionou-se um volume de dois pisos que ajuda a fazer a transição de escala entre o volume mais alto e os mais baixos, e que serve também para trazer para a área de intervenção a escala maior do Teatro e do Shopping. Foi também adicionado um volume de um piso, na continuidade do anterior referido, que assegura o preenchimento da fachada da avenida Sá Carneiro até que esta é interrompida pelo atravessamento que liga as duas avenidas. De forma a rematar o percurso público aqui existente, uma vez que este termina neste ponto devido à existência do túnel, foi também proposto o prolongamento do piso térreo do volume norte até esta avenida.

À cota alta surge também uma plataforma que permite ligar os vários volumes e permite o acesso ao primeiro piso destes. Esta plataforma é vista como um espaço que estabelece uma relação diferente com as avenidas, uma vez que se vê como um espaço de onde se estabelece a transição entre as diferentes cotas da envolvente e da área de intervenção. É, portanto, a partir desta plataforma que se desenhou uma escadaria que



Figuras 158 e 159
Maquete da proposta de intervenção com a envolvente próxima à escala 1:500.

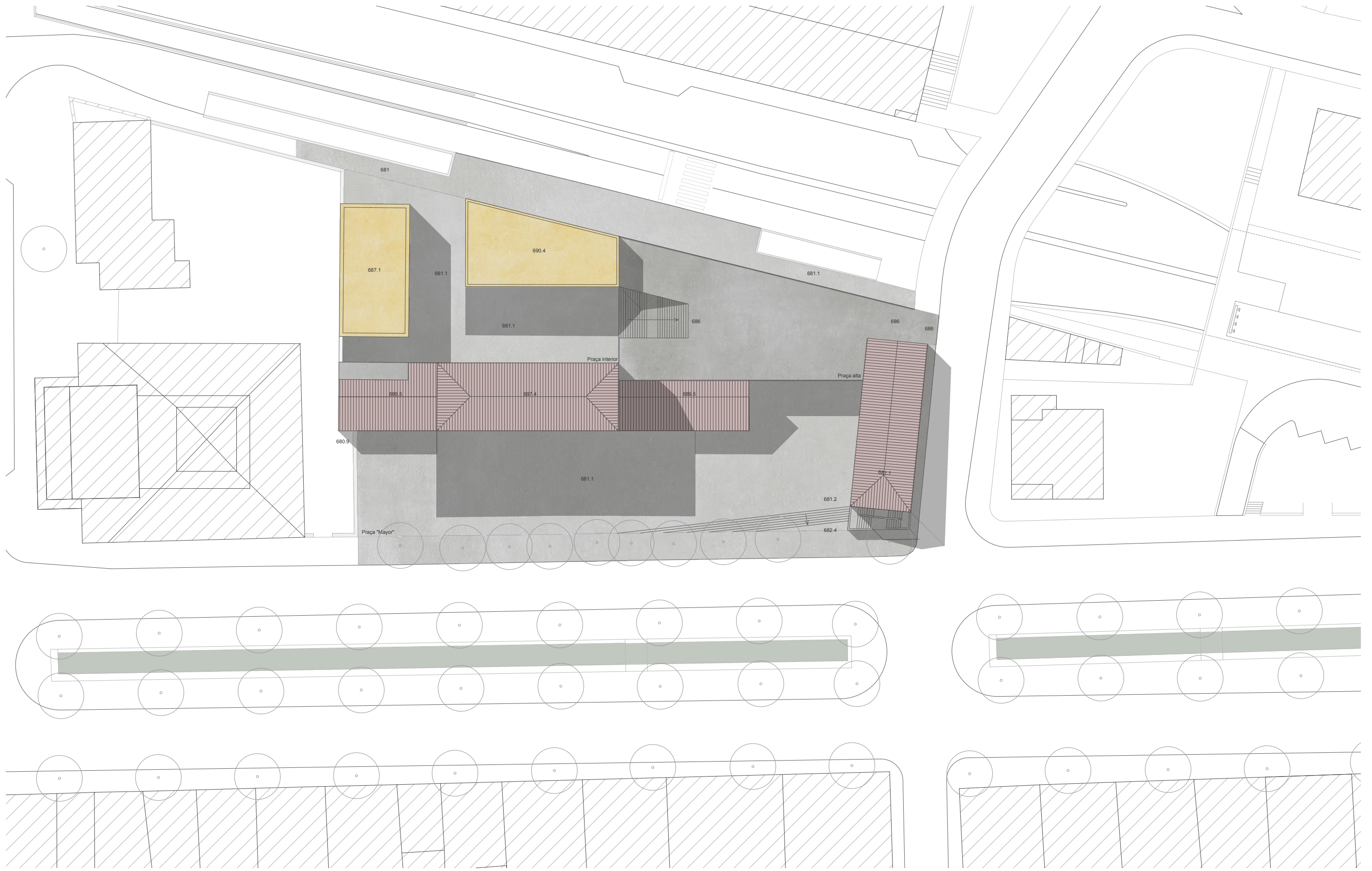


Figura 160

permitirá o acesso entre cotas e que, pela dimensão com que esta foi desenhada e pela sua localização, permite-nos esperar que seja apropriada de diversas formas, ultrapassando a função de escada e passando a assumir-se também como um espaço polivalente.

Os volumes, a escadaria e a plataforma, desenharam agora uma nova praça no interior do lote, que é também ela assumida como um espaço multifuncional e de reunião coletiva, surge também como o momento de confluência de todos os percursos aqui desenhados e estabelece uma relação direta com todos os volumes que a área de intervenção contém, à semelhança da praça central do edifício Arquipélago, que vimos anteriormente.

Não esquecendo as obras do artista Bordalo II que encontramos no muro da avenida Sá Carneiro, tornou-se impossível integrá-las na nova proposta. Propomos, por isso, que sejam deslocadas para outro sítio onde exista um outro vazio urbano permitindo que estas obras possam manter a mesma função para a qual foram pensadas dando algum sentido a este vazio.

Procurámos, sobretudo, transformar a área de intervenção num lugar permeável, com recurso a vários percursos que incentivam a que a cidade e o seu uso a ocupem. Espera-se que todos os espaços desenhados tenham capacidade de se adaptar a fim de servirem diferentes atividades e serem apropriados de diversas formas.

Torna-se evidente a importância com que se pensou este espaço enquanto espaço coletivo multifuncional já que, como refere Solà-Morales:

“Los espáacios coletivos son la riqueza de las ciudades históricas y son también, seguramente, la estructura principal de la ciudad futura. Quizá sí que, em nuestras ciudades, sean los espáacios ambíguos em su titularidade, cada dia más significativos de vida social cotidiana, pudiendo usarse y apropiarsen de muy diversas

Figura 160 Planta de cobertura da proposta de intervenção
Escala 1:500

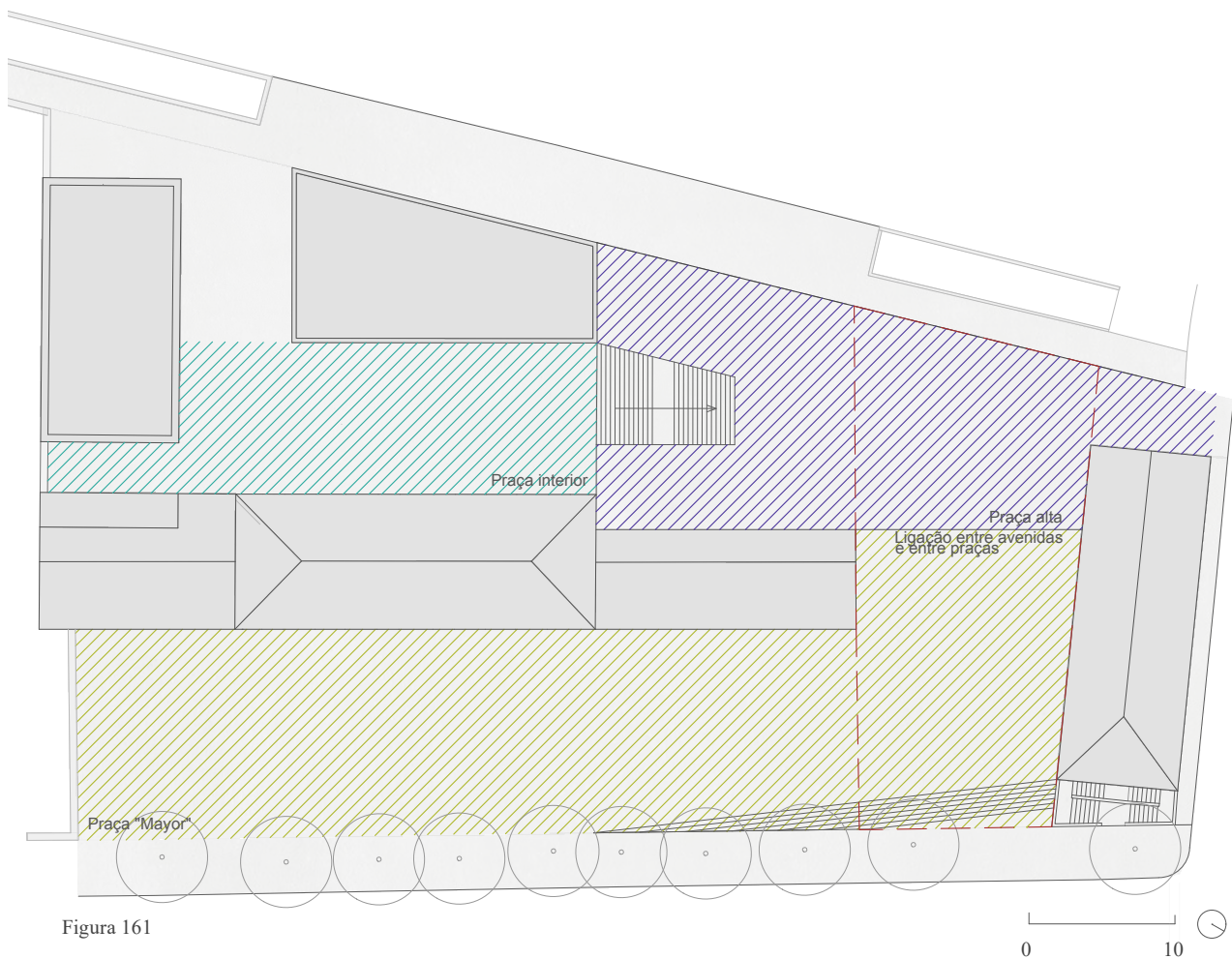


Figura 161

maneras por las diferentes tribus urbanas.”¹⁰¹

Uma vez definido o desenho à escala urbana, passaremos agora para o momento de trabalhar a distribuição programática da área de intervenção que será, também ela, essencial para a ação de revitalização da cidade que propomos.

Figura 161 Esquema de definição do espaço público obtido como resultado da proposta.
Escala 1:500

¹⁰¹ Solà-Morales, Manuel de. op. cit., p.190.

5.2 Programa, usos e materialidade

Estabelecida primeira uma relação volumétrica para a proposta tendo em conta os princípios urbanos procurados para a intervenção e as áreas necessárias para o programa definido, passaremos agora para uma escala que nos permite explorar melhor o programa que queremos propor, bem como as relações entre volumes e entre os volumes e a envolvente.

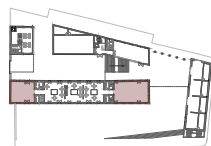
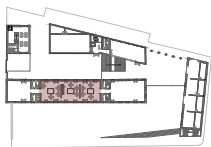
Como anteriormente referido, procura-se que a área de intervenção passe a dar lugar a um equipamento cultural e multifuncional que estabeleça um sentido comunitário, afirmando-se enquanto elemento central da rede cultural existente na cidade e que, sobretudo, seja um lugar em que todos os espaços que dele fazem parte, manifestem uma forte capacidade adaptativa.

Avançando para uma aproximação às diferentes áreas, procurámos que o programa se adaptasse da melhor forma possível à situação existente, de forma a conseguirmos preservar ao máximo os elementos originais da estrutura. Não nos interessou criar espaços muito precisos uma vez que se procura que sejam capazes de se adaptar ao longo do tempo, de forma a ser possível responder a novas necessidades. Tal como acontece no Matadero de Madrid, este espaço estará sempre disposto a acolher outro programa que garanta o seu uso, demonstrando um grande carácter metamorfótico.

Começando pelo piso térreo do volume paralelo à avenida João da Cruz, e dada a sua relação com a nova praça que surge do prolongamento do passeio desta avenida, determinou-se que seria essencial incluir nele espaços para cafés (na área central) de forma a estimular a que esta praça ganhe uma dimensão de Praça Maior, com várias esplanadas e que faça também uso do conforto das árvores aqui presentes.

Para este mesmo volume foi também considerado um espaço para exposições temporárias, seja de artistas convidados, como de trabalhos e atividades desenvolvidas no complexo e também um espaço para uma livraria.

O desenho da circulação do piso térreo deste volume tornou-se num tema com grande importância no projeto. Dada a grande dimensão



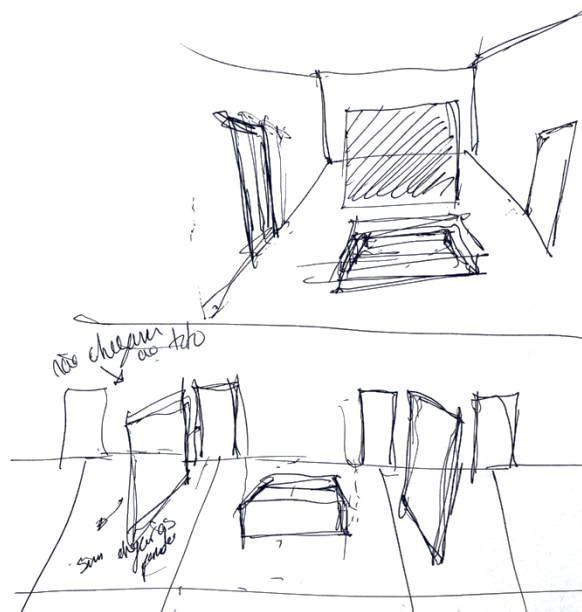


Figura 162

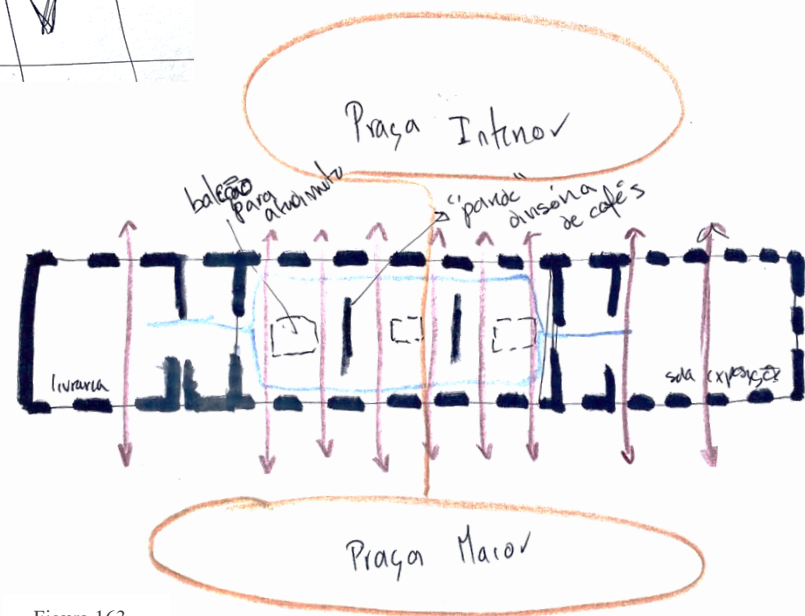


Figura 163

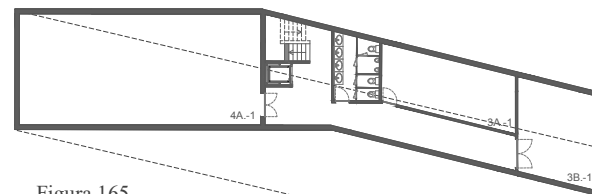


Figura 165

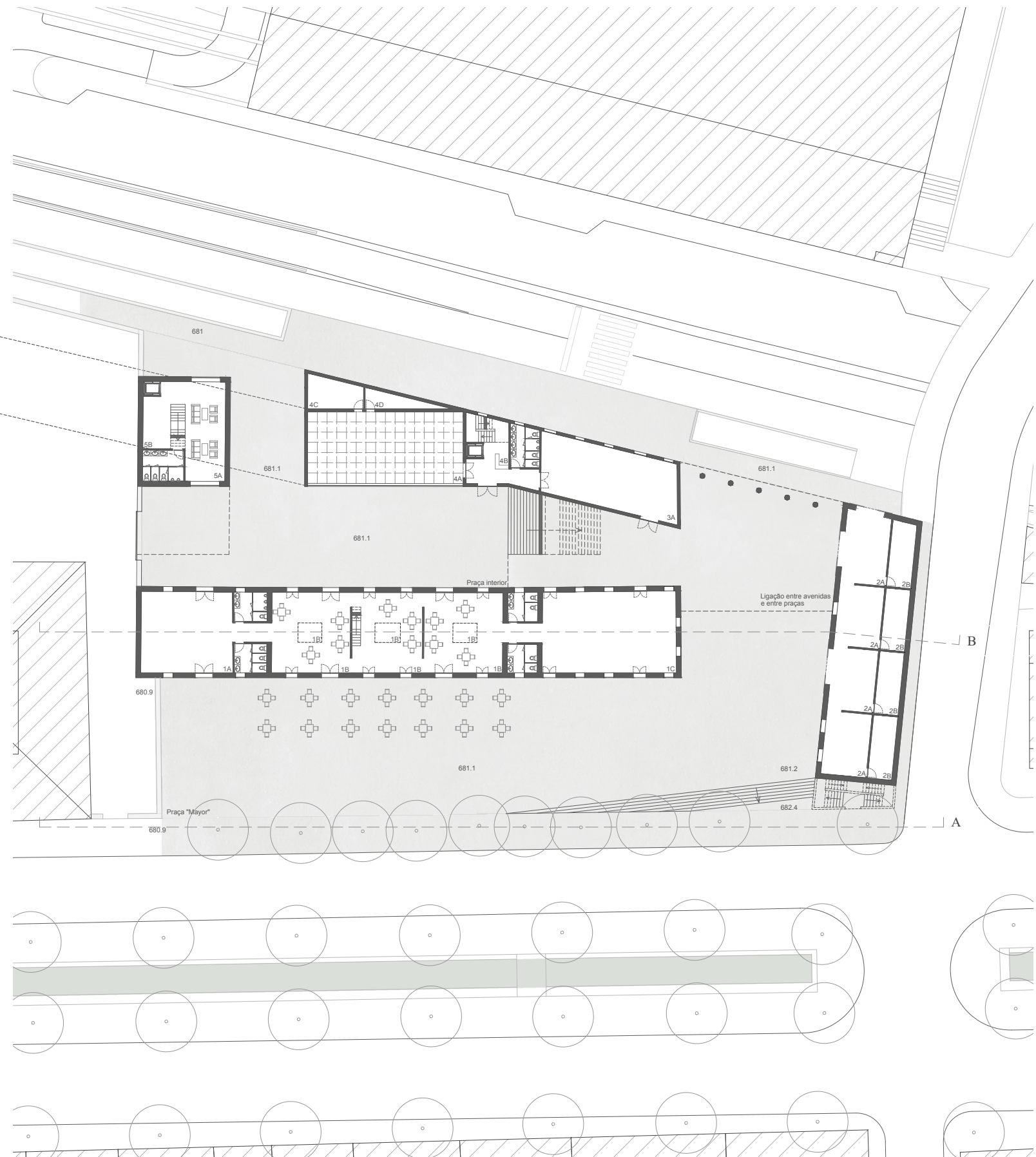


Figura 164

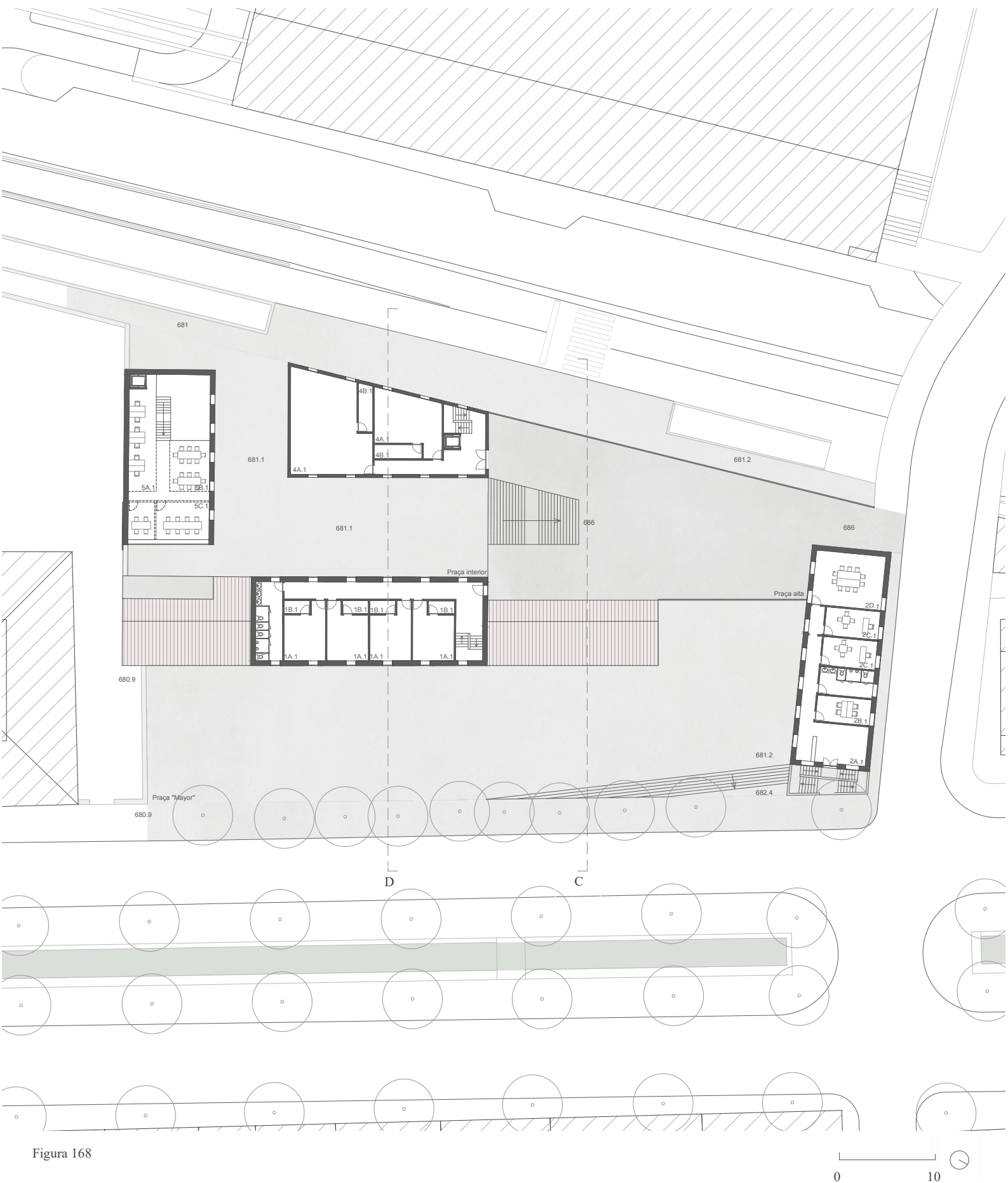


Figura 168

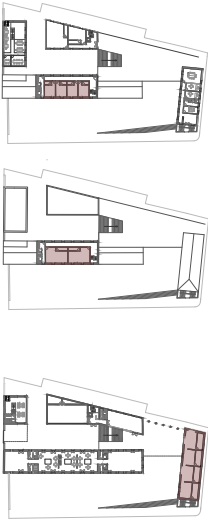


Figura 168 Planta do 1º piso.
Escala 1:500

- 1A.1 Atelier
- 1.B.1 Arrumos
- 2A.1 Recepção
- 2B.1 Gabinete administrativo
- 2C.1 Escritório
- 2D.1 Sala de reuniões
- 4A.1 Atelier
- 4B.1 Arrumos
- 5A.1 Área de trabalho individual
- 5B.1 Área de trabalho Coletivo
- 5C.1 Área para escritórios fechados

Figura 169 Corte transversal.
Escala 1:500

Figura 170 Corte transversal.
Escala 1:500



Neste sentido, ficou também definida para área dos cafés uma área máxima onde poderá ser colocado um balcão de atendimento, este último também associado aos atravessamentos transversais do edifício de forma a não os comprometer.

Os espaços destinados à sala de exposições e à livraria contarão também eles com acessos diretos à zona dos cafés permitindo assim a ligação ao longo de todo o piso térreo deste volume. No espaço destinado à área de exposições, anteriormente, encontrávamos um escritório e uma arrecadação, estes espaços vão agora corresponder à localização das instalações sanitárias, que serão espelhadas também para a área da livraria.

Procurando tratar o cariz pontual que as atividades culturais assumem na cidade, bem como a falta de relação que os museus estabelecem com a população em geral, problemas já anteriormente identificados, vimos essencial incluir espaços de oficinas/ateliers para que as atividades culturais possam assumir um carácter permanente. Pretende-se que nestes espaços possam ser desenvolvidas as mais diversas atividades, quer estejam relacionadas com a herança cultural da região, como é o caso das máscaras dos Caretos, das danças dos pauliteiros, da gastronomia, quer sejam atividades educativas diversas como olaria, dança, música, entre muitas outras.

Ainda relativamente ao volume anteriormente explorado, propomos que no primeiro e no segundo piso se localizem alguns destes ateliers. O acesso a estes é feito a partir da plataforma à cota alta, uma vez que não considerámos relevante garantir o acesso interior junto à zona dos cafés, tendo em conta que estes poderão funcionar de forma independente e a horários distintos. Este acesso permite-nos também desenhar uma claraboia que garante uma melhor iluminação natural da sala de exposições e que será também reproduzida no espaço da livraria.

Passando agora para o volume mais a nordeste, no seu piso térreo propomos a localização de lojas. Estas poderão também tirar partido das praças, estendendo-se para o exterior. O desenho destes espaços vai de encontro com o que referimos para os cafés: um espaço amplo subdividido

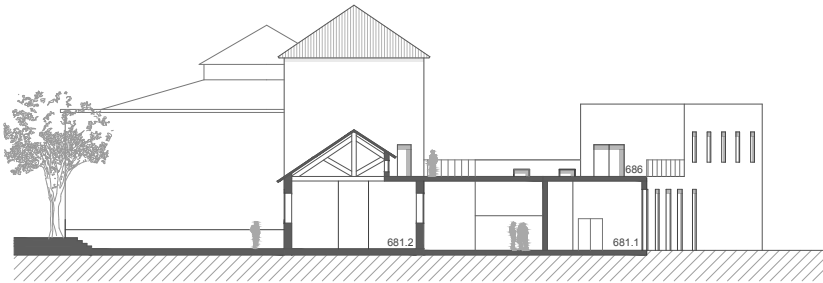


Figura 169 Corte C

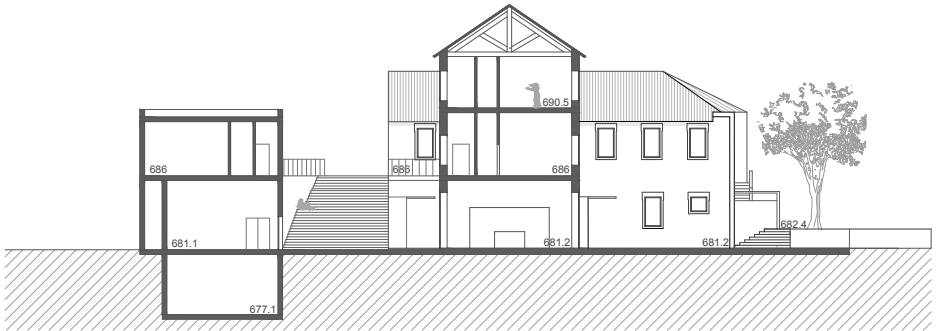


Figura 170 Corte D
0 10



A number line is shown with tick marks at 0 and 10. To the right of the number line is a circle with a diagonal line through it, indicating that the number line is not to scale.

por painéis estrategicamente colocados de forma a garantir uma noção de conjunto, seja pela sensação espacial seja pelo percurso contínuo ao longo de toda a área.

Com o atravessamento entre avenidas criado, este volume passa agora a ter um alçado mais prolongado no piso térreo, desta forma adicionamos outro acesso de forma a abri-lo ao máximo para o exterior sem fugir à imagem original deste volume. De referir que se desenhou também um acesso a este espaço pela avenida Sá Carneiro que representa o remate do percurso pedonal aqui existente.

Ainda para este volume, tal como acontecia na sua construção original, no primeiro piso iremos encontrar a zona administrativa. Nesta zona apenas encontrávamos duas áreas distintas e um corredor de distribuição. Com a subdivisão destes espaços podemos agora contar com uma recessão, uma zona para a administração, escritórios, sala de reuniões e instalações sanitárias.

Importa referir que dada a impossibilidade de entrar no edifício tentaram-se definir o mais aproximadamente possível os interiores originais destes dois volumes com base em plantas antigas. Foi com recurso aos alçados destes volumes que conseguimos compreender melhor a distribuição do desenho dos interiores, já que as plantas anteriormente referidas não coincidiam na totalidade com as plantas de implantação mais recentes cedidas pela Câmara Municipal, nem com os levantamentos exteriores realizados.

Como o desenho original dos interiores correspondia, desde logo, a áreas bastante livres, e como também era do nosso interesse que assim existissem na nova proposta, tentou-se ao máximo manter as áreas originais, atribuindo-lhes novas funções. Assim, projetando sempre a partir da relação destas áreas com os alçados, tentou-se estabelecer sempre uma aproximação à realidade, de forma a não cairmos numa ação de “fachadismo” resultante da incapacidade de realizar o levantamento interior.

“Outra boa prática, ainda de carácter genérico, diz respeito a um princípio fundador de qualquer operação de reabilitação: esta deve

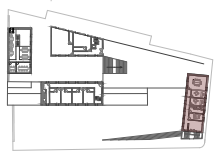


Figura 171 Planta do 2º piso.
Escala 1:500

1A .2 Atelier
1.B.2 Arrumos

Figura 172 Alçado sudoeste do volume da administração
Escala 1:500

Figura 173 Alçado para nordeste do volume da administração
Escala 1:500

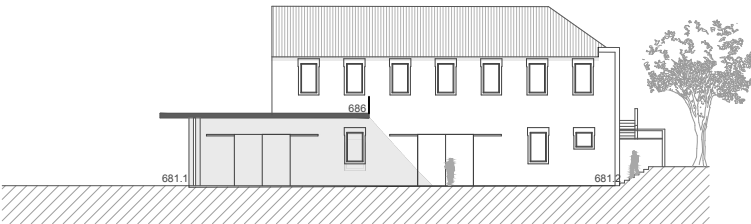


Figura 172 Alçado sudoeste do volume da administração
Corte E

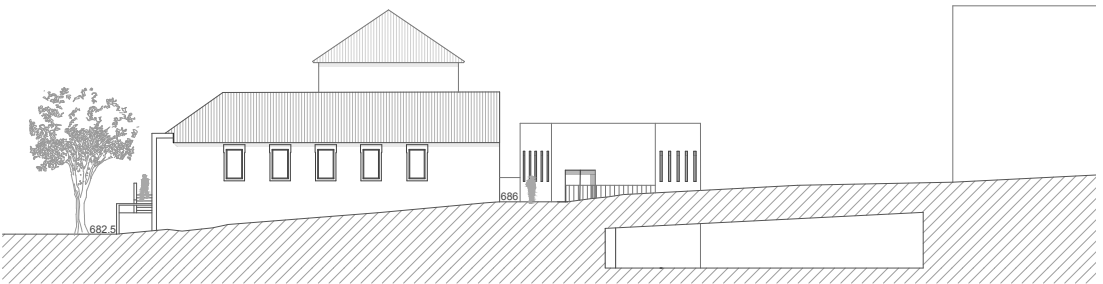


Figura 173 Alçado para nordeste do volume da administração
Corte F
0 10

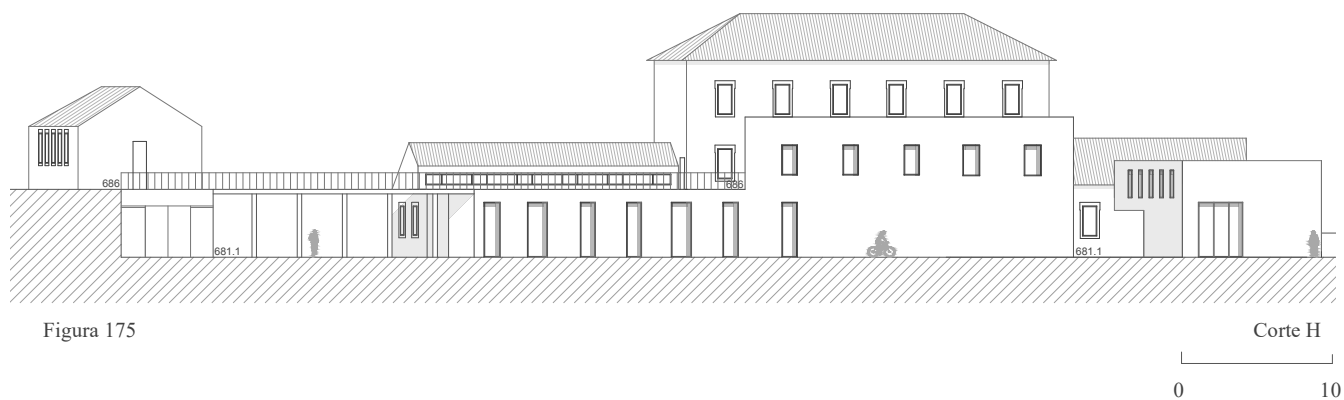
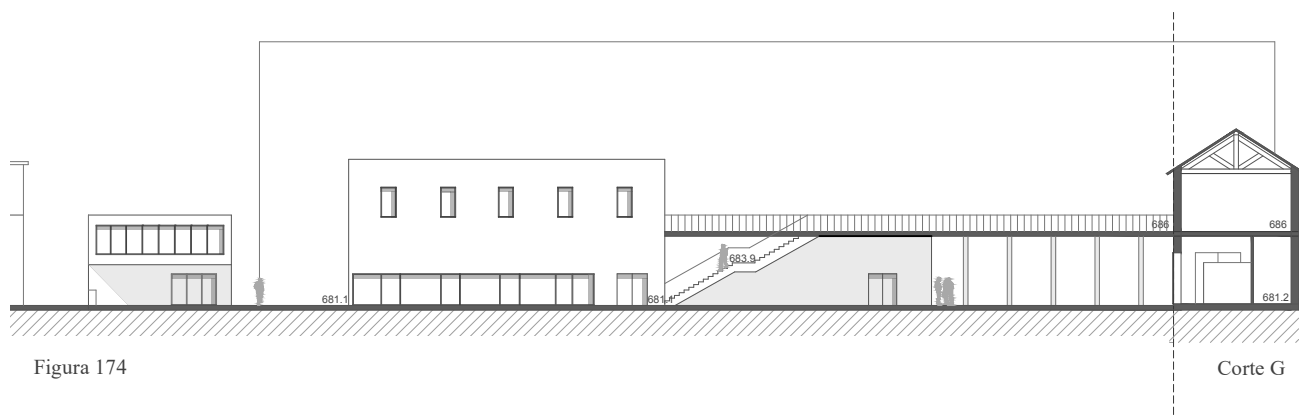
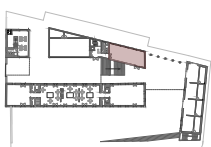
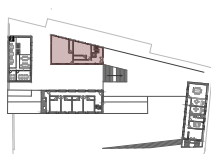
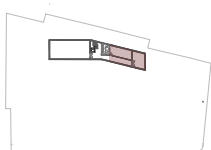
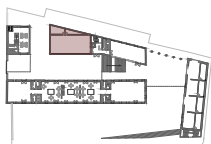


Figura 174 Alçado dos novos volumes para a praça interior.
Escala 1:500

Figura 175 Alçado para avenida Sá Carneiro.
Escala 1:500



adaptar-se ao objeto construído e às suas características essenciais e não o contrário, pois se o edifício for obrigado a ajustar-se ao projeto a operação está condenada ao fracasso, visto que será certa a destruição da identidade original sem que se recrie uma outra, respeitadora da primeira e que a transforme e valorize”¹⁰²

Para os novos volumes desenhados junto à avenida Sá Carneiro, foi pensada uma sala polivalente com muito de semelhante à que encontramos, mais uma vez, no Arquipélago-CAC. Esta surge voltada para a praça, para a qual se pode estender, bem como fazer uso, da escadaria aqui presente, característica que vemos essencial, dada a vontade de trabalhar a área de intervenção enquanto espaço público, permitindo assim de uma forma mais direta, o acesso a apresentações culturais a toda a comunidade.

Esta sala irá ser constituída por plataformas elevatórias que possibilitarão múltiplas disposições e que garantem o seu carácter metamórfico. A estrutura desta sala necessita de um piso subterrâneo e, por isso, considerou-se também uma zona de arrumos/área técnica e de camarins para esse mesmo piso.

No primeiro piso deste volume, propomos a localização de dois ateliers que têm acesso tanto pela plataforma à cota alta como pela praça com um acesso interior, junto à sala polivalente. Associados a estes espaços, como aos ateliers propostos para o primeiro volume referido, existirá sempre uma zona de arrumos que lhes servirá de apoio.

No piso térreo do volume que surge na continuidade deste último encontramos uma sala/atelier de grandes dimensões que poderá ser também utilizada para palestras, conferências, etc. Esta sala é pensada como as salas que encontramos na casa da Arquitetura: um espaço livre que se definirá conforme a sua apropriação. Esta sala estará também disponível para arrendamento, de forma a comportar eventos/atividades

¹⁰² APPLETON, João. Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios in Revista Património N.º1. Lisboa, 2013, p. 32.

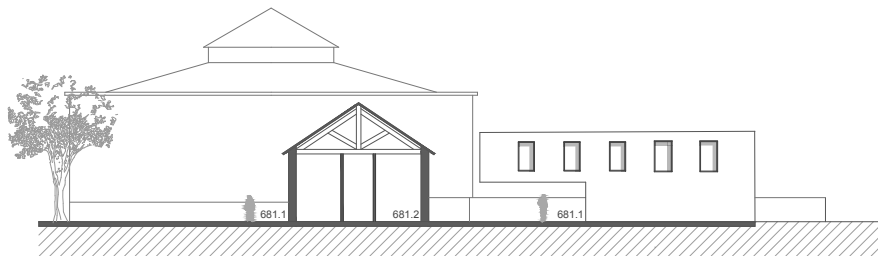


Figura 176

CORTE I



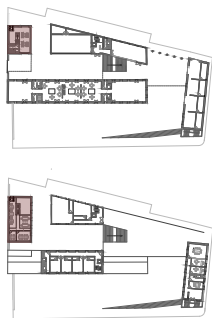
Figura 177

CORTE J

0 10

Figura 176 Alçado
nordeste do volume de
Cooworking
Escala 1:500

Figura 177 Corte
transversal.
Escala 1:500



que a população queira realizar. O alçado deste volume abre-se para avenida Sá Carneiro promovendo a relação pública que esta sala procura oferecer. Neste mesmo piso encontramos instalações sanitárias que servem tanto a sala polivalente como os ateliers.

Viu-se também pertinente garantir um espaço destinado ao Cooworking de forma a que este complexo não seja apenas um lugar de lazer mas que também faça parte do dia a dia laboral da população. Este espaço também se enquadra na ação de regeneração urbana já que irá estimular a que várias empresas e freelancers encontrem na região um lugar que responda às suas necessidades de trabalho.

Desta forma no volume a Sudoeste que, pelo seu desenho relativamente a todo o complexo, pode funcionar de forma mais independente, propomos que passe a acolher o espaço de Cooworking. Este espaço é pensado enquanto um amplo espaço trabalho que se irá adaptar à quantidade de pessoas que aqui se pretender fixar. Aproveitando o pé direito alto deste volume, desenhou-se uma mezzanine, de forma a garantir a relação entre todo o espaço, assegurando o seu carácter comunitário. Foi desenhada uma hipótese para a localização das mesas de trabalho, mas essencialmente foram definidas as áreas de trabalho individual, trabalho em equipa e se necessário uma área para, mais uma vez, com recurso a painéis amovíveis, se definirem salas de trabalho mais privadas. Para garantir a qualidade de trabalho que este espaço procura oferecer, incluiu-se também um espaço para impressões.

Os espaços de cafés e de lojas, a sala/atelier e o espaço de Cooworking são pensados enquanto espaços, que em conjunto, com a sua concessão possam garantir a independência financeira do complexo, de forma a ser possível tornar mais acessíveis as atividades que se realizem nos ateliers e sala polivalente a toda a comunidade.

Por último todos os espaços exteriores, especialmente o espaço exterior coberto que surge da ligação entre as avenidas e pela existência da cobertura, são pensados como espaços que podem receber feiras/mercados/

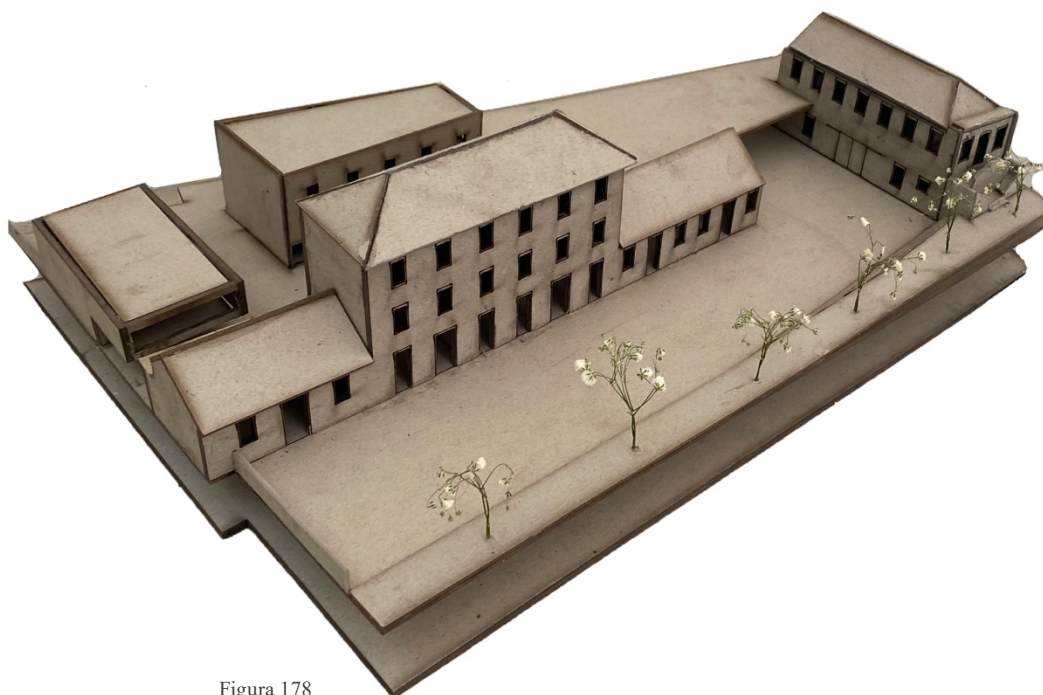


Figura 178

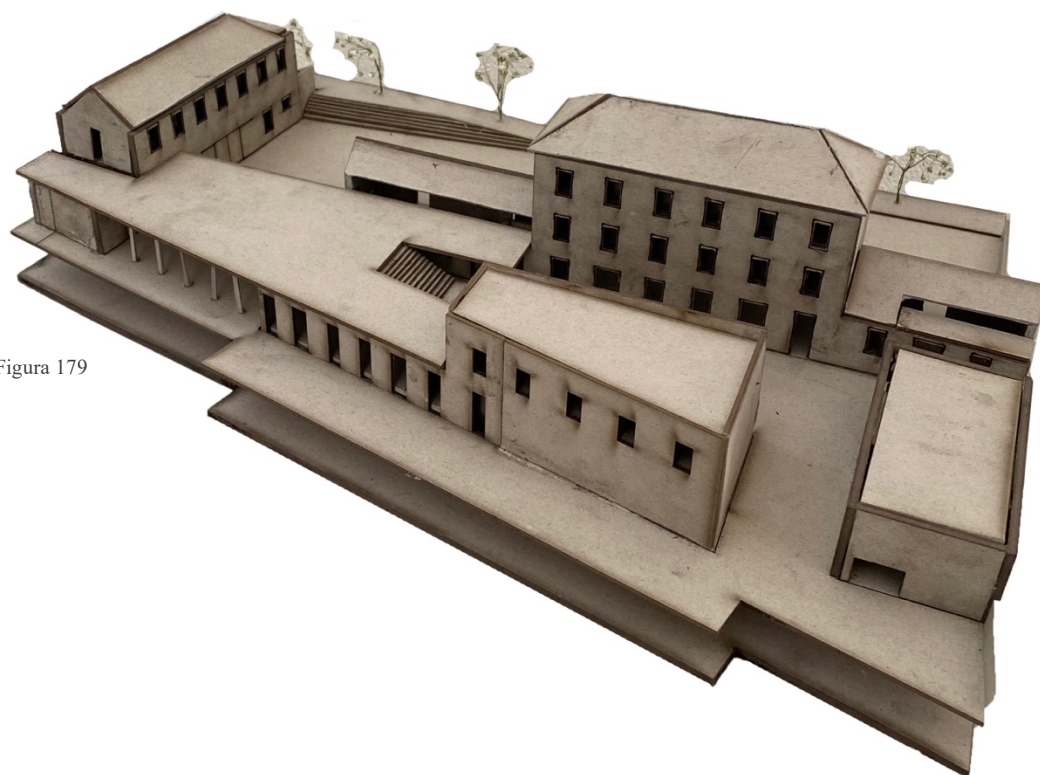


Figura 179

concertos ou outros eventos.

O elemento maquete revelou-se essencial ao longo de todo o processo de projeto, quer na fase de experimentação de relações volumétricas com a envolvente, quer para a definição das espacialidades da proposta acima enunciadas, bem como para o desenho da imagem da proposta de intervenção como um todo.

Relativamente à imagem do edifício, pretendeu-se, como referido, criar uma relação de conjunto, tentando recuperar ao máximo os elementos já existentes, experimentando uma relação harmoniosa e cuidada entre estes e os novos elementos.

“Criou-se um consenso que podíamos definir como baseando-se na delicadeza da interação com as estruturas preexistentes e num gosto refinado por décadas de aspiração à depuração do racionalismo modernista.”¹⁰³

Desta forma, começando pelo exterior, e aproximando-nos da posição tomada por Souto de Moura relativamente ao Convento das Bernardas, tendo em conta a forte presença que este edifício assume no lugar da cidade em que se insere, não nos interessou assumir uma nova imagem. Assim sendo, propomos que os volumes mantidos sejam pintados com um pigmento amarelo.

Relativamente aos novos volumes, iremos assumir o carácter contemporâneo uma vez que não pretendemos dissimular uma imagem de algo que até então ainda não tinha feito parte da evolução desta área. Dessa forma, propomos utilizar betão pigmentado (também a amarelo), que garantirá também a estrutura construtiva destes volumes, e assim, com recurso à cor garantir a imagem de conjunto.

Relativamente aos vãos, estes também foram pensados de forma a garantir a coesão do edifício, uma vez que os que foram abertos nos novos

Figuras 178 e 179
Fotografias da maquete
à escala 1:200.

¹⁰³ FIGUEIRA, Jorge. Do Românico ao Minimalismo: os caminhos da intervenção patrimonial em Portugal in Revista Património Nº1. Lisboa, 2013, p.19.



Figura 180

volumes, tiveram sempre por base a métrica já existente. Nos volumes mantidos recuperaram-se, como vimos as aberturas originais, e onde foi necessário abrir novos vãos estes serão feitos exatamente com a mesma imagem e materiais que os originais, onde propomos também a recuperação da carpintaria.

No interior destes últimos volumes tentaremos também recuperar e conservar ao máximo estrutura de madeira bem como manter o estado das paredes, se garantida a sua estabilidade e as necessidades estruturais da nova proposta, considerando essencial manter alguma imagem da fase atual do edifício, já que esta também faz parte da sua história.

Chegados a este momento, torna-se necessário justificar a inexistência da representação da estrutura construtiva nos desenhos da proposta. Isto deve-se ao facto de, como não conseguimos entrar no interior do edifício, ser-nos impossível registar a estrutura dos volumes mantidos e não querermos partir para uma representação incorreta e incerta da estrutura destes volumes, bem como resultar numa imagem dissonante entre as representações destes volumes e dos novos volumes, se avançássemos numa representação mais detalhada dos últimos. Apenas procedemos à representação das vigas de madeira nos cortes dos edifícios mantidos (considerando uma localização aproximada tendo em conta os vãos e as paredes exteriores) porque estas interferem na imagem da espacialidade que queremos alcançar.

Figura 180
Fotomontagem da
proposta. Vista para a
praça interior.

Avançado para os materiais do chão, e para o interior, propomos recuperar os soalhos de madeira onde assim for possível e utilizar o betão afagado para o piso dos novos volumes, um material também escolhido para os projetos de reabilitação que estudámos anteriormente. Justifica-se a sua escolha pela sua resistência e praticidade, associados ao desejo de estes espaços serem utilizados de diversas formas.

Para o piso exterior propomos utilizar o betão, uniformizando toda a área de intervenção.

Assim sendo, consideramos garantir uma ação projetual que quer pela escolha do programa, quer pela relação que estabelece entre as



Figura 181



Figura 182

construções originais e as novas, realça um cuidado em destacar os valores patrimoniais aqui presentes.

Reforçará, por um lado, o lugar estratégico em que nos encontramos, contribuindo para que este seja um elemento participativo e essencial da cidade e, por consequência, contribuirá para a regeneração da mesma, bem como garantirá o uso num sentido comunitário de uma estrutura abandonada, permitindo que esta se conserve, possibilitando que faça parte da memória coletiva do lugar.

Como já referido neste trabalho, intervir num edifício antigo implica reconhecer o seu passado e ter consciência que a arquitetura vive de vários tempos, desta forma, o programa definido procura garantir ao edifício uma capacidade metamórfica que lhe permita adaptar-se ao momento presente.

Essencialmente, procurou-se trabalhar a ideia de continuidade e transformação. Se por um lado se procurou respeitar a pré-existência e os seus valores, por outro procurou-se dotar o edifício de novas características que o permitam integrar nas necessidades da sociedade atual. Terminamos assim este capítulo com as palavras do arquiteto Fernando Távora:

*“Mas, porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir”*¹⁰⁴

Figura 181

Fotomontagem da proposta. Vista para a praça superior.

Figura 182

Fotomontagem da proposta. Vista para a praça “Mayor”.

¹⁰⁴ TÁVORA, Fernando. Da organização do Espaço, Porto: FAUP Publicações, 2006, p.19.

Considerações finais

O projeto de reabilitação da moagem Mariano em Bragança desenvolvido nesta dissertação afirmou-se desde o começo como um exercício interessante para o remate do percurso académico em arquitetura. Este desafio que inicialmente surge como uma inquietação pelo contacto regular com uma estrutura abandonada, rapidamente progrediu e nos fez ter consciência da complexidade da ação sobre a qual nos propúnhamos a trabalhar.

A evolução do trabalho desenvolvido é o reflexo da maturação do pensamento sobre uma ação de reabilitação de um edifício, mas também do caminho percorrido, o qual, por todas as inquietações que foram surgindo, nos permitiu aprofundar conceitos e temas de grande importância.

Reconhecida a condição expectante deste lugar enquanto *vazio urbano* e as suas potencialidades para uma ação de regeneração urbana, de uma proposta de reabilitação de um edifício, o nosso trabalho avançou para uma proposta de reabilitação urbana, sustentada por uma ação de *acupuntura urbana*.

A contextualização teórica, trabalhada primeiramente pela análise atenta da aula lecionada (MDArC) pelo arquiteto Souto de Moura, tornou-se um exercício singular dada a possibilidade de estudar atentamente as palavras do autor e com as quais consideramos ter obtido um conjunto de notas com levado valor na matéria da teoria da reabilitação. Permitiu-nos também avolumar o conhecimento sobre a intervenção no património existente e estimular para a reflexão sobre o papel que o *valor, a identidade e o lugar* têm na identificação de um motivo projetual.

Por outro lado, o estudo de projetos de reabilitação de objetos arquitetónicos semelhantes possibilitou-nos uma visão assertiva sobre a escolha do programa a incluir na proposta de intervenção.

O exercício prático de reabilitação urbana exige a construção de um pensamento para a cidade e desta forma, o estudo da sua evolução tanto no domínio físico como social, bem como a leitura atenta das suas dinâmicas atuais, revelou-se fundamental para a concretização de uma

estratégia de intervenção capaz de potenciar a sua revitalização.

Seguramente, a reabilitação de um edifício pressupõe o seu conhecimento aprofundado. O primeiro grande obstáculo para a realização da proposta de intervenção com o qual tivemos de lidar foi, depois de diversas tentativas, a impossibilidade de entrar no seu interior. Este obstáculo tentou ser colmatado com a realização do levantamento do exterior, bem como pela produção de um levantamento fotográfico detalhado, que até então era escasso, de vários lugares que nos permitiam o contacto com a área de intervenção. Desta forma, foi-nos possível reconhecer de forma aprofundada as várias relações que esta estrutura foi estabelecendo com a envolvente ao longo do tempo.

A proposta de intervenção avançou pelo reconhecimento das características identitárias do objeto de estudo que lhe conferem relevância histórica, cultural e social de forma a identificar o valor que motivou a ação projetual.

Com a abordagem realizada conseguimos compreender que por mais que reconheçêssemos características em comum com as obras de referência anteriormente estudadas, a ação projetual que propúnhamos passava a assumir-se como um novo critério de intervenção, reforçando a ideia da obrigatoriedade em reconhecer cada ação como um caso singular. Desta forma, com esta dissertação, queremos reforçar a necessidade de uma intervenção de reabilitação se adaptar ao objeto e à circunstância em questão, uma vez que cada vez mais reconhecemos a subjetividade do conceito de património, e só assim garantirmos que o valor que motiva a sua reabilitação é verdadeiramente reconhecido.

A proposta de intervenção procurou explorar respostas a problemas que se viam urgentes de tratar, nomeadamente garantir articulação do centro histórico com o novo centro urbano, de forma a relacionar as diferentes escalas aqui presentes, assegurando a combinação dos fluxos com base numa transição planeada e, dessa forma, transformar este lugar numa peça fundamental para coesão urbana.

Nesse sentido, a principal ideia estruturante do projeto urbano passou a ser o desenho do espaço público enquanto espaço coletivo e multifuncional de forma a garantir que o seu uso proporcionasse uma nova urbanidade à área de intervenção.

O programa proposto surgiu associado à vontade de a transformar num epicentro que incentive ao convívio social e ao interesse cultural, inserindo-o como elemento primordial na rede de equipamentos culturais da cidade. Os espaços destinados a comércio, cafés e coworking surgem por um lado para garantir o equilíbrio entre os diferentes usos e públicos a que se destina o complexo e, por outro, pensados pelo desenvolvimento económico da cidade que a eles está associado.

Associada à ideia de reativação desta estrutura, surge, naturalmente a preocupação em manter o seu uso ao longo do tempo. Desta forma, a intervenção proposta procurou ter um forte carácter metamórfico, possibilitando-lhe, sempre que necessário, a adaptação a novas utilidades. Excluindo a volumetria exterior, todos os espaços para aqui propostos são pensados e apresentados com uma grande capacidade de adaptação, seja pelo programa em si, seja pelos materiais propostos para a sua definição.

A materialização das ideias de projeto propostas procurou estabelecer uma relação cuidada e equilibrada entre a memória coletiva do lugar e as novas intervenções, de forma a garantir uma ideia de continuidade e transformação onde é possível reconhecer o diálogo entre diferentes tempos.

Reconhecemos que a incapacidade de registar o interior da área de intervenção não nos permitiu atingir uma proposta final tão próxima da realidade quanto queríamos nem nos permitiu atingir todo o conhecimento que gostaríamos sobre a estrutura, neste momento de conclusão da dissertação. Não nos deixando abater por este obstáculo, decidimos então torná-lo também numa temática de projeto. Na verdade, toda a capacidade metamórfica e adaptativa, considerando atentamente os registos da estrutura a que tivemos acesso, proposta em projeto, procura desde logo permitir, que num momento de desenvolvimento mais aprofundado da

intervenção esta falta de alguns registos, não seja motivo impeditivo para a sua realização. Assim, consideramos que o conteúdo proposto e a materialização da ideia de intervenção na oportunidade estratégica obtidos, se trata do conteúdo de maior importância para a ação de revitalização urbana que nos comprometemos a desenvolver.

A presente dissertação constitui-se como um registo gráfico e escrito de todo o processo de um projeto de reabilitação. Todo o material produzido desde registos teóricos, a maquetes e desenhos, torna inegável todo o conhecimento obtido, que será certamente influenciador de investigações e de trabalhos futuros.

No fundo, esta dissertação, entre a teoria e a prática, revela-se como um manifesto, um estudo introdutório que daqui em diante, ao longo da vida, será lapidado.

Recordemos agora, como nota final, algumas palavras do arquiteto Álvaro Siza Vieira:

*“As coisas em ruínas dão forma às novas estruturas, transfiguram-se, modificam-nas. Como a cauda de um cometa desprendem-se catedrais. O mundo inteiro e a memória inteira do mundo continuamente desenhavam a cidade.”*¹⁰⁵

¹⁰⁵ VIEIRA, Álvaro Siza. Textos 01. Porto: Civilização Editora, 2009, p.78.

Bibliografia

Livros/revistas/Conferências

Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

El Croquis - Eduardo Souto de Moura 1995-2005, nº124. Madrid: El Croquis Editorial, 2005.

Fernandes, Armando. *Bragança marca a história, a história marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2009.

Ferreira, Alfredo. *Aspectos da Organização do Espaço Português*. Porto: FAUP Publicações; 1995.

Godinho, Januário. *Anteplano de Urbanização de Bragança, peças desenhadas e memória descritiva*. 1946, disponível no arquivo municipal de Bragança.

Lerner, Jaime; *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

Moreira, Inês. *Starring: a revitalização do quarteirão industrial da Real Vinícola por Guilherme Machado Vaz*. *Jornal dos Arquitectos* nº 256. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/revitalizacao-real-vinicola>

Moura, Eduardo Souto de. *“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC)*. (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017.

Menezes, Marluci. *Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? - Uma Breve visita à Mouraria*; *Cidades - Comunidades e Territórios*, nº11; 2005.

Nunes, António. *Boletim municipal especial nº 31*. Bragança: Câmara municipal de Bragança, 2013.

Portas, Nuno. *Os tempos das formas*. Guimarães: Universidade do Minho. Departamento Autónomo de Arquitectura, 2005. Vol I: *A cidade feita e refeita*.

Portas, Nuno. *Os tempos das formas*. Guimarães: DAAUM, 2012. Vol. II: *A Cidade Imperfeita e a Fazer*.

Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João. *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa; 2011.

Revista Património Nº1. Lisboa: Publicação da Direção - Geral do Património Cultural, 2013.

Rodrigues, Luís. *Bragança no Século XVIII. Urbanismo. Arquitectura. Volume I*. Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997.

Rodrigues, Luís. *Bragança no Século XVIII. Urbanismo. Arquitectura. Volume II*. Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997.

Rossi, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

Ruskin, John. *Las siete lámparas de la arquitectura*. Barcelona, Editorial Alta Fulla, 1987.

Solà-Morales, Ignasi de. *Territorios*. Barcelona: Gustavo Gili, Barcelona, 2002.

Solà-Morales, Manuel. *De cosas urbanas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

Sousa, Fernando. *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012). Volume 1*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2013.

Sousa, Fernando. *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012). Volume 2*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2013.

Vieira, Álvaro Siza., *Textos 01*. Porto: Civilização Editora, 2009.

Távora, Fernando. *Da organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 2006.

Dissertações

André, Maria João Félix; Por um projeto urbano para Alcobaça: o vazio como oportunidade estratégica; Dissertação de mestrado integrado em arquitetura, FAUP, 2020;

Barbosa, Filipa Alexandre da Cunha; Reabilitação de um edifício em Matosinhos: Estudo de Caso; Dissertação de mestrado em engenharia civil- especialização em construções, FEUP, 2015

Queirós, Rute Flávia Castro; Dos 'Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea'. Três registos autorais com Siza, Manuel Botelho e Souto de Moura; Dissertação de mestrado integrado em arquitetura, FAUP, 2019

Veiga; Hugo; A Fábrica de cima: teorias e projeto de reativação de estruturas pós-industriais, uma proposta; Dissertação de mestrado integrado em arquitetura, FAUP, 2019;

Websites

<http://casadaarquitectura.pt/instituicao/instalacoes/futuras/>

<https://visao.sapo.pt/visaose7e/ver/2017-11-21-a-arquitetura-ja-tem-casa-em-matosinhos/#&gid=0&pid=1>

<https://www.mataderomadrid.org/historia>

<https://www.esmadrid.com/pt/informacao-turistica/matadero-madrid>

<http://www.jornalnordeste.com/noticia/no-tempo-das-moagens> <http://www.jornalnordeste.com/opiniao/parte-vii-reconversao-urbanistica-da-estacao-ferroviaria-de-braganca-e-area-envolvente>

<http://arquipelagocentrodeartes.azores.gov.pt/>

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/ambiente-e-sustentabilidade/braganca-ecocidade>

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/reabilitacao-urbana/plano-de-pormenor-para-a-zona-historica-de-braganca>

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/urbanismo/plano-diretor-municipal>

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/reabilitacao-urbana/area-de-reabilitacao-urbana>

<https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/reabilitacao-urbana/plano-de-urbanizacao>

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.063/5603?page=3>

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5158

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23046

Outros Documentos

Carta de Atenas, Atenas: Serviço Internacional de Museus, 1931, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, acedido pela última vez a 25/10/2021.

Carta de Veneza, Veneza: II ICOMOS, 1964, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>, acedido pela última vez a 25/10/2021.

Arquivo municipal, Processo – AHCMBGC/O.P./00156/67.

Arquivo municipal, Processo – PT/AGCMBGC/DU/PROC2/CX2.

Créditos de imagens

Figura 1	Jorge, Pedro Fonseca; Comunicação para SEU; 2007; p.3
Figura 2-3	Arquivo da autora, maio 2021
Figura 4	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
Figuras 5-6	Autor desconhecido, Imagens projetadas em Moura, Eduardo Souto de. <i>“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC).</i> (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figuras 7-8	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
Figura 9	Autor desconhecido, Imagem projetada em Moura, Eduardo Souto de. <i>“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC).</i> (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figuras 10- 11	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira
Figura 12	Autor desconhecido, Imagem projetada em Moura, Eduardo Souto de. <i>“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC).</i> (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figuras 13-15	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura
Figuras 16-19	Autor desconhecido, Imagens projetadas em Moura, Eduardo Souto de. <i>“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC).</i> (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figuras 20-21	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura
Figura 22	Nelson Garrido disponível em https://www.archdaily.com.br/br/868537/sao-lourenco-do-barrocal-eduardo-souto-de-moura
Figuras 23-34	Autor desconhecido, Imagens projetadas em Moura, Eduardo Souto de. <i>“Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC).</i> (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figura 35	Jonh Ruskin, disponível em https://victorianweb.org/painting/ruskin/daguerrotypes/17.html

Figura 36	Viollet Le Doc disponível em https://www.spazinweb.com/armando-sodano/archives/04-2019
Figura 37	Menezes, Marluci. <i>Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? - Uma Breve visita à Mouraria</i> ; Cidades - Comunidades e Territórios, nº11; 2005
Figura 38	Imagem projetadas em Moura, Eduardo Souto de. “Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in <i>Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC)</i> . (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figura 39	Luis Ferreira Alves, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura
Figuras 40-42	Autor desconhecido, Imagens projetadas em Moura, Eduardo Souto de. “Escalas/ Projetos de recuperação e restauro” in <i>Mapas e Diálogos na Arquitetura Contemporânea (MDArC)</i> . (org. Viegas, L.; Cardoso, R. A.). Porto: FAUP, 3 de maio de 2017
Figura 43	Tabela feita pela autora
Figura 44	Menos é mais, disponível em https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto
Figura 45	José Campos, disponíveis em https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto .
Figuras 46-47	Arquivo da autora, março 2019
Figuras 48-49	José Campos, disponíveis em https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto .
Figura 50	Arquivo da autora, março 2019
Figura 51	José Campos, disponíveis em https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto
Figura 52	Arquivo da autora, março 2019
Figuras 53-55	José Campos, disponíveis em https://www.archdaily.com.br/br/762180/arquipelago-centro-de-artes-contemporaneas-menos-e-mais-arquitectos-plus-joao-mendes-ribeiro-arquitecto .
Figura 56-62	Luís Ferreira Alves, disponível em http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/j-a-256/real-vinicola
Figura 63	https://www.itinari.com/pt/location/join-and-attend-activities-in-the-cultural-center-el-matadero
Figuras 64-65	https://www.esmadrid.com/pt/informacao-turistica/matadero-madrid
Figuras 66 -67	Fernando Guerra, disponíveis em https://www.archdaily.com.br/br/01-91026/cinemateca-matadero-slash-churtichaga-plus-quadra-salcedo-arquitectos
Figuras 68-69	Desenhos realizados pela autora
Figura 70	Arquivo da autora, Setembro de 2021
Figura 71	Autor desconhecido, disponível em Fernandes, Armando. <i>Bragança marca a história, a história marca Bragança</i> . Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2009, p.47
Figura 72	Duarte de Armas, disponível em Livro das Fortalezas
Figura 73	Autor desconhecido, disponível em Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa; 2011, p.63

Figuras 74-75	Duarte de Armas, disponível em Livro das Fortalezas
Figuras 76-77	Maria José Casanova disponível em Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa; 2011, p.39
Figura 78	Desenho realizado pela autora
Figura 79	J.A. Cunha Morais, disponível em https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=90468
Figura 80	Luis Gomes de Carvalho, disponível em em Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa; 2011, p.68
Figura 81	Autor desconhecido disponível em https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/portugal/braganca/portugal-braganca-rua-direita-e-arcada-do-principal-20s-pc-225668375.html
Figura 82	https://www.cm-braganca.pt/cmbraganca2020/uploads/writer_file/document/1468/Arqueologia_Bragan_a.pdf
Figura 83	Gioze Maria Cavagna, disponível em Rodrigues, Luís. <i>Bragança no Século XVIII. Urbanismo. Arquitectura. Volume II</i> . Bragança: Junta de Freguesia da Sé, 1997, p. 1169
Figura 84	Maria José Casanova disponível em Revista Monumentos, Nº 32. Lisboa; 2011, p.40
Figura 85	António de Melo, disponível em Fernandes, Armando. <i>Bragança marca a história, a história marca Bragança</i> . Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2009, p.50
Figura 86	Autor desconhecido, disponível em https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/portugal/braganca/braganca-vista-da-praca-da-se-2-scans-portugal-392043633.html
Figura 87	SIPA, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23046
Figura 88	Autor desconhecido, fotografia cedida por Mário Ortega
Figura 89	Autor desconhecido, disponível em JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões. Bragança: Roteiros Republicanos. Matosinhos: Quidnovi, S. A., 2010
Figura 90	Fotografia Alvão Lda, Disponível em https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1181624
Figura 91	Januário Godinho, imagem disponibilizada pelo Arquivo Municipal de Bragança
Figuras 92-94	Januário Godinho, imagens disponibilizadas pelo Centro de Documentação da FAUP
Figura 95	Januário Godinho, disponível em Arquivo Histórico da DGOTDU
Figura 96	Viana de Lima, imagens disponibilizada pelo Centro de Documentação da FAUP
Figura 97	Estudios Tavares da Fonseca Lda, disponível em https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=6802
Figura 98	Autor desconhecido, fotografia cedida por Mário Ortega
Figura 99	Câmara Municipal de Bragança disponível em https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/reabilitacao-urbana/plano-de-urbanizacao
Figura 100	Fotografia cedida por Carlos Fotógrafo
Figura 101	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 102	Fotografia cedida por Carlos Fotógrafo
Figura 104	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 105	Fotografia cedida por Carlos Fotógrafo
Figura 106-109	Arquivo da autora, setembro de 2021

Figura 110	Imagem obtida pelo Google Earth
Figura 111-113	Desenhos da autora
Figura 114	Esquema da autora com base em imagem do Google Earth
Figuras 115-116	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 117	Fotografia Alvão, disponível em https://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1179871
Figura 118	Arquivo da autora, janeiro de 2020
Figura 119	Autor desconhecido, fotografia cedida por Mário Ortega
Figura 120	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 121	Autor desconhecido, planta cedida pelo Engenheiro Soeiro
Figuras 122-125	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 126	Desenho da autora
Figuras 127-128	Registos fotográficos da maquete à escala 1:500, pela autora
Figuras 128-130	Arquivo da autora, Janeiro de 2020
Figuras 131-132	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 133	Arquivo da autora, Novembro de 2019
Figuras 134-136	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 137	Arquivo da autora, Janeiro de 2020
Figuras 138-139	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figuras 140-143	Arquivo da autora, Novembro de 2019
Figura 144	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 145	Arquivo da autora, Novembro de 2019
Figuras 146-149	Arquivo da autora, setembro de 2021
Figura 150	Arquivo da autora, Janeiro de 2020
Figura 151	Desenho da autora
Figura 152	Esquema da autora com base em imagem do Google Earth
Figuras 153- 155	Desenhos da autora
Figura 156	Registo fotográfico de maquetes de estudo à escala 1:500, pela autora
Figura 157	Desenho da autora
Figuras 158-159	Maquetes da proposta à escala 1:500, pela autora
Figuras 160-177	Desenhos da autora
Figuras 178-179	Registos fotográficos da maquete à escala 1:200, pela autora
Figuras 180-182	Fotomontagens com recurso à maquete 1:200, pela autora

Anexos

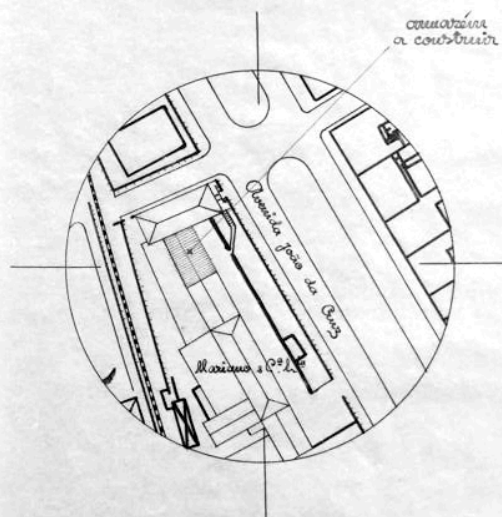
Anexo 1

Proposta de ampliação de 1954,
Por António Manuel Ribeiro, engenheiro Civil.

António Manuel Ribeiro
engenheiro civil

construção de um
armazém para cereal
na moagem
"Mariano & C^o, L^{da}"

BRAGANÇA



escala 1/1000

António

Antonio Manuel Ribeiro
ENGENHEIRO CIVIL (U. P.)
RUA ABÍLIO BEÇA, 7
BRAGANÇA



CONSTRUÇÃO DE UM
ARMAZÉM PARA CEREAL
NA MOAGEM
" MARIANO & C^a, L^a"
BRAGANÇA

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Por necessidade urgente de ampliar a capacidade de armazenagem de cereal da fábrica de moagem "MARIANO & C^a, L^a", desta cidade, pretende a sua administração construir um armazém, dentro do recinto da mesma, para o que foi escolhido o local que, na planta topográfica deste projecto, está representado a tracejado.

A localização, relativamente ao restante conjunto do edificio, apresenta-se-nos como a mais conveniente, não só sob o ponto de vista de acesso como também sob o ponto de vista architectónico. Na verdade, a construção da fachada principal deste novo armazém, paralelamente à Av. João da Cruz, vem preencher uma lacuna que a fachada do conjunto existente apresenta, desaparecendo, portanto, a descontinuidade que se pode observar da mesma avenida.

A localização escolhida tem ainda a vantagem de tornar a construção do armazém o mais económica possível pois apenas será necessário construir de novo a parede A-D em virtude de se aproveitar o recanto formado pelas paredes existentes A-B, B-C e C-D (ver planta anexa).

Os desenhos do presente projecto elucidam, cremos que claramente, pela representação a cores convencionais, as alterações fundamentais que haverá a introduzir.

Por exemplo, terão que ser fechados três vãos de janelas e dois de portas cuja existênciase tornaria inútil e estorvante para a capacidade máxima do novo armazém. Por outro lado, dever-se-á abrir outro vão de porta em substituição de um dos dos citados anteriormente, para serviço de um outro armazém, já existente, na fachada C-D e a comunicar com a via de acesso privativa.

Antônio Manuel Ribeiro
ENGENHEIRO CIVIL (U. P.)
RUA ABÍLIO BEÇA, 7
BRAGANÇA



Relativamente à composição architectónica foi mantido o carácter do restante do edificio .

Particularmente no que respeita a portas e janelas , sofreu apenas alteração a ordem de disposição , mas isto parece-nos aceitável em virtude de se ter em vista a melhor funcionalidade e aproveitamento do armazém e de este constituir um pavilhão assimétrico relativamente ao edificio principal .

A construção será a mais económica possível não descurando , no entanto , as necessárias condições de boa técnica e segurança .

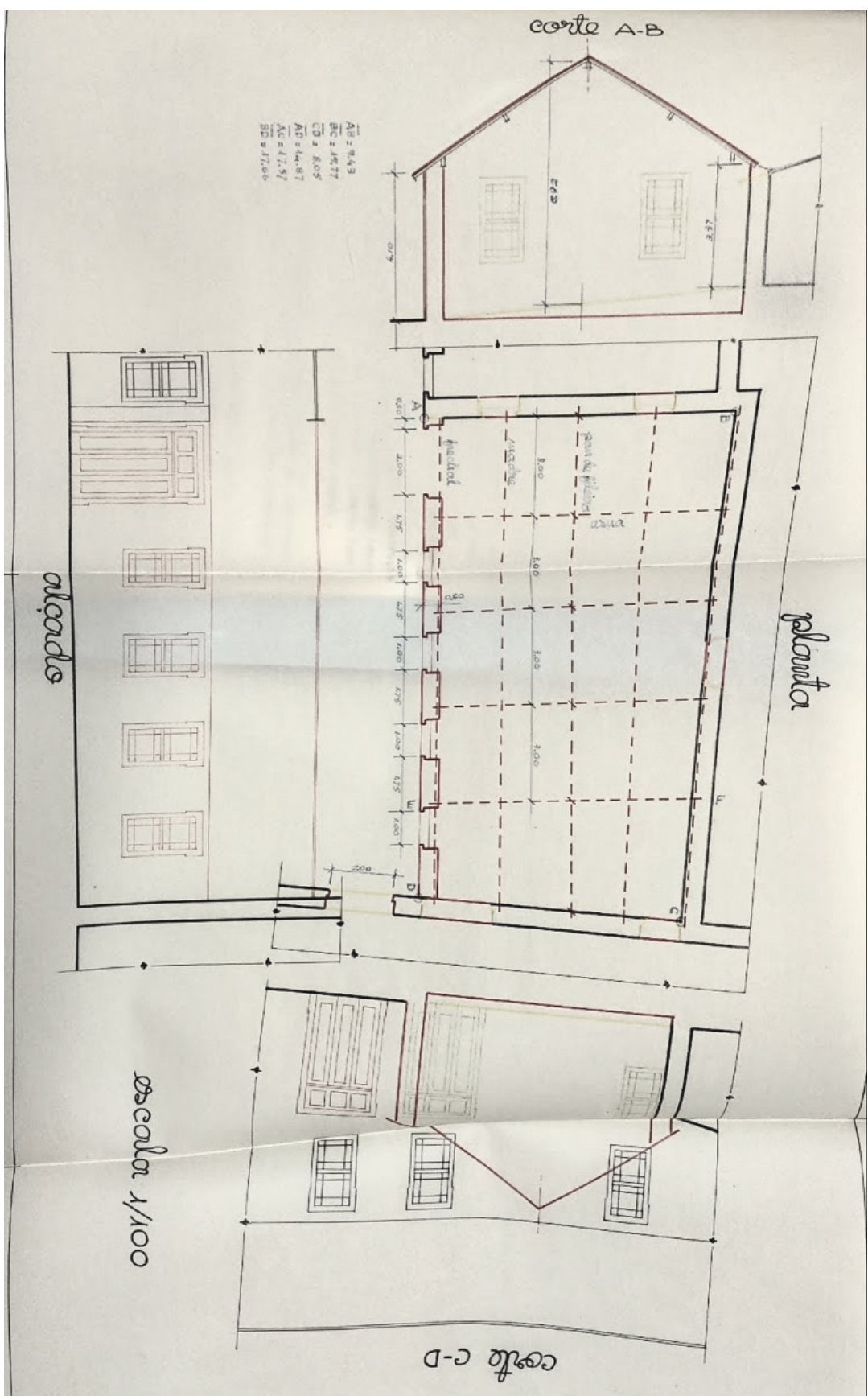
As alvenarias serão executadas com pedra de xisto e argamassa de cal ordinária, em elevação , e de cal hidráulica, nas fundações . O traço a respeitar para essas argamassas será de 1:3 .

A estrutura resistente da cobertura será de madeira de pinho , devendo todos os elementos ser convenientemente imunizados com carboli-neum ou outro imunizante eficaz . Será essencialmente constituída por uma série de asnas de tesoura distanciadas de 3,00m , eixo a eixo , executadas com secções de madeira suficientes para a necessária resistência . A rigidez das asnas será aumentada com ferragens próprias apertadas nos nós com parafusos de porca . O corte E-F representa uma dessas asnas .

O pavimento será constituído por uma betonilha , de preferência betuminosa , impermeável e lavável , que se prolongará pelas paredes de maneira a formar lambris , devendo as concordâncias de planos ser curvas . O pavimento deverá ser aplicado sobre uma camada de 0,20m de massame de betão magro devendo este , bem como o próprio terreno , ser convenientemente compactados .

Exteriormente , aplicar-se-ão processos construtivos e materiais de maneira a obtermos pleno acordo com o restante edificio .

Antônio



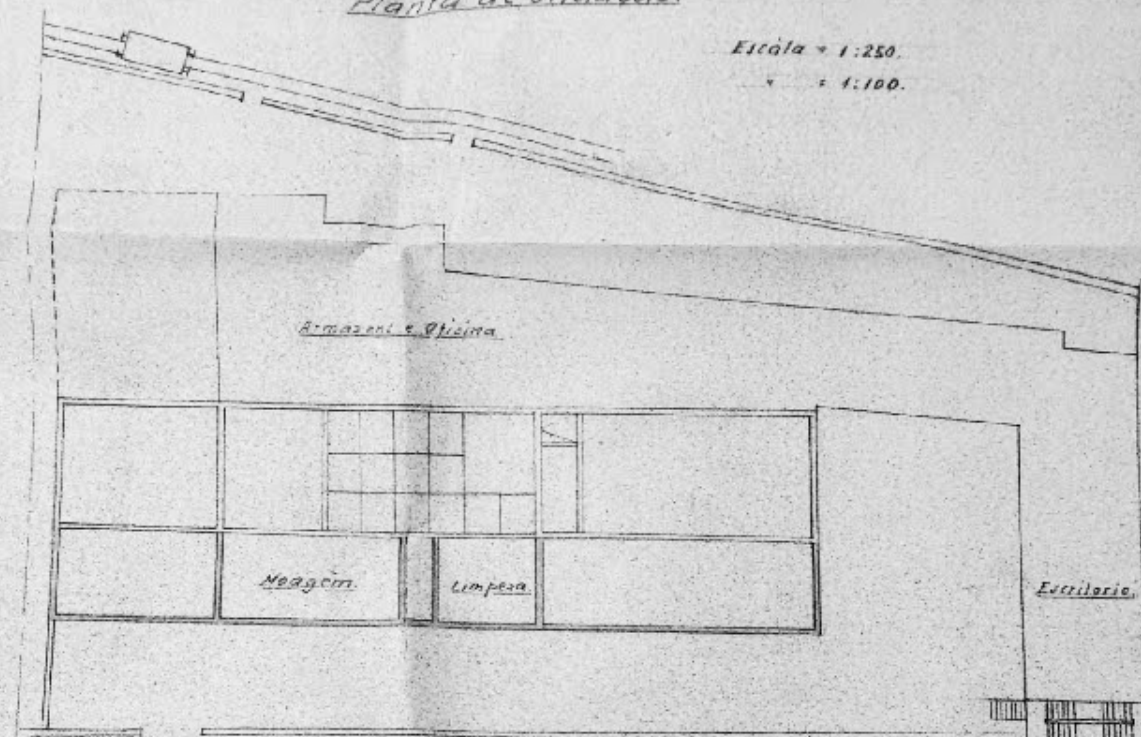
Anexo II

Proposta de ampliação de 1956,
Por Buhler Irmãos Uzwil-Suiça.

Planta de situação.

Escala = 1:250.

1:100.



SOCIEDADE
MICHAELIS DE VASCONCELLOS
LDA
PORTO-PRAI E LUGAREL, 14
PORTUGAL

Este projecto é propriedade da firma
BUHLER FRERES DE
ULM - SUÍÇA
e não pode ser utilizado sem a
autorização expressa e por escrito da
representação local da referida firma
ou dos seus legítimos representantes.

MARIANO & Cia. Ltda-BRAGANÇA -

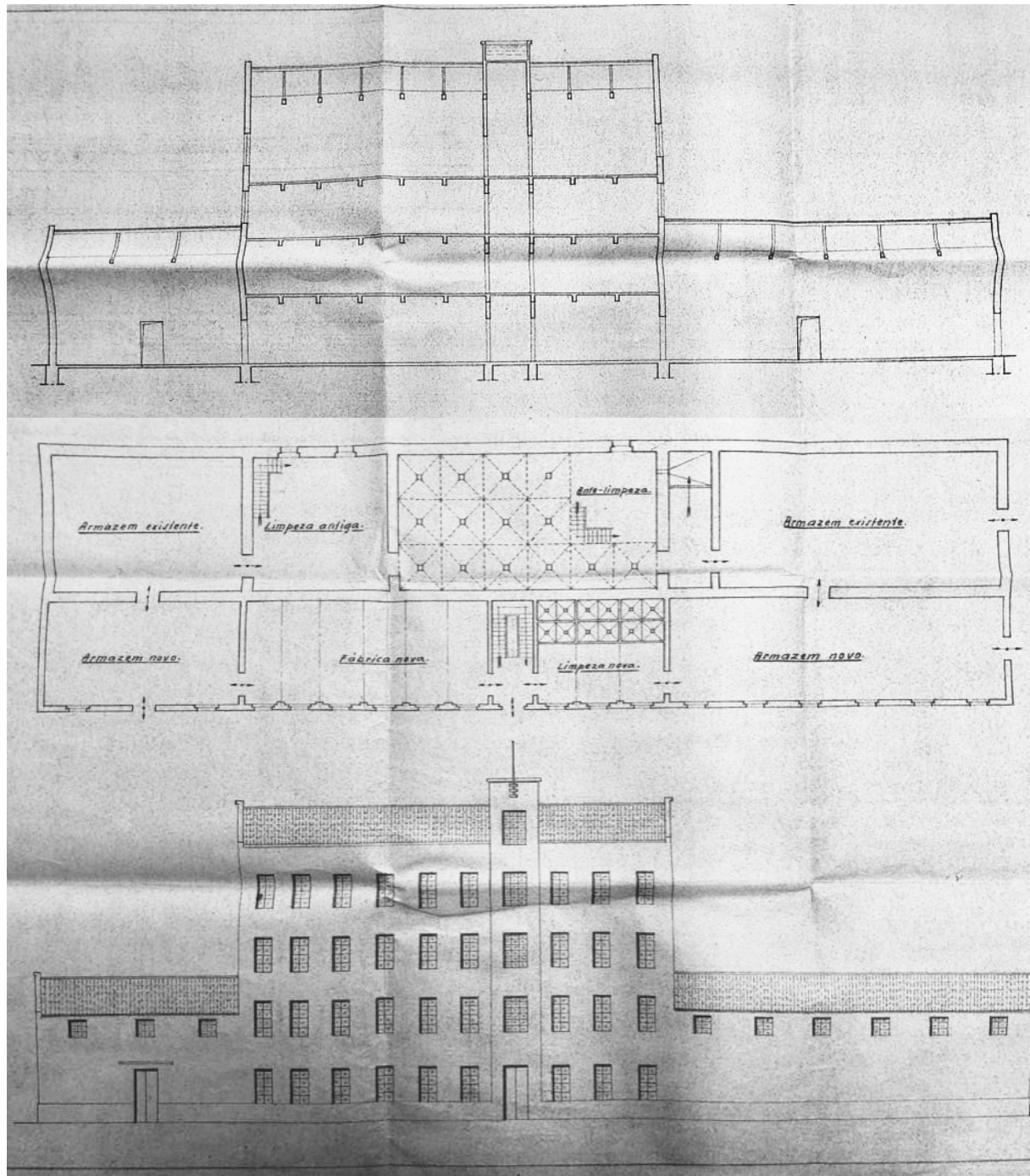
Projecto do novo edificio para a Fábrica
de cimento e armazens -

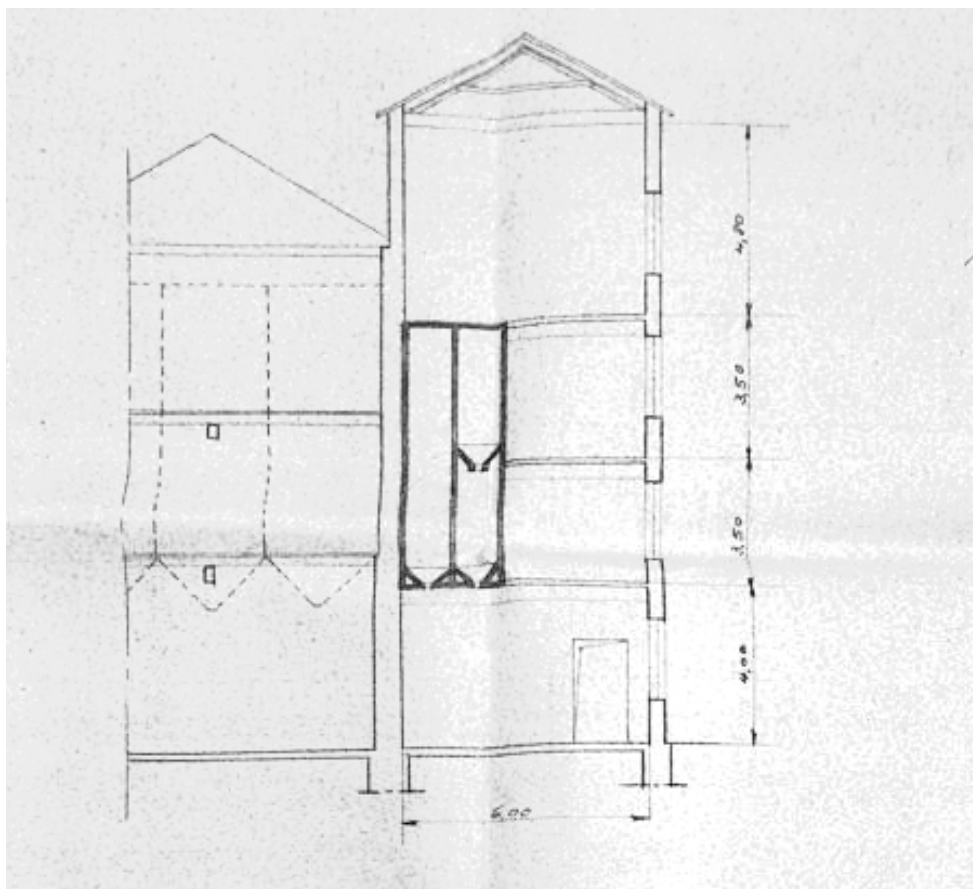
Nº 122 a.

Buhler Irmãos - Ulm - Suíça -

Porto-20-7-1956.

[Handwritten signature]



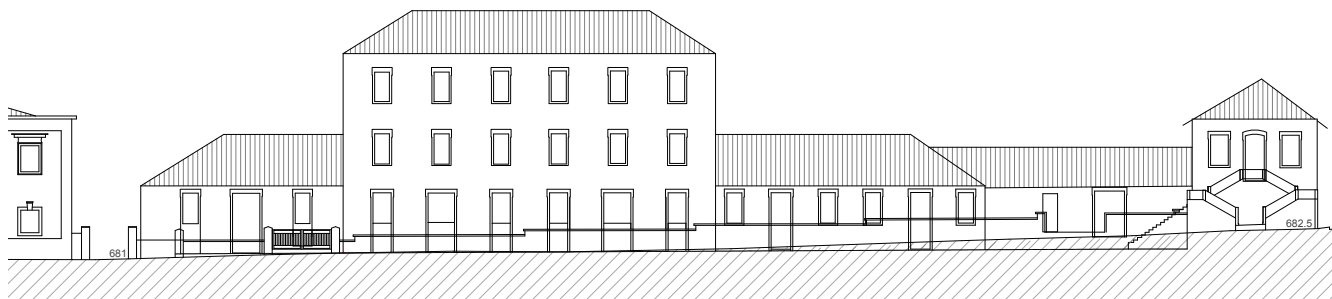


Anexo III

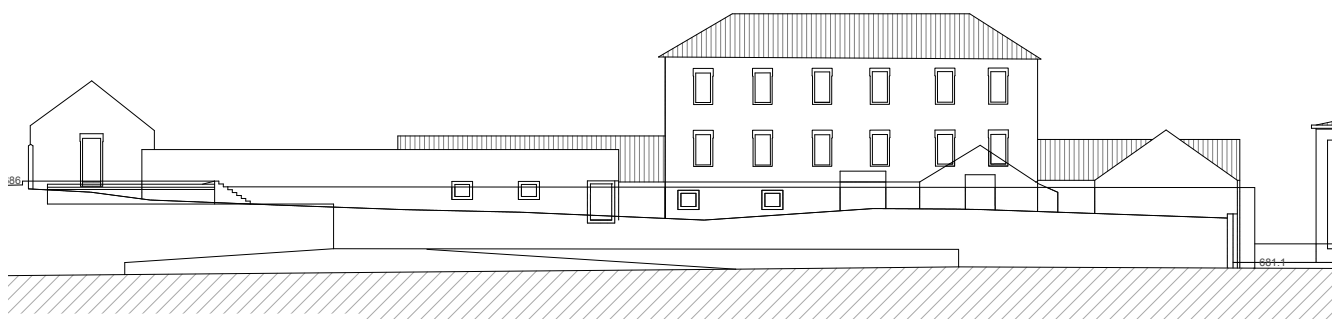
Alçados do existente.

A, B e C, cedidos pela Câmara municipal.

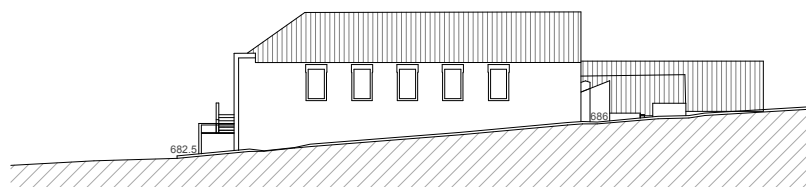
D e E, de levantamentos, pela autora.



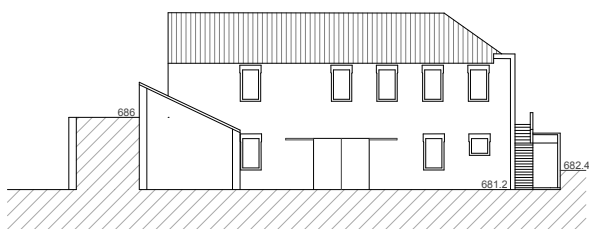
Alçado A (avenida João da Cruz)



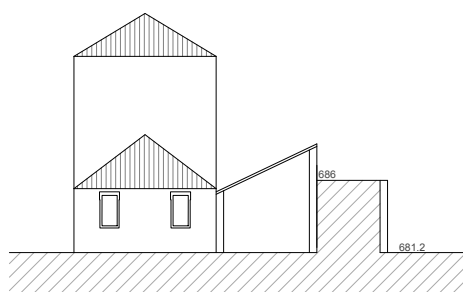
Alçado B (avenida Sá Carneiro)



Alçado C



Alçado D



Alçado E

Escala 1:500

Uma oportunidade estratégica para a revitalização
da cidade. Projeto de reabilitação da moagem
Mariano em Bragança.

Lia Francisca de Sousa Montanha

FACULDADE DE ARQUITETURA

